

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

PATRÍCIA AZEVEDO GONÇALVES

MARCAS DE AUTORIA E ESPAÇO-TEMPO ESCRITURAL:
UMA PROPOSTA ANALÍTICA PARA ARTIGOS ACADÊMICOS
À LUZ DA TEORIA DA LINGUAGEM DE ÉMILE BENVENISTE

PORTO ALEGRE
2024

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PATRÍCIA AZEVEDO GONÇALVES

MARCAS DE AUTORIA E ESPAÇO-TEMPO ESCRITURAL:
UMA PROPOSTA ANALÍTICA PARA ARTIGOS ACADÊMICOS
À LUZ DA TEORIA DA LINGUAGEM DE ÉMILE BENVENISTE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Primo Delanoy

Porto Alegre

2024

PATRÍCIA AZEVEDO GONÇALVES

MARCAS DE AUTORIA E ESPAÇO-TEMPO ESCRITURAL:
UMA PROPOSTA ANALÍTICA PARA ARTIGOS ACADÊMICOS
À LUZ DA TEORIA DA LINGUAGEM DE ÉMILE BENVENISTE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Linguística.

Aprovada em: 27 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Claudio Primo Delanoy (Orientador)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Profa. Dra. Daiane Neumann
Universidade Federal de Pelotas (UFPEl)

Profa. Dra. Lílian Cristine Hübner
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Profa. Dra. Marlete Sandra Diedrich
Universidade de Passo Fundo (UPF)

Profa. Dra. Silvana Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Ficha Catalográfica

G643m Gonçalves, Patrícia Azevedo

Marcas de autoria e espaço-tempo escritural : uma proposta analítica para artigos acadêmicos à luz da Teoria da Linguagem de Émile Benveniste / Patrícia Azevedo Gonçalves. – 2024.

138.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Primo Delanoy.

1. Benveniste. 2. Enunciação Escrita. 3. Escrita Acadêmica. 4. Artigo Acadêmico. 5. Avaliação. I. Delanoy, Claudio Primo. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Ferrarezi Júnior (2020, p. 17) afirma que “o verdadeiro fazer científico é coletivo, é obra que se toca a várias mãos, com confluência de esforços e conjunção de inteligências”. Muitos foram os esforços e as inteligências com os quais pude contar ao longo destes quatro anos de doutorado e aos quais quero agradecer:

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), à Editora Universitária da PUCRS (EdiPUCRS), à Escola de Humanidades e ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPG Letras), pelo ambiente propício e acolhedor à pesquisa e ao empreendedorismo.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo aporte financeiro a esta pesquisa.

Às professoras doutoras Daiane Neumann, Lílian Cristine Hübner, Marlete Sandra Diedrich e Silvana Silva pela leitura atenta e pelas valiosas contribuições para a versão final desta tese.

À equipe da Revista Letrônica e à Profa. Dra. Maria da Glória Corrêa Di Fanti, pela acolhida, parceria e por todos os momentos de aprendizado.

Ao meu querido orientador, Prof. Dr. Claudio Primo Delanoy, por todo respeito e generosidade com que conduziu cada etapa de meu doutorado.

À Accorsi Consultoria e à Intus Escola de Liderança, na pessoa do Dr. Ângelo Accorsi, pelas oportunidades de autoconhecimento e crescimento.

À minha mãe e às minhas irmãs, por cada gesto de carinho, cuidado e apoio.

Ao meu esposo, Renan, por dividir comigo a vida, os desafios, as alegrias, por enxergar todo meu potencial e por me inspirar diariamente.

GONÇALVES, Patrícia Azevedo. **Marcas de autoria e espaço-tempo escritural:** uma proposta analítica para artigos acadêmicos à luz da Teoria da Linguagem de Émile Benveniste. 135f. 2024. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

RESUMO

A pesquisa de doutoramento aqui registrada teve por objetivo visibilizar as contribuições da linguística benvenistiana para a análise de textos do gênero artigo acadêmico. A partir das questões norteadoras “Quais conceitos da obra de Benveniste podem contribuir para a análise de textos acadêmicos? Em que medida determinadas noções apresentadas pelo autor são explanatória e metodologicamente aplicáveis à descrição e à avaliação de gêneros acadêmicos? É possível pensar em um instrumento de avaliação de textos que seja enunciativo?”, delimitou-se, como objetivo geral, a proposição, com base nos pressupostos da Teoria da Linguagem de Émile Benveniste (1976, 1989, 2014), de um dispositivo analítico com categorias e descritores que instrumentalizem a avaliação enunciativa de textos da esfera acadêmica, de modo focal artigos científicos produzidos por graduandos/graduados. Assim, esta pesquisa se insere em uma perspectiva teórica e aplicada, porque, da síntese do quadro teórico em tela, foi construído um instrumento analítico, o qual se constituiu em três eixos, que, por sua vez, se subdividiram nas seguintes categorias e subcategorias: (1) instâncias do discurso: (1.1) quadro figurativo e (1.2) espaço-tempo do texto; (2) conteúdo semantizado: (2.1) referência, (2.2) elaboração teórica e (2.3) unidade/progressão temática; (3) agenciamento das formas: (3.1) sintagmatização e (3.2) repertório/léxico. O instrumento proposto foi aplicado em um corpus de três artigos publicados na *Revista Gatilho* (UFJF) por estudantes de Letras. Considerando tanto os artigos citados quanto o próprio instrumento avaliativo como dados linguísticos a serem analisados, em nossos resultados e discussão, apresentamos a análise qualitativa dos textos, para, depois, discutir a própria funcionalidade, pertinência e organização das categorias elaboradas. Este estudo de doutorado, portanto, sustenta a tese de que, embora Émile Benveniste não tenha se dedicado diretamente ao estudo da escrita, seu posicionamento epistemológico e suas contribuições para a compreensão da linguagem e de como nela o homem se constitui como sujeito possibilitam a formulação de categorias analíticas para a avaliação de textos acadêmicos, contribuindo para a compreensão e o aperfeiçoamento da escrita de artigos científicos enquanto espaços-tempos escriturais nos quais os autores imprimem marcas de autoria.

Palavras-chave: Benveniste; Enunciação Escrita; Escrita Acadêmica; Artigo Acadêmico; Avaliação.

GONÇALVES, Patrícia Azevedo. **Marks of authorship and written space-time**: an analytical proposal for academic papers based on the Theory of Language by Émile Benveniste. 135p. 2024. Thesis (Doctorate in Linguistics) – Graduate Program in Languages, College of Humanities, Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

ABSTRACT

The doctorate study registered here aimed to make apparent Benveniste's linguistic contributions for the analysis and evaluation of texts in the academic paper genre. Based on the guiding questions "Which concepts from Benveniste's work can contribute to the analysis of academic texts? To which extent certain notions presented by the author are explanatorily and methodologically applicable to the description and evaluation of academic genres? Is it possible to conceptualize an evaluation tool that is enunciative?", we established, as the general objective, the proposition, based on the pillars of the Language Theory by Émile Benveniste (1976, 1989, 2014), of an analytical tool with categories and descriptors that enable the enunciative evaluation of academic texts, especially scientific papers written by undergraduate students/graduates. Thus, this study follows an applied and theoretical perspective, since, based on the synthesis of the theoretical framework aforementioned, we built an analytical tool, which comprises three spheres that, in turn, are subdivided into the following categories and sub-categories: (1) discourse instances: (1.1) figurative table and (1.2) space-time of the text; (2) semanticized content: (2.1) referencing, (2.2) theoretical formulation and (2.3) thematic unit/progression; (3) agency of forms: (3.1) syntagmatization and (3.2) repertoire/lexicon. The proposed tool was applied to a corpus of three papers published at the *Gatilho Journal* (UFJF) by Language undergraduate students. Considering both the papers mentioned and the evaluative tool itself as linguistic data for analysis, in our results and discussion we present the qualitative analysis of the texts so that, afterward, we are able to discuss the functionality, pertinence and organization of the established categories. This Doctorate study, thus, supports the thesis that, even though Émile Benveniste did not directly dedicate his work to the study of writing, his epistemological stance and contributions concerning language comprehension and how in it the man constitutes himself as subject enable the formulation of analytical categories for the evaluation of academic texts, contributing to the comprehension and the improvement of the writing of scientific papers as written space-times in which the authors imprint marks of authorship.

Keywords: Benveniste; Written Statement; Academic Writing; Academic Paper; Evaluation.

GONÇALVES, Patrícia Azevedo. **Présence de l'auteur et espace-temps scriptural** : une proposition analytique pour les articles scientifiques à la lumière de la théorie du langage d'Émile Benveniste. 135 p. 2024. Thèse (Doctorat en Linguistique) – Programme d'Études de Troisième Cycle em Lettres, École des Humanités, Université Catholique Pontificale du Rio Grande do Sul (Brésil), 2024.

RÉSUMÉ

La recherche doctorale présentée ici avait pour objectif de rendre visibles les contributions de la linguistique benvenistienne à l'analyse et à l'évaluation des textes du genre article scientifique. À partir des questions directrices "Quels concepts de l'œuvre de Benveniste peuvent contribuer à l'analyse des textes académiques ? Dans quelle mesure certaines notions présentées par l'auteur sont-elles applicables de manière explicative et méthodologique à la description et à l'évaluation des genres académiques ? Est-il possible de penser à un instrument d'évaluation des textes qui soit énonciatif ?", l'objectif général a été délimité comme la proposition, sur la base des présupposés de la théorie du langage d'Émile Benveniste (1976, 1989, 2014), d'un dispositif analytique avec des catégories et des descripteurs qui instrumentalisent l'évaluation énonciative des textes du domaine académique, en se concentrant particulièrement sur les articles scientifiques produits par des étudiants et des étudiants diplômés. Ainsi, cette recherche s'inscrit dans une perspective théorique et appliquée, car à partir de la synthèse du cadre théorique en question, un instrument analytique a été construit, constitué de trois axes, qui se sont à leur tour subdivisés en catégories et sous-catégories suivantes : (1) instances du discours : (1.1) cadre figuratif et (1.2) espace-temps du texte ; (2) contenu sémantisé : (2.1) référenciation, (2.2) élaboration théorique et (2.3) unité/progression thématique ; (3) agencement des formes : (3.1) syntagmatisation et (3.2) répertoire/lexique. L'instrument proposé a été appliqué à un *corpus* de trois articles publiés dans la revue *Revista Gatilho* (UFJF) par des étudiants en Lettres. En considérant à la fois les articles cités et l'instrument d'évaluation lui-même comme des données linguistiques à analyser, dans nos résultats et discussions, nous présentons l'analyse qualitative des textes, puis discutons de la fonctionnalité, de la pertinence et de l'organisation des catégories élaborées. Cette étude doctorale soutient donc la thèse selon laquelle, bien qu'Émile Benveniste ne se soit pas consacré directement à l'étude de l'écriture, sa position épistémologique et ses contributions à la compréhension du langage et de la manière dont l'homme s'y constitue comme sujet permettent la formulation de catégories analytiques pour l'évaluation des textes académiques, et cela contribue à la compréhension et à l'amélioration de l'écriture des articles scientifiques en tant qu'espaces-temps scripturaux dans lesquels les auteurs inscrivent des marqueurs qui signalent la présence de l'auteur.

Mots-clés : Benveniste ; énonciation écrite ; l'écriture académique ; article scientifique ; évaluation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – <i>Corpus</i> de Textos de Benveniste.....	20
Figura 1 – O Sentido do Enunciado	49
Quadro 2 – O Semiótico e o Semântico	56
Quadro 3 – Artigos Pré-selecionados.....	70
Quadro 4 – Eixos Analíticos	73
Quadro 5 – Eixo Instâncias do Discurso	74
Quadro 6 – Eixo Conteúdo Semantizado	75
Quadro 7 – Eixo Agenciamento das Formas.....	77
Figura 2 – Mapa Conceitual do Instrumento Avaliativo	78
Quadro 8 – Instrumento Analítico para Artigos Acadêmicos	80
Quadro 9 – Análise do Artigo 1	94
Quadro 10 – Análise do Artigo 2	102
Quadro 11 – Análise do Artigo 3	111
Quadro 12 – Quadro Figurativo: A Questão da Autorreferência.....	114
Quadro 13 – Quadro Figurativo: Consideração ao Leitor	115
Quadro 14 – Quadro Figurativo: Outros Enunciadores	116
Quadro 15 – Espaço-Tempo Escritural: Macroestrutura do Gênero	117
Quadro 16 – Espaço-Tempo Escritural: Temporalidade/Linearidade Textual	118
Quadro 17 – Conteúdo Semantizado: Estratégias de Referenciação	119
Quadro 18 – Conteúdo Semantizado: Elaboração Teórica	120
Quadro 19 – Conteúdo Semantizado: Unidade/Progressão Temática.....	121
Quadro 20 – Sintagmatização: Adequação à Norma Padrão.....	122
Quadro 21 – Sintagmatização: Liberdade de Combinação e Veiculação.....	122
Quadro 22 – Léxico: Precisão Vocabular/Conceitual	123
Quadro 23 – Léxico: Registro e Estilo	124

SUMÁRIO

1 PALAVRAS INICIAIS: ACONTECIMENTOS QUE IMPULSIONARAM ESTA PESQUISA.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO: ONDE NOS SITUAMOS NO <i>UNIVERSO</i> <i>BENVENISTIANO</i>.....	17
2.1 PRESSUPOSTOS DA TEORIA DA LINGUAGEM DE ÉMILE BENVENISTE.....	23
2.1.1 Linguagem, língua e a capacidade de simbolizar	23
2.1.2 Enunciação, subjetividade e intersubjetividade	29
2.1.3 O aparelho formal	33
2.1.4 Tempo e verbo	42
2.1.5 Níveis de análise: signo, palavra, frase e discurso	45
2.1.6 O semiótico e o semântico.....	55
2.2 AS PARTICULARIDADES DA ENUNCIÇÃO ESCRITA	59
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS: NOSSO <i>PONTO DE VISTA SOBRE O OBJETO</i>	67
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	67
3.2 QUESTÕES E OBJETIVOS ESTRUTURANTES	68
3.2.1 Questões norteadoras iniciais.....	68
3.2.1 Objetivo geral	68
3.2.2 Objetivos específicos	69
3.3 COLETA DOS DADOS	69
3.4 CATEGORIAS PARA ANÁLISE DE ARTIGOS CIENTÍFICOS	71
3.4.1 Nosso ponto de partida: noções e conceitos para uma análise enunciativa	72
3.4.1.1 Eixo: instâncias do discurso	73
3.4.1.2 Eixo: conteúdo semantizado.....	75
3.4.1.3 Eixo: agenciamento das formas	76
3.4.2 Nosso ponto de ancoragem: categorias e descritores para a análise de artigos acadêmicos	80
4 O INSTRUMENTO ANALÍTICO SENDO ENUNCIADO E PRODUZINDO SENTIDOS: NOSSO <i>COMENTÁRIO</i> SOBRE OS TEXTOS	82
4.1 ANÁLISE 1: ARTIGO SOBRE EDUCAÇÃO.....	82
4.1.1 Apresentação do manuscrito.....	82

4.1.2 Proposta de avaliação enunciativa	85
4.1.3 Síntese	94
4.2 ANÁLISE 2: ARTIGO SOBRE LINGUÍSTICA	96
4.2.1 Apresentação do manuscrito.....	96
4.2.2 Proposta de avaliação enunciativa	97
4.2.3 Síntese	102
4.3 ARTIGO 3: ARTIGO SOBRE LITERATURA	104
4.3.1 Apresentação do manuscrito.....	104
4.3.2 Proposta de avaliação enunciativa	105
4.3.3 Síntese	111
5 DISCUTINDO NOSSOS ACHADOS: A TEORIA DA LINGUAGEM DE BENVENISTE COMO ARCABOUÇO PARA AVALIAÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS.....	113
5.1 INSTÂNCIAS DO DISCURSO	114
5.2 CONTEÚDO SEMANTIZADO	119
5.3 AGENCIAMENTO DAS FORMAS	121
6 PALAVRAS FINAIS: A PESQUISA ENQUANTO ATO E PRODUTO QUE SE ABRE A NOVAS ENUNCIÇÕES.....	125
REFERÊNCIAS.....	128

1 PALAVRAS INICIAIS: ACONTECIMENTOS QUE IMPULSIONARAM ESTA PESQUISA

*Cada vez que a palavra expõe o acontecimento,
cada vez o mundo recomeça.
Nenhum poder se igualará jamais a esse.*
(Benveniste, 1976 [1963b], p. 31).

Deparar-se com um grande autor, aproximar-se dos postulados de um exímio mestre, encantar-se pela elegância de uma escrita, deixar-se conduzir por uma visão de linguagem e ciência que, até então, não se sabia partilhada... seriam muitas ainda as possibilidades e tentativas de descrever o impacto que a leitura dos textos de Émile Benveniste causou a esta pesquisadora em (constante) formação que sou. Minha primeira cópia de *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (Benveniste, 1976 [1963b]) traz as marcas de uma leitura apaixonada pelo poder de síntese do cientista e pela expressividade – quase poética – do linguista ao desvelar a faculdade que a linguagem tem de *simbolizar*. Flores (2013a, p. 11) afirma que “há textos que fizeram história exatamente porque estabeleceram um viés de leitura que o tempo mostrou ser fundamental”. Normand (2009a, p. 200) considera o incursão pela obra do autor “um encontro, uma aventura da inteligência”. Guimarães (2018, p. 23, grifo meu¹), por sua vez, defende que a obra de Benveniste “é um **acontecimento** na história da linguística e na história das ciências humanas”. Foi também um *acontecimento* em minha história.

Minha trajetória nos estudos da linguagem começou com o gosto pela gramática na educação básica; passou pela descoberta da Linguística como disciplina no semestre inicial do curso de Letras; e direcionou-se às questões (e aos embates) relativos ao ensino durante a graduação, o que culminou em uma monografia no âmbito da Linguística Aplicada e em um curso de especialização em Ensino de Língua Portuguesa. Porém, da sala de aula, minha atuação profissional direcionou-se para a revisão textual: apaixonada pelo trabalho com o texto e seus meandros, fui buscar no mestrado em Sintaxe Formal e Funcional respostas aos problemas de pontuação e coesão que tanto me desafiavam. Terminada essa etapa fundamental de

¹ Ao longo desta tese, além da indicação por meio das expressões “grifo meu”, “grifo nosso” e “grifo do(a) autor(a)”, tipograficamente, nas citações diretas, diferencio meus destaques, em **negrito**, dos destaques presentes nos originais, em *itálico*. Nos textos de Benveniste, de modo especial, os usos do itálico, das aspas e de hifens interligando termos são elementos significativos e distintivos que não podem ser desconsiderados.

consolidação de conhecimentos linguísticos, almejava, no doutorado, responder a outra questão: como auxiliar alunos/autores a tornarem seus textos acadêmicos mais autorais? Com o verbo *autorar* proposto pelo Prof. Carlos Alberto Faraco (2009) ecoando em mim, retomei minhas leituras do Círculo de Bakhtin, a fim de pesquisar a autoria em escrita acadêmica. Sei que meus passos errantes por diferentes linhas de pesquisa e teorias da Linguística podem causar estranhamento. Entretanto, a diversidade de abordagens e pontos de vista que nossa área compreende sempre me fascinou. Confesso que nunca compreendi determinadas disputas teóricas ou leituras superficiais que cobram de determinado autor ou quadro teórico algo que este não se propôs a fazer...

Enfim, como afirma Benveniste (1976 [1963b], p. 25), considero que “os princípios são sempre mais interessantes que as escolas”; entendo ser fundamental ao estudante de Letras ter uma visão ampla de nosso campo de estudo – não negligenciando, é claro, o rigor científico ao filiar-se a um viés teórico e metodológico –; e acabei sempre focalizando questões empíricas em meu proceder como pesquisadora. Do jusante ao montante, como retoma Coquet (2018, p. 58), “face às dificuldades de um problema real”, cabe constantemente nos perguntarmos: “Qual é o método a ser utilizado? Qual processo de ascensão um tal método propõe?”.

Hoje, como revisora de textos, gestora de uma empresa de assessoria acadêmica e mentora de metodologia e escrita, interpelada pela *incontornável* (Flores, 2019c) perspectiva instaurada por Benveniste e pela sua singular *manière* de pensar por meio de problemas (Dessons, 2006), encontrei inúmeras respostas, mas também muitas outras perguntas, visto que, como Ono (2007) destaca, estamos diante de um autor com uma profunda capacidade de recolocar em questão aquilo que é percebido como evidente; ou ainda, como nas palavras de Flores (2013a, p. 11), a quem sempre, e necessariamente, voltamos, pois coloca “no centro de suas ideias elementos que singularizam a experiência humana”.

Entre esses elementos singularizantes, temos a escrita, apresentada por Benveniste (2014 [1969], Aula 14, p. 167-168) como “princípio organizador da sociedade”; segundo o autor, ela seria “o instrumento da revolução mais profunda por que passou a humanidade depois do fogo”. A enunciação escrita apresenta estatuto particular em meio aos fenômenos enunciativos (Flores, 2018a), dado que se constitui de várias enunciações, é um engendrado de várias intersubjetividades. Escrever compreende “procedimentos singularmente reapropriados e refletindo um modo

próprio de elaborar o pensamento e de textualizá-lo para oferecê-lo à leitura” (Fenoglio, 2019, p. 213). Logo, pensar a escrita sob o enfoque da Teoria Enunciativa é uma tentativa de espriar seus fundamentos a outros contextos ou em resposta a outros problemas e questionamentos – o que, de um lado, só atesta que sua fecundidade nunca se esgota, e, de outro, imputa a este estudo uma profunda responsabilidade.

Benveniste, como bem se sabe, não se debruçou sobre aspectos específicos da escrita acadêmica/científica, embora, em seus estudos, sejam delineados princípios epistemológicos e metodológicos que lançam luz à compreensão da escrita enquanto fazer científico, pois “A atividade científica é uma prática discursiva” (Fenoglio, 2019, p. 117, grifo meu). Assim, esta pesquisa se ancora na crença de que é possível depreender de seus textos “algo que, mesmo que não explícito, estava ali em potencial” (Flores, 2019a, p. 11). Como inúmeras pesquisas teóricas e aplicadas já comprovaram, pode-se discutir aspectos correlatos ao ensino de escrita (Stein, 2016) e ao *letramento acadêmico* (Agostini; Alferes; Leite, 2011), propor *parâmetros enunciativos para avaliação* (Silva, 2014), pensar *a escrita acadêmica e o fazer científico* (Basílio; Pereira; Menezes, 2016), entre tantas outras dimensões contempladas por estudos que dialogam com a produção do autor, a fim de construir novas elaborações teóricas e analisar dados linguísticos de natureza diversa.

O viés enunciativo contribui para uma melhor compreensão das *nuances* semânticas das línguas, materializadas em cada ato enunciativo, cada texto produzido enquanto forma discursiva complexa; igualmente, qualifica nossos critérios como avaliadores de textos, analistas da linguagem (Batista; Silva, 2022). Trata-se de um viés linguístico que inclui o gesto da implicação do linguista analista e articula, ao mesmo tempo, uma explicação para os fenômenos linguísticos (Silva, 2018).

Assim, compreendendo que a Linguística Enunciativa, em seu aspecto operacional² (Ono, 2007), abre possibilidades a estudos que podem contribuir para o aprimoramento de práticas de escrita no ensino superior, esta tese se propõe a elaborar um dispositivo analítico para textos acadêmicos do gênero artigo científico, cujas categorias e descritores se ancoram na Teoria da Linguagem de Émile

² Em *La notion d'Énonciation chez Benveniste*, Aya Ono (2007) apresenta cinco aspectos da enunciação: (i) a realização vocal da língua; (ii) o ato operacional de conversão da língua em discurso; (iii) o aspecto individual da enunciação; (iv) o alocutário e a comunicação intersubjetiva; (v) o aspecto referencial e temporal da enunciação.

Benveniste. Os objetivos específicos, por sua vez, são: (i) elencar, nesse viés teórico, os principais conceitos e noções que podem ser relacionados à escrita acadêmica e à sua avaliação, a fim de propor um conjunto de categorias analíticas; (ii) propor, a partir destas, um instrumento analítico (categorias e descritores) para artigos acadêmicos que vise à operacionalização de uma avaliação enunciativa; (iii) aplicar o instrumento por meio da análise de artigos de graduandos e graduados publicados em uma revista acadêmica brasileira.

Este estudo, portanto, se insere em uma perspectiva aplicada, “orientada para a busca de respostas para um tempo, lugar e contexto específicos” (McKay, 2006, p. 4), e teórica, pois intenta refletir sobre em que medida determinadas noções apresentadas pelo autor são explanatória e metodologicamente aplicáveis à descrição e à avaliação de gêneros acadêmicos.

Tendo o artigo científico como discurso do qual se parte para pensar a enunciação escrita, visamos a analisá-lo a partir de três grandes eixos: (i) as *instâncias do discurso* (quadro figurativo e espaço-tempo do texto); (ii) o *conteúdo semantizado* (referenciação, categorização/elaboração teórica e unidade/progressão temática); (iii) o *agenciamento das formas* (sintagmatização e repertório/léxico).

Lançadas as premissas de nossa escrita, apresentamos a estrutura desta tese. Após esta introdução, na qual buscamos situar nosso objeto de estudos e motivações pessoais, apresentamos o referencial teórico, que busca sintetizar nossas leituras sobre a Teoria da Linguagem de Émile Benveniste, bem como estabelecer um recorte de conceitos que julgamos fundamentais à compreensão da avaliação de textos acadêmicos. Nele, primeiramente, realizamos uma breve preleção acerca do *corpus* de textos do autor que utilizamos e abordamos questões gerais relativas às características da produção de Benveniste. Depois, apresentamos uma síntese dos principais pressupostos de sua teorização, para, finalmente, nos dedicarmos às particularidades da enunciação escrita.

O capítulo posterior estabelece os aspectos metodológicos que sustentam esta investigação: quais são os nossos objetivos e como se deu a coleta e a análise dos dados. Em seguida, apresentamos nossa contribuição: uma proposta enunciativa de instrumento analítico para o gênero artigo científico e sua aplicação em um *corpus* de textos publicados por graduandos e graduados em uma revista acadêmica brasileira. Após sua discussão, tecemos nossas considerações finais e registramos as referências que compuseram nosso estudo.

Por fim, além dos objetivos metodológicos já apresentados, que se ancoram e se circunscrevem na ampla tradição científica acerca do que deve conter uma produção acadêmica, restam os anseios: de que a proposta aqui apresentada manifeste coerência com a grandeza do teórico fundador de perspectiva tão profícua acerca do homem e da linguagem; e de que esta tese se configure intersubjetividade, em que locutora e interlocutores encontrem um centro de referência comum, e sejam instauradas novas enunciações.

A tarefa final de um pesquisador ao concluir o doutorado é justamente o compartilhamento de seu percurso e de seus achados, por meio da redação de uma tese que manifeste clareza e consistência teórico-metodológica. É o inscrever-se como sujeito de sua pesquisa e de seus registros, na tentativa de lançar um novo olhar sobre a teoria, o método ou o objeto. Portanto, cada pesquisador é instado a posicionar-se como autor; é desafiado a, em um agenciamento singular das formas, compartilhar realidades e experiências, semantizar o lido e o vivido em um texto que evoque reflexões relevantes.

Assim, em consonância com as palavras de Riolfi (2011, p. 12, grifo meu), estas páginas são perpassadas pelo desejo de tecer “não uma escrita inócua, mas registrar o tempo mítico no qual ocorreram transformações que incidiram sobre aquele que se **arriscou a escrever**”.

Arrisco-me.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: ONDE NOS SITUAMOS NO UNIVERSO BENVENISTIANO

É preciso um corpo de definições. É preciso enunciar as relações lógicas que estabelecemos entre os dados, os traços e os aspectos sob os quais os apreendemos. Assim, ir aos fundamentos é o único meio – mas meio seguro – de explicar o fato concreto e contingente
(Benveniste, 1976 [1963a], p. 37).

Este capítulo objetiva apresentar nossa síntese, o resultado de *nossa leitura* sobre parte da rica e vasta produção intelectual de Émile Benveniste – “Analista do menor detalhe linguístico, maior indo-europeísta do século XX” (Fenoglio, 2019, p. 262), que nos deixou um repertório único de análises e reflexões que colocam a linguagem em intrínseca relação com as condições e atividades humanas –. Entretanto, como toda leitura, ela carrega em si a singularidade do sujeito que a empreende, denota escolhas. Em nosso caso, essas decisões visaram a um aprofundamento em aspectos axiais da teoria em tela, bem como a uma “aproximação *cuidadosa* entre a teoria e a empiria” (Diedrich, 2022), pois sabemos que toda derivação analítica no âmbito da linguística benvenistiana é uma extrapolação, uma tentativa de manejo de determinados conceitos e noções aplicados a dados e contextos não necessariamente evidenciados pelo autor.

Aproximar-se da obra de Benveniste requer, ainda, especial atenção às unidades dentro da diversidade, pois cada um de seus textos “propõe categorias de análise, teoriza sobre elas e desenvolve as análises dentro desses limites. [...] encerra, em si, maneiras específicas de analisar as línguas, a língua e a linguagem” (Flores, 2013a, p. 29). Não se pode perder de vista que, “em Benveniste, há uma rede de primitivos teóricos, ou seja, uma rede de termos, conceitos e noções interdependentes uns dos outros” (Flores, 2013a, p. 24); característica pela qual abundam roteiros e itinerários para leitura de sua obra: são muitos os caminhos pelos quais se pode percorrer, deslindar o pensamento do autor.

Na síntese aqui registrada, nos circunscreveremos aos textos que Claudine Normand (2009b), em seu “itinerário demarcado”, aloca nas categorias de textos “estruturalistas” (em que o autor apresenta noções fundamentais, mas aprofundadas, sobre signo, estrutura, níveis etc.) e textos que contemplam o quadro geral da “teoria da enunciação”. Passamos ao largo do conjunto de textos de caráter “comparatista”,

que se debruçam sobre as línguas clássicas, pois compreendemos serem reflexões que não dialogam diretamente com nossa proposta.

Valdir Flores, em livro introdutório à teoria de Benveniste, adverte quanto à flutuação terminológica que caracteriza os escritos do autor. Flores (2013a, p. 34) aponta para três usos distintos:

- **uso homonímico:** termos completamente distintos quanto ao seu significado;
- **uso sinonímico:** termos com expressões diferentes, mas referentes ao mesmo conceito;
- **uso polissêmico:** termos que adquirem *nuances* de sentido em diferentes momentos da reflexão do autor.

Logo, ao estudioso da obra benvenistiana, se sobrepõe uma dupla imposição terminológica: “tem-se que decidir que textos farão parte do aporte teórico e, ao mesmo tempo, observar nesses textos questões de sinonímia, polissemia e homonímia” (Flores, 2013a, p. 33-34). Outra advertência fundamental feita por Flores (2013a) nos alerta para as causas dessa variação conceitual encontrada nos textos de Benveniste. Ao nos debruçarmos sobre o conjunto de sua obra, não podemos desconsiderar os diferentes contextos da produção desses textos: “os interlocutores previstos (se linguistas ou não); o tema em questão (se linguístico ou não); o veículo de divulgação (se revistas de linguística ou não) etc.” (Flores, 2013a, p. 34). Isto é, considerar sua obra em uma cronologia simplista descaracterizaria a fluidez desse grande pensador, que revisita, repensa, aperfeiçoa e propõe novos “problemas”.

Ainda sobre a questão, ao propor uma revisão cronológica de determinados textos de Benveniste, Aresi (2011, p. 263, grifos do autor) aponta para uma mudança, que vai:

De uma visão primeiramente indicial da subjetividade na linguagem, para uma abordagem da língua enquanto *semiótica* e enquanto *semântica*, a qual conduz a uma concepção de língua em que ela toda estaria submetida à enunciação, através de um constante processo de apropriação subjetiva.

Foi-nos necessário, portanto, realizar “algumas referências cruzadas” dos textos do linguista, pois, no decorrer de sua vida intelectual, houve um “refinamento

das teorizações de Benveniste” (Agustini, 2018, p. 71), embora se compreenda que o critério cronológico não corresponda necessariamente a um grau de acabamento do pensamento do autor:

[...] uma noção ou um conceito se elabora no conjunto de uma obra e [...] uma teoria linguística, supondo-se que ela seja demarcável como tal, não é o produto de um só “texto”, por mais fundador que ele possa ser, mas de um trabalho de longo tempo [...]. Todavia, todo conceito é transmitido pelo seu emprego em textos particulares (Fenoglio, 2019, p. 154).

Nas palavras de Teixeira e Flores (2011, p. 417): “Se a linguística da enunciação, por focalizar a relação singular do sujeito com a língua, não está preocupada com a formalização, isso não significa que ela negligencie a forma”. Pelo contrário, uma de suas principais singularidades está em prever na ordem do repetível da língua o lugar da irrepetibilidade. Em vez de se concentrar apenas nas estruturas linguísticas abstratas e universais – elementos que podem ser repetidos e codificados em padrões – busca entender como os sujeitos interagem com a língua em suas práticas languageiras diárias, preocupando-se com a relação única de cada enunciador com a língua, considerando fatores individuais, psicológicos e sociais que permeiam o uso da linguagem.

Por isso, o pensamento de Benveniste emerge como um repertório profícuo do qual podemos lançar mão a fim de problematizar questões atinentes à significação, ao sentido, à autoria, pois compreende a língua como meio de atualização, de ação do homem em cada instância de utilização (Teixeira; Flores, 2011), sem, contudo, distanciar-se ou desconsiderar toda sua complexidade formal.

Assim, no quadro a seguir, apresentamos os textos escolhidos como aporte teórico para este estudo. Tal sistematização deu-se em duas etapas: primeiramente, foram selecionados os excertos que comporiam o referencial teórico em sentido amplo, a fim de que fossem contemplados os principais conceitos e noções da Teoria da Linguagem de Benveniste (Normand, 1996). Num segundo momento, focalizamos os textos que nos permitiriam erigir categorias analíticas para a análise de textos acadêmicos, nosso foco nesta tese.

Quadro 1 – *Corpus* de Textos de Benveniste

OBRAS DE BENVENISTE ³	TEXTOS SELECIONADOS ⁴	
	REFERENCIAL TEÓRICO	PROPOSTA ANALÍTICA
PLG I (1976)	<i>Natureza do signo linguístico</i> [1939] <i>Estrutura das relações de pessoa no verbo</i> [1946] <i>A frase nominal</i> [1950] <i>Comunicação animal e linguagem humana</i> [1952] <i>A classificação das línguas</i> [1952-1953] <i>Problemas semânticos de reconstrução</i> [1954a] <i>Tendências recentes em linguística geral</i> [1954b] <i>A natureza dos pronomes</i> [1956a] <i>Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana</i> [1956b] <i>Categorias do pensamento e categorias da língua</i> [1958a] <i>Da subjetividade na linguagem</i> [1958b] <i>As relações de tempo no verbo francês</i> [1959] <i>Saussure após meio século</i> [1963a] <i>Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística</i> [1963b] <i>Os níveis de análise linguística</i> [1964]	<i>Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística</i> [1963b] <i>Os níveis de análise linguística</i> [1964]
PLG II (1989)	<i>A linguagem e a experiência humana</i> [1965] <i>A forma e o sentido na linguagem</i> [1966-1967] <i>Estrutura da língua e estrutura da sociedade</i> [1968a] <i>Estruturalismo e Linguística</i> [1968b] <i>Gênese do termo "Scientifique"</i> [1969a] <i>Semiologia da língua</i> [1969b] <i>O aparelho formal da enunciação</i> [1970]	<i>A linguagem e a experiência humana</i> [1965] <i>A forma e o sentido na linguagem</i> [1966-1967] <i>Semiologia da língua</i> [1969b] <i>O aparelho formal da enunciação</i> [1970]
Últimas aulas (2014)	<i>Semiologia</i> [1968-1969] <i>A língua e a escrita</i> [1969]	

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

³ Nesta coluna e ao longo da tese, os anos registrados entre parênteses correspondem às edições brasileiras das obras *Problemas de Linguística Geral I* (PLG I), *Problemas de Linguística Geral II* (PLG II), que reúnem produções que vão de 1939 a 1970, e *Últimas aulas do Collège de France* (1968 a 1969): 1976, 1989, 2014, respectivamente.

⁴ Entre colchetes, registramos o ano de publicação/veiculação dos originais.

Antes de passar à apresentação da estrutura deste capítulo, gostaríamos de fazer dois esclarecimentos, justificativas para a inclusão/exclusão de determinados textos do autor (e também de seus debatedores), tendo em vista os objetivos a que nos propomos nesta pesquisa.

Escolher um *corpus* de trabalho, de modo geral, não é fácil. Trata-se de uma etapa em que o desafio científico, isto é, a questão colocada no início, deve estar adequada a um conjunto de componentes e limites que não dependem, ou pouco dependem, do pesquisador: material disponível, método de investigação, trabalhos anteriores etc. (Fenoglio, 2019, p. 34).

O primeiro esclarecimento diz respeito aos dois motivos que nos levaram à não inclusão dos textos das *Dernière leçons* (Benveniste, 2014 [1968-1969]) como embasamento direto de nossa proposta analítica. O capítulo 2 dessa obra, *A língua e a escrita*, o qual é composto das Aulas 8 a 15, toca questões de fundo acerca da escrita – sua origem e seu desenvolvimento por povos da Antiguidade, sua importância para os processos civilizatórios; o processo de aquisição da escrita; a função da escrita em relação à língua (autossemiotização, significância) –, as quais farão parte deste referencial teórico, pois permitem ampliar a visão que se tem do pensamento do autor para além do contido nos PLGs. Contudo, como adverte Flores (2019c, p. 104), a escrita é abordada nas *Últimas aulas* segundo suas características semiológicas, não como a *enunciação escrita* evocada em *O aparelho formal da enunciação* (Benveniste, 1989 [1970]); ou seja, esses termos não podem ser lidos, como ocorre com outros empregados pelo autor, como sinônimos. Na leitura de Flores (2019c), a discussão feita em torno da noção de escrita, que se estende pelas nove aulas reproduzidas no referido capítulo, deve ser compreendida no contexto epistemológico de resposta à discussão aberta por Saussure⁵ em relação à Semiologia. O segundo motivo se ancora na compreensão de que o caráter fragmentado das reflexões esboçadas nas *Dernière leçons* não nos permitem extrair categorias analíticas. Tal posicionamento não objetiva acusar de incompletude ou ineficiência as contribuições ali registradas. Pelo contrário, tal decisão visa a materializar a humildade e o cuidado de não atribuir ao autor algo que ele não enunciou. Coadunamos, ainda, com a afirmação de Teixeira e Messa (2015, p. 104):

⁵ Cumpre registrar que, embora cientes de sua existência e importância, não adentraremos aqui na filiação de Benveniste ao pensamento saussuriano.

“é preciso tomar cuidado para não entender o legado de Benveniste como disperso”; assim, o trânsito pela obra do autor requer a compreensão de que

[...] esse pensamento aparentemente tão plural, essas inúmeras incursões no campo de estudo da linguagem encontram seu ponto de convergência na preocupação com a significação (Teixeira; Messa, 2015, p. 104).

O segundo esclarecimento diz respeito ao recorte temático empreendido neste estudo. Cientes da amplitude das reflexões propostas por Benveniste, cujas densidade e diversidade se fazem notar tanto numérica quanto tematicamente (Teixeira; Messa, 2015), e da multiplicidade de desdobramentos realizados a partir de seus postulados (na Tradução, na Literatura, nas Artes de modo geral, na Psicanálise, na Antropologia etc.), buscamos dialogar apenas com textos que, de alguma forma, tocassem nossa proposta.

Feita esta preleção, passamos à apresentação da organização deste capítulo. A primeira seção busca contemplar as bases do pensamento de Émile Benveniste. Do *universo benvenistiano* (Oliveira; Aresi, 2020), convocamos conceitos e reflexões que abarcam a linguagem e a língua, a caracterização da enunciação (instâncias do discurso, quadro figurativo), o aparelho formal da enunciação (índices específicos e procedimentos acessórios), questões relativas ao tempo e ao verbo. Depois, perpassamos os níveis de análise linguística (signo, palavra, frase, discurso), para chegar às dimensões do semiótico e do semântico. Na segunda seção, nos direcionamos ao nosso contexto de análise, focalizando as formulações e noções relacionadas às particularidades da enunciação escrita (Flores, 2018a).

Por fim, gostaria de mencionar os movimentos de leitura-reflexão-escrita que deram origem a esta tese. Embora ela apresente capítulos canônicos para um trabalho acadêmico (introdução, referencial teórico, método, análise, discussão, considerações finais), sistematização fundamental à compreensão entre pares, meu processo de escrita não se deu de forma linear: todos os capítulos e seções foram reescritos, editados, ampliados a cada nova leitura/interlocução com diferentes autores. Também a tarefa de analisar os dados linguísticos demandou desta pesquisadora um constante retornar ao referencial de base e ao método escolhido (no caso benvenistiano, apenas esboçado). Portanto, se eu fosse, de modo não pretensioso, mobilizar uma metáfora para sintetizar a composição do texto que aqui apresento, não diria que foi uma *construção* – pensando-se em etapas como arquitetar

projeto, erigir pilares e alicerces, edificar paredes, concluir instalações e acabamentos –, mas sim um grande *movimento* de apropriação e expansão, de idas e vindas, tal qual as *ondas* de um mar a tocar a praia. Explico-me.

Escrever visando a uma elaboração teórica é, para mim, lidar, ao mesmo tempo, com as inquietações que nos agitam e nos impelem a buscar e produzir conhecimento, e ter o privilégio de tocar e ser tocado por outros enunciados e enunciadorees que enriquecem e expandem aquilo que já somos e compreendemos. As ondas, com sua sutileza e força, a cada instante único em que chegam à praia, tocam (ou batem) em elementos, objetos, seres, mas também os carregam consigo, fazendo com que o mar nunca seja o mesmo. Assim, em meus movimentos de leitura, ora me deparei com enunciados fortes e concretos como rochas, dos quais me aproximei respeitosamente, apenas sintetizando seus sentidos; ora encontrei excertos e reflexões fluídos, os quais ousei incorporar às minhas enunciações.

2.1 PRESSUPOSTOS DA TEORIA DA LINGUAGEM DE ÉMILE BENVENISTE⁶

A linguagem ensina a própria definição do homem
(Benveniste, 1976 [1958b]⁷, p. 285).

Nas palavras de Émile Benveniste (1976 [1954b]), uma ciência, sem determinar a natureza de seu objeto de estudo, é incapaz de estabelecer um método para si própria. Portanto, ao começar esta revisão, é indispensável delimitar, como ponto de partida, de que modo os conceitos de *linguagem* e *língua*, concepções basilares a uma teoria da linguagem, emergem na Linguística da Enunciação.

2.1.1 Linguagem, língua e a capacidade de simbolizar

Em *Vista d'olhos para o desenvolvimento da linguística*, o autor propõe que “a linguagem, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, não é a mesma coisa que as línguas, sempre particulares e variáveis, nas quais se realiza”

⁶ Compreendemos que os termos “Teoria da Linguagem” e “Teoria da Enunciação” são títulos a *posteriori* dados pela fortuna crítica ao conjunto da obra ou à parcela de textos que compõem a obra do autor. Benveniste, em vida, não propôs (ou não teve tempo de propor) um quadro teórico acabado, fechado.

⁷ Para fins de registro das citações de Benveniste, utilizamos a seguinte organização: (Autor, Ano da Edição Utilizada [Ano de Publicação do Texto], p. XX), no caso dos PLGs I e II; e (Autor, Ano da Edição Utilizada [Ano da Aula], Número da Aula, p. XX), para o *Últimas aulas*.

(Benveniste, 1976 [1963b], p. 20). Em sentido amplo, a **linguagem**⁸ é o ponto de encontro, instrumento de interação entre a vida mental e a vida cultural, pois é capacidade simbólica de produzir sentido: “Uma linguagem é, em primeiro lugar, uma categorização, uma criação de objetos e de relações entre esses objetos” (Benveniste, 1976 [1956b], p. 89).

Em *A forma e o sentido na linguagem*, Benveniste (1989 [1966-1967], p. 223) concebe a linguagem como “atividade significativa por excelência, a imagem mesma do que pode ser a significação”. Como sintetiza Norman (2009, p. 174), para o linguista, é “a significação que estrutura a língua”. Enquanto aparato simbólico, a linguagem apresenta duas faces: é um fato físico, estrutura articulada, mas também é uma estrutura imaterial, pois comunica significados, “substituindo os acontecimentos ou as experiências pela sua ‘evocação’” (Benveniste, 1976 [1963b], p. 30). O símbolo linguístico, portanto, é mediatizante: “Organiza o pensamento e realiza-se numa forma específica, torna a experiência interior de um sujeito acessível a outro numa expressão articulada e representativa” (Benveniste, 1976 [1963b], p. 30).

No texto *Da subjetividade na linguagem*, o autor afirma:

Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e **a linguagem ensina a própria definição do homem** (Benveniste, 1976 [1958b], p. 285, grifo nosso).

De acordo com Flores (2013a, p. 43), essa asserção constitui-se como um *a priori* unificador, um axioma fundamental a toda teoria de Benveniste: “independentemente de para onde se olhe, a linguagem, entendida como intersubjetividade, é condição para que o homem exista. Opor o homem à linguagem é opô-lo a sua própria natureza”. Logo, é possível delimitar que o objeto da linguística benvenistiana é a linguagem “tomada em toda a sua amplitude, na relação com as línguas e, obviamente, com a língua” (Flores, 2013a, p. 68). Segundo o estudioso, ao nos defrontarmos com o quadro benvenistiano, nos encontramos diante da “impossibilidade de supor uma **origem simbólica** do homem que não seja **fundada** na linguagem” (Flores, 2019c, p. 13, grifos nossos).

⁸ No *Dicionário de Linguística da Enunciação* (Flores *et al.*, 2022, p. 152-153), são destacadas *nuances* de sentido desse termo (usos ora sinonímicos, ora polissêmicos), sendo apontados quatro contextos de emprego pelo autor: (a) adjetivado: p. ex., “linguagem ordinária”, “linguagem poética”; (b) em alternância com o termo *língua*; (c) em alternância com o termo *línguas*; (d) em alternância com *língua* e *línguas*.

Em *A forma e o sentido da linguagem* (1989 [1966-1967]) e em *Da subjetividade na linguagem* (1976 [1958b]), encontramos formulações do autor sobre o caráter *constitutivo* da linguagem na vida humana, opondo-se a visões que a tomam em uma dimensão meramente instrumental:

Todos os caracteres da linguagem, a sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada, o fato de que tem um *conteúdo*, já são suficientes para tornar suspeita essa assimilação a um instrumento, que tende a dissociar do homem a propriedade da linguagem (Benveniste, 1976 [1958b], p. 285, grifo do autor).

Em *Vista d'Olhos*, também se destaca o papel mediador, organizador da realidade externa ao sujeito que ela desempenha:

[...] não poderia existir pensamento sem linguagem [...], o conhecimento do mundo é determinado pela expressão que ele recebe. A linguagem *re-produz* o mundo, mas submetendo-o à sua própria organização (Benveniste, 1976 [1963b], p. 26).

Ou seja, pensamos, concebemos a nós mesmos, aos outros e ao mundo por meio da linguagem. E esta também interfere em nossa forma de pensar.

Benveniste (1976 [1963b], p. 27, grifo do autor) ainda aborda a linguagem enquanto “a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de *simbolizar*”, o que nos permite a formulação de conceitos, a concepção de relações lógicas etc.

Aí está o fundamento da abstração ao mesmo tempo que o princípio da **imaginação criadora**. Ora, essa capacidade representativa de essência simbólica que está na base das funções conceptuais só aparece no homem (Benveniste, 1976 [1963b], p. 28, grifo nosso).

A linguagem, portanto, não é um decalque da realidade, mas sim a operacionalização da capacidade simbólica do homem. Destaco o trecho acima, pois ele permite situar a concepção de linguagem do autor num espaço singular das teorias linguísticas: o homem, nesse quadro conceitual, não é assujeitado pela sociedade ou mero “repetidor” de um sistema linguístico finito e imutável.

A **língua**, por sua vez, é o resultado de um processo de simbolização em muitos níveis. Logo,

[...] o “dado” linguístico não é, sob esse aspecto, um dado primeiro, do qual bastaria dissociar as partes constitutivas: é, já, um complexo, cujos valores resultam uns das propriedades particulares de cada elemento, outros das condições da sua organização, outros ainda da situação objetiva (Benveniste, 1976 [1954b], p. 13).

Ela constitui-se enquanto sistema particular, composto por elementos formais articulados em combinações variáveis, segundo certos princípios de estrutura. O autor assim a descreve em *A linguagem e a experiência humana*:

A língua provê os falantes de um mesmo sistema de referências pessoais de que cada um se apropria pelo ato de linguagem e que, em cada instância de seu emprego, assim que é assumido por seu enunciador, se torna único e sem igual, não podendo realizar-se duas vezes da mesma maneira (Benveniste, 1989 [1965], p. 69).

Na esteira do que propôs Saussure, nessa visão acerca da língua, tem-se que: “Cada uma das unidades de um sistema se define assim pelo conjunto das *relações* que mantém com as outras unidades e pelas *oposições* em que entra: é uma entidade relativa e opositiva” (Benveniste, 1976 [1963b], p. 22, grifos do autor). Desse modo, os elementos linguísticos compõem um sistema de signos, organizam-se enquanto unidades hierarquizadas. Tem-se aqui a língua proposta como sistema. Seguindo adiante nesta reflexão, podemos ainda caracterizar uma estrutura linguística em sua distribuição e suas combinações possíveis no interior do sistema, ou seja, no interior da língua. Em síntese apresentada por Diedrich (2017, p. 382), temos a língua como “um sistema organizado em níveis e unidades, integrados pela forma e pelo conteúdo”, sendo o sistema da língua, dessa maneira, “interpretante dos demais sistemas semiológicos” – a língua como discurso, portanto.

Conforme afirma Flores (2001, p. 59), o objeto da Linguística da Enunciação, apesar de vinculado às formulações saussurianas sobre língua e fala, não é nem uma negação nem uma afirmação absoluta desta, mas uma crença na implicação constitutiva desse par: “os fenômenos estudados nas teorias da enunciação pertencem à língua, mas não se encerram nela; pertencem à fala na medida em que só nela e por ela têm existência”. Em obra de 2013, o pesquisador aponta para o escopo duplo da língua, que abarca tanto a individualidade dos enunciadores quanto a coletividade dos que dela se apropriam: “ela é *ao mesmo tempo uma realidade supraindividual e coextensiva a toda a coletividade* e uma *produção individual do falar* que fundamenta a situação”; disso decorreria sua *dupla natureza paradoxal*: “ela é, ao

mesmo tempo, *imane a ao indivíduo e transcende à sociedade*” (Flores, 2013a, p. 114, grifos do autor).

Conforme Malamoud (1997), retomado por Silva (2018, p. 294), o conceito de sociedade é um *a priori* na reflexão sobre a língua, proposta por Benveniste. Tal sociedade, entretanto, não seria abordada em termos ideológicos, mas sim considerando-se as relações entre os indivíduos e seus grupos. Em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, Benveniste (1989 [1968a], p. 96-97, grifos nossos) afirma que: “Somente a língua **permite** a sociedade. [...] É a língua que **contém** a sociedade”.

No texto *Os níveis de análise linguística*, a língua é apresentada como “sistema orgânico de signos linguísticos” (Benveniste, 1976 [1964], p. 127). Mas qual seria o papel da língua entre os sistemas de signos? Nela, os signos/as palavras atuam como elemento *evocante* de um *referente* (experiência, emoção, realidade concreta). A perspectiva da língua enquanto sistema já fora apresentada pelo autor em texto de 1939, *Natureza do signo linguístico*: “Quem diz sistema diz a organização e adequação das partes numa estrutura que transcende e explica os seus elementos” (Benveniste, 1976 [1939], p. 59).

Logo, podemos divisar a língua em três dimensões: enquanto sistema, numa visão imane a; enquanto constitutiva do homem, em seu aspecto antropológico (Flores, 2015, 2018b, 2019b), dado que, nessa visão particular, “a experiência se inscreve na língua” (Coquet, 2018, p. 60); enquanto mediadora, em sua função simbolizante da realidade e interpretante da sociedade.

Em outra proposta, Flores (2013a, p. 113) aponta que “a língua pode ser analisada enquanto sistema de signos e enquanto emprego desses signos”. Para Coquet (2018, p. 59), seria um “sistema de instâncias enunciantes”; nas palavras do autor, a língua é “um meio de análise de qualquer relação com o mundo singular. Ela é apta a traduzir tanto o geral quanto o particular”.

No artigo *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, Benveniste (1989 [1968a]) descreve que a relação da língua com a sociedade:

- não é estrutural (a organização dos homens não é comparável à da língua);
- não é tipológica (o tipo da língua não influi sobre a natureza específica da sociedade);
- não é histórica ou genética (uma não depende do nascimento da outra).

A língua, em uma das principais proposições presentes no texto *Semiologia da língua*, é apresentada como um meio de análise da sociedade, sendo a língua o instrumento interpretante e a sociedade a realidade interpretada. Na visão do autor, a língua é o único modelo de sistema que é semiótico tanto na sua estrutura formal quanto em seu funcionamento.

Nenhum outro sistema dispõe de uma língua na qual possa se categorizar, se interpretar conforme suas distinções semióticas, ao passo que a língua pode, a princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma (Benveniste, 1989 [1969b], p. 62).

Essa dimensão de autossemitização da língua é também abordada nas *Dernière leçons*, tanto no capítulo dedicado às aulas agrupadas sob o tema da Semiologia, quanto na Aula 12 do capítulo dedicado à língua e à escrita, no qual o autor afirma:

A língua pode – e pode sozinha – dar a um objeto ou a um processo qualquer o poder de *representar*. [...] **Todo comportamento social, toda relação humana, toda relação econômica supõe “valores” enunciados e ordenados pela língua.** As funções inter-humanas mais elementares, as que mantêm a existência dos indivíduos, as funções de produção e de geração, **são funções, antes de tudo, significantes**, elas se apoiam sobre relações de parentesco que consistem em sua denominação (Benveniste, 2014 [1969], Aula 12, p. 157, grifos do autor e nossos).

Aqui, relacionamos o caráter representativo das línguas com a interessante reflexão feita pelo autor em *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana* (Benveniste, 1976 [1956b]). Sem adentrarmos a discussão global do texto, no qual Benveniste combate uma possível homologia entre as operações oníricas e os processos atinentes às línguas primitivas, cremos que trechos desse artigo lançam luz à compreensão daquilo que particulariza as diferentes línguas:

[...] cada língua é específica e configura o mundo à sua própria maneira. As distinções que cada língua manifesta devem ser relacionadas com a lógica particular que as sustenta e não submetidas de imediato a uma avaliação universal (Benveniste, 1976 [1956b], p. 88-89).

Desse modo, o autor aponta que a língua, enquanto materialização da faculdade da linguagem, da faculdade de simbolizar, “é *aprendida*, é coextensiva à aquisição que o homem faz do mundo e da inteligência, com os quais acaba por unificar-se” (Benveniste, 1976 [1956b], p. 92, grifo do autor).

Diedrich (2017, p. 381), ao abordar a aquisição da linguagem na infância, aponta que, “na constituição da tríade homem-linguagem-cultura, encontramos o homem na vivência de experiências derivadas da apropriação da língua”. Segundo a autora, a criança, em sua experiência de aquisição, acessa os “valores culturais revelados no simbólico da língua e mobiliza-os sempre na dependência do aqui-agora por ela vivenciado em suas enunciações” (Diedrich (2017, p. 382). Ou seja, o homem *é e aprende* na e pela língua: “a partir do momento em que se trata do homem que fala, o pensamento reina e o homem **está inteiramente no seu querer falar**, ele é sua capacidade de fala” (Benveniste, 1989 [1968b], p. 19, grifos nossos).

Destacaremos, na seção seguinte, como se dá a apropriação da língua pelo homem nas instâncias enunciativas e como estas são fundantes da subjetividade e da intersubjetividade.

2.1.2 Enunciação, subjetividade e intersubjetividade

Em *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste (1989 [1970], p. 82) define que: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Antes da enunciação, a língua é somente *possibilidade*. É somente no presente da enunciação que a língua é colocada em movimento:

A enunciação é sempre única e irrepitível, porque a cada vez que a língua é enunciada tem-se condições de tempo (agora), espaço (aqui) e pessoa (eu/tu) singulares. Assim, cada análise linguística é única também. É da ordem do repetível apenas a organização do sistema da língua (Flores; Teixeira, 2017, p. 100).

Para Flores (2010, p. 46), a enunciação “não é um nível de análise, mas um ponto de vista – o do sentido – sobre os níveis. A enunciação é transversal à língua. Ela não se encerra em um único compartimento. Ela está em todos os níveis”. Sua centralidade, podemos pensar, culminou, na história das ideias linguísticas, na gama de termos que dão nome ao quadro teórico advindo dos escritos de Benveniste: Teoria da Enunciação, Linguística Enunciativa, dentre outros.

Aya Ono (2007), em sua obra sobre a noção de enunciação em Benveniste, descreve que, além das ocorrências presentes no texto *O aparelho formal*, a palavra “enunciação” é empregada cerca de 30 vezes no conjunto de textos que formam os PLGs I e II. Logo, a noção de enunciação se formou progressivamente, de maneira

não necessariamente metódica nos escritos do autor. Contudo, “embora Benveniste nunca tenha ‘concluído’ seu trabalho, sua definição de enunciação parece ter adquirido um lugar sólido e estável na história da linguística” (Ono, 2007, p. 17). Conforme a interpretação da autora, há dois empregos fundamentais do termo:

- a) a enunciação como descrição de um rito [utilização descritiva da palavra];
- b) a enunciação como ato de utilização da língua [emprego teórico].

No *Aparelho formal*, especificamente, a autora elenca três definições para a enunciação: enunciação como ato, como processo e como discurso.

Segundo o *Dicionário da Linguística da Enunciação* (Flores et al., 2022, p. 102), o ato enunciativo, ato de tomada da palavra, manifestação da enunciação passa a ter “existência em um determinado momento em que a língua é mobilizada por um locutor”. A enunciação é, igualmente, um processo de *apropriação* – pois o locutor se utiliza do aparelho formal da língua e enuncia sua posição: “a linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda designando-se como *eu*” (Benveniste, 1976 [1958b], p. 286, grifos do autor) – e de *atualização*, já que, a cada vez, de modo único, a estrutura da língua é mobilizada por meio de inter-relações exigidas pela ideia a ser expressa. Por fim, a enunciação é, também, discurso: “É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem” (Benveniste, 1976 [1964], p. 140). O discurso seria, portanto, o resultado dessa atualização. Como bem sintetiza Barboza (2020a, p. 137): “podemos entender que o discurso comporta a repetibilidade da língua na irrepetibilidade da enunciação”.

Ainda, ao nos debruçarmos sobre essa noção, é fundamental considerar que, na teorização realizada por Benveniste em mais de 30 anos de produção intelectual, essa noção apresenta *nuances* de sentido, pois, como abordado anteriormente, diferentes foram os contextos de publicação/exposição de suas ideias. De acordo com Silva e Flores (2012, p. 467), “termo frequentemente escrito entre aspas pelo autor: a ‘subjetividade’ é sempre o efêmero efeito de um diálogo”.

Pela simples alocação, aquele que fala de si mesmo instala o outro nele e, dessa forma, se capta a si mesmo, se confronta, se instaura tal como aspira a ser e, finalmente, se historiciza nessa história incompleta e falsificada. A linguagem, assim, é utilizada aqui como palavra, convertida nessa expressão

da subjetividade iminente e evasiva que constitui a condição do diálogo (Benveniste, 1976 [1956b], p. 84).

Em *Da subjetividade na linguagem*, temos os fundamentos dessa propriedade constitutiva da linguagem, a qual se define como “a capacidade do locutor de se propor como sujeito” (Benveniste, 1976 [1958b], p. 286). Assim, é fundamental compreender que o parâmetro central para a enunciação é o enunciador: “a presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno” (Flores; Teixeira, 2017, p. 36). Logo: “Cada enunciado, e cada termo do enunciado, tem assim um *referendum*, cujo conhecimento está implicado pelo uso nativo da língua” (Benveniste, 1976 [1964], p. 137).

O locutor está sempre em constante e necessária relação com sua própria enunciação, pois esse ato individual de apropriação da língua “introduz aquele que fala *em sua fala*” (Benveniste, 1989 [1970], p. 84, grifo do autor), uma vez que “**é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como ‘sujeito’**” (Benveniste, 1976 [1958b], p. 286, grifo nosso). Portanto, conforme enfatizam Costa Silva e Endruweit (2011), é central compreender que Benveniste funda *linguisticamente* a noção de subjetividade.

Em obra de 2019, Flores faz duas considerações que julgamos fundamental retomar: a primeira diz respeito à *passagem* do locutor a sujeito; a segunda adverte quanto à acepção de subjetividade posta por Benveniste (Flores, 2019c). Segundo o linguista, na *origem* do que é dito, temos a *figura do locutor* – “aquele que fala em uma dada instância de discurso e que, ao falar, se autoindica através de marcas específicas na língua” (Flores *et al.*, 2022, p. 157) – e não ainda um sujeito pré-constituído antes do ato enunciativo: “se o locutor **se propõe** como sujeito, não se pode dizer que o sujeito está na origem do que é dito. [...] O sujeito é uma decorrência. Há uma **passagem** de locutor a sujeito” (Flores, 2019c, p. 63, grifo nosso). Esse movimento é fundamental para a compreensão da teoria e nos interessa sobremaneira neste estudo: investigar a enunciação escrita na tentativa de encontrar pistas e estratégias que evidenciem autoria – “as marcas da enunciação e do sujeito no enunciado” (Flores *et al.*, 2021, p. 26) – é olhar para essa passagem, é olhar para o texto como discurso que evidencia um arranjo pelo qual um locutor se propôs como sujeito de sua produção escrita.

Flores (2019c), por fim, chama atenção para o fato de que, quando Benveniste aborda a noção de subjetividade, o faz do interior da ciência linguística: não se trata

de uma discussão psicológica; Benveniste busca compreender e descrever a *subjetividade enquanto construção/marca linguística*. Isto é, focaliza seu estudo nas representações do *sujeito-que-enuncia* e não no sujeito em sentido amplo. Araújo (2019, p. 62) destaca que a subjetividade da qual Benveniste trata “é a capacidade de o locutor colocar-se como *sujeito* no e pelo uso da *língua*”, não um idealismo abstrato ou subjetivista.

Entretanto, estamos diante de uma teoria da intersubjetividade, e não somente da subjetividade: “cada locutor não pode propor-se como sujeito sem implicar o outro” (Benveniste, 1976 [1963b], p. 27). Isso significa dizer que toda enunciação é, também, suirreferencial: é reveladora da experiência subjetiva do locutor e igualmente direcionada a um interlocutor. Tal dialética determinará toda instância enunciativa, não somente os aspectos formais, mas também sua função mediadora, representativa, simbólica:

[...] a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: **para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade**. Isso faz da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva (Benveniste, 1976 [1963b], p. 26, grifo nosso).

Vale aqui reter alguns elementos desse trecho: por que *representa* e *recria*? Porque a realidade a que Benveniste se refere é a criada *pele/no* discurso. Por que enfatizar que a comunicação é *intersubjetiva*? Porque ela se dá como estrutura de diálogo, no qual “duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação” (Benveniste, 1989 [1970], p. 87). Também nas *Últimas aulas* o autor retoma a dimensão de diálogo inerente à língua: ela, “de fato, é uma atividade, um comportamento no qual se está sempre em situação de diálogo” (Benveniste, 2014 [1969], Aula 8, p. 130). E essa compreensão é fundamental para pensar nosso tema de pesquisa, pois a escrita configura-se pelo posicionamento em face de um possível interlocutor (leitor presumido): um dos principais aspectos caracterizadores da enunciação é a “acentuação da relação discursiva com o **parceiro**, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (Benveniste, 1989 [1970], p. 87, grifo nosso). Fenoglio (2019, p. 179) destaca o emprego do termo *parceiro*. Para a autora, ele “indica uma ligação de reciprocidade com um ‘falante’ que [o termo] ‘receptor’ não indica. Sabe-se todo o peso que essa dimensão toma numa teoria que pretende resgatar a ‘subjetividade na linguagem’”.

Assim se delinea o quadro figurativo da enunciação: um *eu* que se inscreve, se constitui pela linguagem; tendo um *tu* pressuposto, que também constitui o sujeito enunciador e a enunciação posta; sendo o primeiro a origem, e o segundo o fim do ato enunciativo.

A Linguística da Enunciação, convém enfatizar, toma para si não apenas o estudo das marcas formais no enunciado, mas busca também refletir sobre o processo de produção deste: sujeito, tempo e espaço. Benveniste, nas palavras de Flores (2013a, p. 76), torna possível “a união entre a singularidade da enunciação e a repetibilidade do sistema”. Assim, “é **no** enunciado que encontramos as marcas do sujeito que nos permitem afirmar que a subjetividade está na língua. Por conseguinte, os sentidos emergem e se multiplicam nas marcas do dizer de tal sujeito” (Fernandes, 2011, p. 137, grifo nosso). Passemos à compreensão dessas marcas, analisando as contribuições de Benveniste quanto ao aparelho formal da enunciação.

2.1.3 O aparelho formal

Cabe, neste momento de nossa exposição, direcionar nosso olhar aos caracteres formais que constituirão a língua enquanto um “sistema que inter-relaciona o valor distintivo das formas e o valor referencial relativo à situação enunciativa” (Flores *et al.*, 2022, p. 150). Ao mobilizar a língua, ao tomá-la como instrumento, o locutor “determina os caracteres linguísticos da enunciação”; assim, passemos a analisar “os caracteres linguísticos que marcam esta relação” (Benveniste, 1989 [1972], p. 82), um dos principais pontos de ancoragem da Teoria da Linguagem de Benveniste: o **aparelho formal da enunciação**.

Este aparato é concebido pelo autor como “uma espécie de dispositivo que as línguas têm para que possam ser enunciadas. Esse aparelho nada mais é que a marcação da subjetividade na estrutura da língua” (Flores; Teixeira, 2017, p. 36). A enunciação, portanto, “supõe a conversão individual da língua em discurso” (Benveniste, 1989 [1970], p. 82); é um ato de instrumentalização da língua vertida em discurso pelo sujeito enunciador:

Benveniste pretende mostrar como o *aparelho formal* da língua a torna capaz não somente de “dominar” objetos e situações, mas sobretudo de “gerar” *discursos* com significações originais, tanto individuais quanto compartilháveis na interlocução com outrem (Kristeva, 2014, p. 37, grifos da autora).

A expressão “aparelho”, podemos pensar, refere-se ao conjunto organizado de elementos linguísticos e estruturais que desempenham um papel fundamental na formulação e na realização de enunciados.

[...] o aparelho formal da enunciação é, a um só tempo, geral – uma vez que é inerente a todas as línguas – e específico. A especificidade se apresenta em dois planos distintos e interligados: a) no plano das línguas, já que cada língua tem seu aparelho; b) no plano do sujeito, já que, para este, o aparelho é sempre único a cada instância de uso (tempo e espaço) (Flores *et al.*, 2021, p. 22).

Tal aparato formal inclui não apenas as palavras e frases utilizadas, mas também as funções e relações sintáticas, as categorias gramaticais e outros elementos que contribuem para a construção e a interpretação do ato enunciativo. Assim, ao mobilizar o conceito de aparelho, destacam-se a complexidade e a riqueza dos recursos linguísticos dos quais os locutores podem lançar mão para comunicar e simbolizar. Igualmente, evidencia-se o caráter universal e particular da enunciação, uma vez que “*é universal que todas as línguas tenham dispositivos que permitam sua utilização singular pelos sujeitos; é particular a configuração destes sistemas e o uso que os sujeitos deles fazem*” (Flores *et al.*, 2021, p. 22, grifo dos autores).

Ao propor o aparelho formal da enunciação, Benveniste (1989 [1970], p. 82-83) afirma: “Este grande processo [a enunciação] pode ser estudado sob diversos aspectos. Veremos especialmente três”, que são: (i) o *aspecto vocal*, isto é, a realização vocal da língua, a enunciação fônica, a fonação; (ii) a *semantização*, que supõe “a conversão individual da língua em discurso”, sendo um aspecto central à enunciação, por conduzir “à teoria do signo e à análise da significância” – ainda, nas palavras de Ono (2007), trata-se de um *ato operacional* que converte a língua em discurso –; e (iii) a *realização individual da língua*.

Ao recuperar as notas de trabalho e demais manuscritos do autor, Irène Fenoglio reproduzir a seguinte anotação do autor acerca do *aparelho*:

Uma mudança <mais sutil, mais profunda> pelo fato de que ela é posta em movimento, de que alguém dela se apropria e a move, a coloca em ação, que este aparelho que jazia, potencial, mas inerte, consistindo em signos de um lado (signos lexicais e outros), em modelos flexionáveis e sintáticos de outro <ganha vida de repente, se torna de repente atual> de repente tem existência, se forma em discurso, **restituindo em torno de si um mundo vivo**. Algo

nasce no mundo, então. Um homem se expressa [...], faz jorrar a língua na enunciação⁹ (Benveniste, 1970 *apud* Fenoglio, 2019, p. 45, grifo nosso).

Assim, a linguagem, enquanto possibilidade de subjetividade, uma vez que contém sempre as formas linguísticas apropriadas para sua expressão, ganha vida, se concretiza no instante enunciativo: “o discurso provoca a emergência da subjetividade” (Benveniste, 1976 [1958b], p. 289).

Ao descrever o aparelho formal da enunciação, Benveniste (1989 [1970], p. 83-85) distingue índices específicos e procedimentos acessórios, os quais permitem ao locutor enunciar sua posição de locutor. Tem-se, portanto, os *índices* (elementos indicadores) e também os *procedimentos* (processos, modos de organização). Esses, embora distintos, são “conceitos complementares e constitutivos do aparelho da enunciação”, estando, assim, em uma relação de complementaridade (Aresi, 2011, p. 272).

Aresi (2018) destaca que o emprego do termo “indicadores” não se dá por acaso na reflexão de Benveniste. Sua designação reflete a função que exercem – não de representar, mas de *indicar*. “Trata-se de elementos que apontam referencialmente para a instância a cada vez única de discurso da qual eles são coextensivos e contemporâneos; eles não existem senão nela” (Aresi, 2018, p. 44).

Os índices específicos, caracteres necessários e permanentes da enunciação, “São as formas específicas das categorias de *pessoa*, *tempo* e *espaço*, reveladas na e pela enunciação, e responsáveis por assegurar a *referência* [...] enquanto condição necessária da enunciação (referência ao ato e à situação de enunciação)” (Aresi, 2011, p. 272, grifo do autor), podendo ser assim sistematizados:

- índices de pessoa (*eu-tu*);
- índices de ostensão de espaço (este, aqui);
- formas temporais (relativas ao presente da enunciação).

De acordo com Flores (2013a, p. 107, grifo do autor), as línguas têm em comum “o fato de possuírem certas categorias elementares que independem da determinação cultural nas quais se vê a *experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se*

⁹ Nota de Émile Benveniste (*Papéis Orientais*, caixa 51, envelope 195, fôlio 486).

situam na e pela linguagem". Não existem, portanto, sistemas linguísticos que não apresentem a possibilidade, em seu interior, de o homem se singularizar.

Segundo Lichtenberg (2006, p. 24), "a língua prevê a noção de pessoa". Quando sintetiza, em sua tese, as proposições de Benveniste acerca das figuras do discurso, a autora retoma que, em todas as línguas, ainda que não seja sob as formas de pronomes ou de categorias verbais, tem-se a noção de pessoa. Benveniste, ao empreender profícua investigação sobre inúmeras línguas, conclui que, independentemente do modo como cada uma expressa tal aspecto, em todas as línguas *eu diz eu*.

Em sua discussão do processo de apropriação do aparato linguístico feito pelo *eu* que se enuncia, Lichtenberg (2006, p. 26) reflete que, quando o sujeito diz *eu*, esse dizer "é sempre único, porque relativo àquele que assim se designa, se apresentando como referente e, ao mesmo tempo, como referido. Não há como dizer *eu* sem particularizar-se". Eis aqui o que Oliveira (2022, par. 3) destaca como *estatuto ambíguo do referente*: "apesar de este orientar necessariamente para uma realidade extralinguística, trata-se, antes de tudo, de uma realidade intralinguística, porque construída discursivamente, já que 'referir' é 'falar de'". Tal compreensão acerca da particularização do eu ao enunciar-se, adverte Lichtenberg (2006), perpassa não somente a dimensão mais direta da constituição da subjetividade na língua e as formas linguísticas que são agenciadas para tanto, mas implica, numa tessitura, todas as demais noções desse quadro teórico.

Uma **dialética singular** é a mola desta subjetividade. A língua provê os falantes de um mesmo sistema de referências pessoais de que cada um **se apropria** pelo **ato** de linguagem e que, em cada instância de seu emprego, assim que é assumido por seu enunciador, **se torna único e sem igual**, não podendo realizar-se duas vezes da mesma maneira (Benveniste, 1989 [1965], p. 69, grifos nossos).

Essa compreensão acerca da dialética singular do *eu* fundador em relação a outros é uma das principais e mais belas contribuições da Teoria da Enunciação de Benveniste, a qual se espraia e permite compreender inúmeros fenômenos linguísticos a partir da tônica particular do sujeito.

A enunciação pressupõe igualmente um *tu*: "indivíduo alocutado na presente instância de discurso que contém a instância linguística tu" (Benveniste, 1976 [1958b], p. 279). Para ele, apontam a força e a direção dos enunciados (Ono, 2007). Ao

explorar a natureza dos pronomes, Benveniste (1976 [1956a]) designa o ato enunciativo como momento fundador do quadro figurativo: quando *eu* se enuncia, ele instaura a existência de um *tu*. Existência essa, convém sempre destacar, tida como *realidade discursiva*, como relação referencial que se dá dentro do próprio discurso (Aldrovandi, 2018).

Dufour (2000, p. 81, grifos do autor) afirma que “Benveniste foi um dos raros a empreender uma descrição sistemática do dispositivo intralinguístico singular pelo qual a língua é posta em ato: *eu* diz a *tu* histórias que obtém *d’ele*”. Assim, a passagem de locutor a sujeito ou o *nascimento do sujeito*, segundo o autor, se dá em três tempos: “o tempo reflexivo do *eu*, o tempo dual do *eu-tu* e o tempo trinitário do *eu-tu-ele*” (Dufour, 2000, p. 91, grifos do autor): há, portanto, uma “trindade” imanente ao ato de enunciar, na qual há uma relação de *implicação*: “o ‘tu’ proposto pelo ‘eu’ não é somente o destino do dito, mas o suposto, o representado” (Silva; Malcorra, 2016, p. 243).

Em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, Benveniste (1976 [1946], p. 250) lança as bases dessa descrição:

Nas duas primeiras pessoas, há, ao mesmo tempo, uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. *Eu* designa aquele que fala e implica, ao mesmo tempo, um enunciado sobre o “eu”: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado de “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa”.

Em sua tese acerca da instauração da criança na linguagem, Silva (2007, p. 7-16) apresenta três operações enunciativas que subentendem a relação da criança com *tu*, o *outro* da enunciação. De modo singular, a autora defende que a criança emerge como sujeito de linguagem quando *é constituída pelo outro*:

1. **operação de preenchimento de lugar enunciativo:** na qual ocorre a passagem do preenchimento de lugar enunciativo a partir do “outro” para o reconhecimento que esse lugar preenchido provoca no “outro”;
2. **operação de referência:** em que se dá a passagem da atualização de uma referência mostrada para uma referência constituída na língua-discurso;

3. operação de inscrição enunciativa da criança na língua-discurso: na qual ocorre a passagem de um uso discursivo de instanciação subjetiva por meio de formas e funções para um uso discursivo em que a enunciação constitui outra enunciação.

Vale a pena retomar sucessivamente as partes desse raciocínio. Num primeiro momento, temos a criança identificando a presença do *outro* em dada instância figurativa. Depois, elabora-se uma operação de referência, na qual uma unidade referencial é constituída *no* discurso, isto é, na consideração de que o interlocutor partilha de um horizonte referencial: “no momento da enunciação e pela enunciação, o eu se constitui, sendo, portanto, suirreferencial” (Costa Silva; Endruweit, 2011, p. 240). Somente depois disso, temos o ato de inscrição da criança, que instaura outra enunciação.

Por fim, temos a “não pessoa”, que remete a uma situação objetiva. A esse respeito, Aresi (2018, p. 42) aponta que, por serem passíveis de identificação somente na instância de discurso que as contêm, as formas *eu-tu* têm a enunciação em si como condição de existência; já a forma *e/e*, de modo oposto,

[...] reporta não à situação de discurso, mas à própria língua fora da alocação. Trata-se, neste caso, de uma referência “objetiva”, em oposição à referência “subjetiva” que marca as formas “eu-tu”.

Aldrovandi (2018, p. 22) explica que o que diferencia a não pessoa da pessoa é sua *natureza* e sua *função*:

- **natureza:** a não pessoa pode ser combinada com qualquer referência de objeto; nunca se refere a si própria ou à instância do discurso, sendo uma forma de objetificação;
- **função:** *e/e* nunca se tornará o sujeito da enunciação da instância discursiva, será sempre um tema.

Para Costa Silva e Endruweit (2011, p. 241), “a forma *e/e* [...] tem por função combinar-se com uma referência objetiva de maneira independente da instância enunciativa que a contém”. “Ele”, portanto, é o assunto sobre o qual se fala, numa dimensão que não compreende nem refere a própria instância do discurso.

Assim, Flores (2013a, p. 91) apresenta a distinção entre pessoa e não pessoa, a qual sintetiza o apresentado até aqui:

- a) **unicidade específica:** *eu* e *tu* são sempre únicos, enquanto *ele* pode referir-se a uma infinidade de sujeitos (ou a nenhum);
- b) **inversibilidade:** enquanto *eu* e *tu* são reversíveis entre si, *ele* não pode ser invertido com nenhum deles;
- c) **predicação verbal:** tudo aquilo que não pertence às pessoas *eu* e *tu* recebe como predicado a forma verbal de terceira pessoa.

A intersubjetividade tem assim sua temporalidade, seus termos, suas dimensões. Por aí se reflete na língua a experiência de uma relação primordial, constante, indefinidamente reversível, entre o falante e seu parceiro. Em última análise, é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem (Benveniste, 1989 [1965], p. 80).

Diferentemente do que ocorre na relação *eu-tu*, a terceira pessoa é desprovida da noção de pessoalidade e não se refere a uma pessoa que propriamente participa do ato de fala; trata-se apenas de uma indicação sobre alguém ou alguma coisa. Portanto, ao caracterizar a não pessoa, Benveniste reflete que ela “não dispõe de condições para tomar a palavra ou mesmo assumir posição de destinatário da enunciação”; assim, *ele* não pode ser tomado como pessoa capaz de se esvaziar de pessoalidade, pois, na verdade, o que se verifica é uma ausência daquilo que qualifica propriamente *eu* e *tu*: “a unicidade da relação enunciativa e a inversibilidade dos papéis no ato enunciativo” (Ferreira Júnior; Flores; Cavalcante, 2015, p. 537).

Seguindo nossa reflexão, chegamos aos índices de ostensão. Os elementos demonstrativos têm uma natureza ostensiva que proporciona uma ampliação do campo dêitico de coordenadas perceptivas. De acordo com Santos (2019, p. 46-47), “os índices de ostensão (‘este’, ‘agora’, ‘aqui’) são signos que implicam um gesto do sistema perceptual da língua que designa o objeto visível e, ao mesmo tempo, invisível”. Isto é, são os elementos linguísticos aos quais chamamos de dêiticos.

Essa referência constante e necessária à instância de discurso constitui o traço que une a *eu/tu* uma série de “indicadores” que pertencem, pela sua forma e pelas aptidões combinatórias, a classes diferentes – uns pronomes, outros advérbios, outros ainda locuções adverbiais (Benveniste, 1976 [1956a], p. 279, grifo do autor).

Trata-se, portanto, de uma relação de referência, constitutiva da língua enquanto comunicação intersubjetiva, em que as formas vazias assumem valor operacional fundamental (Aresi, 2018): “A linguagem de algum modo propõe formas ‘vazias’ das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua ‘pessoa’” (Benveniste, 1976 [1956a], p. 289). Podemos assim sintetizar:

- **signos vazios:** permitem o exercício da linguagem; não referenciais com relação à “realidade”; instrumentos da conversão da linguagem em discurso; signos autorreferenciais;
- **signos plenos:** signos assumidos por um locutor em cada instância de seu discurso.

Por fim, no texto *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste remete aos termos que constituirão o paradigma interno da enunciação: as formas temporais. Caracterizada como quadro inato do pensamento, a temporalidade, segundo o autor, é produzida *na* e *pela* enunciação. Logo, a enunciação tem o poder de instaurar a categoria de presente, da qual, por sua vez, nasce a categoria de tempo. Em asserção disruptiva, Benveniste (1989 [1970], p. 85) estabelece que “O presente é propriamente a origem do tempo”. Inerente à enunciação, a qual se renova a cada produção discursiva, o presente é coextensivo à nossa própria presença, imprimindo

[...] na consciência o sentimento de uma continuidade que denominamos “tempo”; continuidade e temporalidade que se engendram no presente incessante da enunciação, que é o presente do próprio ser e que se delimita, por referência interna, entre o que vai se tornar presente e o que já não é mais (Benveniste, 1989 [1970], p. 85-86).

Falaremos mais sobre o tempo e as formas verbais em seção posterior.

Os procedimentos acessórios, por sua vez, estão ligados à singularidade que cada enunciação evoca; portanto, à língua toda. São alguns deles: a intimação, a asserção, a interrogação e as modalidades formais pertencentes aos verbos ou às fraseologias. Conforme comenta Flores (2018a, p. 405), apesar dos poucos exemplos de procedimentos acessórios, “o raciocínio de Benveniste leva a crer que haveria muitos mecanismos que poderiam ser tomados como acessórios da enunciação”.

Aresi (2011) defende que os procedimentos acessórios são aqueles relativos ao agenciamento das formas, os quais estariam a serviço da semantização *total* da

língua, isto é, não atuam como um elemento coadjuvante. Na leitura do pesquisador, ao utilizar o adjetivo *acessório*, Benveniste não estaria indicando algo “de menor importância” ou “dispensável”, mas um “aspecto de **menor evidência** na investigação acerca da subjetividade na linguagem, sendo as categorias de pessoa, tempo e espaço mais elucidativas dessa instância do homem na língua” (Aresi, 2011, p. 272, grifo nosso). Assim, a conversão da língua em discurso e a constituição do sentido se dariam pela escolha e pelo agenciamento das formas pelos locutores ao realizarem o uso efetivo da língua. No mesmo estudo, ele apresenta a compreensão de que o aparelho formal da enunciação não diz respeito a apenas parte da língua, pois “esta se encontra inteiramente sujeita à enunciação” (Aresi, 2011, p. 272).

A título de síntese, Flores (2018a, p. 406) afirma que o quadro formal da enunciação pode ser assim compreendido:

- a) pelo ato no qual estão implicados locutor e alocutário;
- b) pela situação cuja instância de discurso constitui a referência construída na enunciação;
- c) pelos instrumentos de realização (específicos e acessórios).

Por fim, ao concluir esta seção, cabe retomar a ressalva registrada por Barboza (2020a, p. 147): “Toda enunciação possui ‘eu-aqui-agora’, no entanto, ‘eu-aqui-agora’ não precisam estar marcados formalmente”. Nisso está também a riqueza dessa teoria para se pensar em que medida as marcas de autoria, por exemplo, podem ser previstas em textos escritos: para além dos caracteres mais fixos nos sistemas gramaticais das línguas, há uma série de formas de modalização, organização, hierarquização do enunciado que evidenciam a singularidade enunciativa, tendo em vista que nenhum sujeito se apropria da mesma forma desse aparato. Ainda que repetidos em uma mesma organização linguística, o contexto, o tempo e os interlocutores nunca são exatamente os mesmos. O enunciado é sempre novo, pois as instâncias do discurso nunca são idênticas: “Usar *eu* é reconhecer-se com direito à fala, ou seja, é dar-se um lugar no espaço simbólico” (Teixeira, 2012, p. 78-79). Logo, o agenciamento singular das formas no ato enunciativo instaura sempre um novo espaço autoral, uma vez que compreende sempre um novo locutor frente a uma nova situação enunciativa.

2.1.4 Tempo e verbo

Em *A linguagem e a experiência humana*, Benveniste (1989 [1965], p. 70) afirma que “Das formas linguísticas reveladoras da experiência subjetiva, nenhuma é tão rica quanto aquelas que exprimem o tempo”. Ao iniciar sua reflexão sobre o tema, o autor começa por esclarecer que as línguas exprimem essa noção de formas muito distintas, para além dos paradigmas verbais canônicos às línguas indo-europeias.

Assim, ao lermos *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, é possível presumir que o autor defende ser necessário romper com a noção de que há um conjunto de três posições determinantes de uma forma verbal provida de um índice de pessoa, sendo necessário “procurar saber como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda a sua oposição, uma vez que não podemos atingi-las a não ser pelo que as diferencia” (Benveniste, 1976 [1946], p. 248). Isto é, deve-se mobilizar tais categorias linguísticas pensando sua relação entre si e com outros elementos do sistema.

Outra “confusão” que Benveniste busca dissipar diz respeito à ideia de que as línguas reproduzem o tempo objetivo. De acordo com o linguista, as línguas “elaboram um sistema temporal complexo” (Benveniste, 1989 [1965], p. 71), mas, antes de explorá-lo, ele estabelece uma distinção entre o tempo físico e seu correlato psíquico, o tempo crônico:

- **tempo físico:** contínuo, uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade;
- **tempo crônico:** tempo dos acontecimentos, presente em instituições humanas como o calendário (fruto de convenções culturais).

Ao descrever o tempo crônico, Benveniste (1989 [1965], p. 71) assim registra: “Nossa vida tem portanto pontos de referência que situamos exatamente numa escala reconhecida por todos, e aos quais ligamos nosso passado imediato ou longínquo”. Para tocá-lo, nele nos situarmos, podemos lançar mão de uma visão retrospectiva ou prospectiva. Logo, o tempo crônico, congelado na história, “admite uma consideração bidirecional, enquanto nossa vida vivida corre (é imagem recebida) num único sentido”. Como condições do tempo crônico, o autor estabelece:

- a) sua condição **estativa:** há um ponto zero do cômputo;

- b) sua condição **diretiva**: há um eixo de referência anterior ou posterior ao ponto inicial;
- c) sua condição **mensurativa**: há um repertório de unidades de medidas que servem para delimitar seus intervalos.

Depois dessa explanação, temos uma das reflexões-base da teoria benvenistiana: o **tempo linguístico**. Segundo Fenoglio (2019, p. 199): “A pessoa e o tempo só são observáveis psicologicamente porque a sua experiência como linguagem aconteceu previamente, e não o inverso”, pois “É pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo” (Benveniste (1989 [1965], p. 74).

O tempo linguístico é instaurado cada vez que o sujeito enuncia. Pelo seu ato enunciativo, instaura-se um antes e um depois próprios e irrepetíveis. Ao dar um caráter de *acontecimento* a todo enunciado, o discurso faz “existir um tempo subjetivado; dessa forma, somente ele torna possível a atualização da linguagem humana” (Fenoglio, 2019, p. 161).

- **tempo linguístico**: tempo ligado ao exercício da enunciação/fala; contemporâneo da instância do discurso que o menciona.

Para o autor, o único tempo da língua seria o presente da fala, pois ele é o fundamento das oposições temporais da língua: “Este presente é reinventado a cada vez que um homem fala porque é, literalmente, um momento novo, ainda não vivido” (Benveniste, 1989 [1965], p. 75), tendo em vista que “o caráter da linguagem é o de propiciar um substituto da experiência que seja adequado para ser transmitido sem fim no tempo e no espaço” (Benveniste, 1976, [1952], p. 65).

Além do tempo presente como origem do tempo linguístico, “a relação intersubjetiva também emana da inscrição da enunciação no presente daquele que enuncia” (Farias; Nunes, 2003, p. 172). Benveniste (1989 [1965], p. 77-78) assim elucida a questão:

[...] a temporalidade que é minha quando ela organiza meu discurso é aceita sem dificuldade como sua por meu interlocutor. Meu “hoje” se converte em seu “hoje”, ainda que ele não o tenha instaurado em seu próprio discurso, e meu “ontem” em seu “ontem”.

Logo, o tempo do discurso funciona como um fator de intersubjetividade, pois o quadro referencial instaurado pela enunciação tem uma dimensão compartilhada.

O problema do tempo linguístico não é, assim, realmente um problema de “tempo”, mas um problema de *demarcação* temporal. Trata-se de se organizar, a cada vez, a temporalidade dos julgamentos em relação a uma marcação que pode ser, no sistema do discurso, o presente da fala, ou, no sistema da narração, um momento dado, precisado no *enunciado* (uma data, por exemplo) (Dessons, 2006, p. 124, grifos do autor).

Assim, temos também uma diferença de natureza formal, entre a *enunciação de discurso* e a *enunciação histórica* (Benveniste, 1976 [1959]). No plano histórico da enunciação, temos a narrativa do tempo passado, na qual os acontecimentos se passariam sem a presença de um locutor ou da pessoa de um narrador. Nesse plano, os eventos são narrados de modo objetivo, sem que o locutor interfira na narrativa. Formalmente, a enunciação histórica compreende apenas formas de terceira pessoa. Em oposição, o plano da enunciação do discurso supõe um locutor e um ouvinte, caracterizando-se, em sentido amplo, por “toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro” (Benveniste, 1976 [1959], p. 267). Constituem o plano do discurso (nível que exploraremos também na próxima seção desta tese), a diversidade de discursos orais de quaisquer natureza e nível, e também a gama de escritos que os reproduzem, tais como correspondências, obras didáticas etc. Tal distinção, contudo, não retrata uma oposição entre língua falada e escrita: enquanto a narrativa histórica reserva-se à língua escrita, o discurso pode ser tanto escrito quanto falado.

Outra questão abordada pelo autor acerca do verbo diz respeito ao *status* das vozes verbais, definidas em ativa, média e passiva:

- **ativa:** processo que afeta o objeto;
- **média:** processo que afeta o sujeito e o objeto;
- **passiva:** processo que afeta o sujeito.

Segundo Silva (2004, p. 176), a concepção de voz verbal em Benveniste não é nem estritamente lexical (opondo ação e estado), nem unicamente semântica (exprimindo a relação do sujeito com o processo): “A noção fundamental para distinguir e, conseqüentemente, conceituar a voz é a relação da desinência verbal e

seu sujeito: afetamento ou não afetamento do sujeito pelo processo verbal”, conforme sintetizado acima.

Por fim, o autor aponta que outras categorias internas ao verbo possuem estatuto intersubjetivo – aspecto, tempo, pessoa, gênero –, mediante realização em uma instância de discurso contendo *eu* (significação subjetiva) ou *ele* (significação objetiva). Como bem sintetizam Flores *et al.* (2021, p. 89-90): “Em todas as descrições na linguagem, Benveniste observa peculiaridades, sutilezas semânticas, rupturas, em aparentemente homogêneos paradigmas formais”. A ruptura operada em cada um deles deve-se fundamentalmente à presença da subjetividade na linguagem.

Com as categorias verbais não haveria de ser diferente: ao propor uma “generalização sistêmica da temporalidade linguística” (Flores, 2013a, p. 72), o homem que se constitui pela linguagem e a linguagem em sua dimensão significativa são os grandes princípios que regerão o modo de análise proposto pelo autor.

2.1.5 Níveis de análise: signo, palavra, frase e discurso

Em *Os níveis de análise linguística*, Benveniste (1976 [1964]) apresenta mais uma importante contribuição. Nesse artigo, temos acesso ao linguista que estabelece métodos próprios, busca organizar categorias analíticas a fim de acessar, descrever e explicar os dados linguísticos com os quais se defronta – o que, nas palavras de Kristeva (2014, p. 34), caracteriza o estilo de pensamento benvenistiano,

[...] no qual o detalhe morfossintático encontra a interrogação permanente das categorias fundamentais, linguísticas e/ou filosóficas, que se caracteriza [...] pela vontade de “significar” (abrir pensamento, problematizar, questionar) e de determinar como significar se engendra no aparelho formal da linguagem.

Para a Linguística da Enunciação, o principal atributo da linguagem é a significação, do que decorre também ser chamada de “Semântica da Enunciação”. Mas o que é *significar*?

Segundo Kristeva (2014, p. 34-35):

[essa] questão metafísica leva Benveniste à busca de uma solução “material”, no próprio funcionamento da linguagem: [...] é nas “propriedades” da própria linguagem que ele prospecta e analisa as possibilidades de fazer sentido, específicas deste “organismo significante” que é a humanidade falante.

Logo, no horizonte dessa “materialidade”, temos uma oposição primal: de um lado, a *forma*, que pode ser definida em sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior; de outro, o *sentido* de uma unidade linguística, definido como capacidade de integrar uma unidade de nível superior (Benveniste, 1976 [1964], p. 135-136). Tal oposição, porém, é questionada pelo autor, pois “sentido e forma são correlatos, devem ser tratados conjuntamente” (Ono, 2007, p. 60).

No horizonte teórico construído por Benveniste (1976 [1964], p. 130), o **sentido** é “a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* linguístico”, podendo ser definido pela “totalidade dos seus empregos, pela sua distribuição e pelos tipos de ligações resultantes” (Benveniste, 1976 [1954a], p. 320).

Para Benveniste (1976 [1964], p. 130-131, grifo nosso), na análise linguística, sempre uma condição de sentido deve ser satisfeita:

Em vez de ziguezaguear com o “sentido” e de imaginar processos complicados – e inoperantes – para deixá-lo fora do jogo retendo somente os traços formais, é preferível reconhecer francamente que ele é uma **condição indispensável da análise linguística**.

Segundo Flores (2019c, p. 22), “o sentido decorre de um trabalho que implica colocar em jogo uma cadeia que rege os significantes”, ou seja, o sentido é sempre situacional e intersubjetivo (Batista; Silva, 2020), pois relaciona uma forma linguística à condição figurativa em que se encontra. É, ainda, a capacidade de uma unidade de exercer uma função proposicional.

Podemos tomar como exemplo dessa discussão o que o autor dispõe sobre a palavra:

A palavra tem uma posição funcional intermediária que se prende à sua dupla natureza. Por um lado, decompõe-se em unidades fonemáticas que são de nível inferior; por outro, entra, a título de unidade significante e com outras unidades significantes, numa unidade de nível superior (Benveniste, 1976 [1964], p. 131).

Em *Saussure após meio século*, o autor posiciona-se quanto às antinomias presentes na obra de Saussure, estabelecendo que,

[...] quanto mais penetrarmos no mecanismo da significação, melhor veremos que as coisas não significam em razão do seu *serem-isso* substancial, mas

em virtude de traços formais que as distinguem das outras coisas da mesma classe (Benveniste, 1976 [1963a], p. 45, grifo do autor).

Assim como nos escritos atribuídos ao mestre genebrino, vislumbramos aqui a noção de valor interior ao sistema como um dos aspectos da significação: significar é ser distintivo.

Um **signo** é materialmente função dos seus elementos constitutivos, mas o único meio de definir esses elementos como constitutivos consiste em identificá-los no interior de uma unidade determinada onde preenchem uma função *integrativa*. Uma unidade será reconhecida como distintiva num determinado nível se puder identificar-se como “parte integrante” da unidade de nível superior, da qual se torna o *integrante* (Benveniste, 1976 [1964], p. 133, grifos do autor e grifo nosso).

Pelo fato de serem discretas, as entidades linguísticas apresentam duas espécies de relação: *relações distribucionais* (entre elementos do mesmo nível); e *relações integrativas* (entre elementos de níveis diferentes). Isto é, uma unidade pode conter constituintes e funcionar como integrante. Desse modo, essas relações constituem duas formas de análise linguística complementares: na dissociação, isolamos determinados componentes, o que nos leva à compreensão de sua constituição formal; a integração, por sua vez, leva-nos às unidades significantes.

Antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano. [...] Que a linguagem significa quer dizer que a significação não é qualquer coisa que lhe seja dada por acréscimo ou, numa medida mais ampla, por uma outra atividade; é de sua própria natureza; se ela não fosse assim, não seria nada (Benveniste, 1989 [1966-1967], p. 222).

Assim, partimos da noção de nível, uma vez que, nas palavras do autor:

Só ela é própria para fazer justiça à natureza *articulada* da linguagem e ao caráter *discreto* dos seus elementos; só ela pode fazer-nos reconhecer, na complexidade das formas, a arquitetura singular das partes e do todo (Benveniste, 1976 [1964], p. 127, grifos do autor).

Benveniste estabelece que a análise linguística pode realizar-se por meio de duas operações: a segmentação e a substituição. Como método de distribuição dos elementos linguísticos, ele retoma as relações propostas por Saussure (2012), sendo a *relação sintagmática* a relação do elemento com os outros elementos

simultaneamente presentes na mesma porção do enunciado; e a *paradigmática*, a relação do elemento com os outros elementos mutuamente substituíveis.

Enquanto unidade do discurso, caberá à **frase**¹⁰ esse caráter distintivo de ser um predicado, veicular uma proposição. A frase é entendida como “o *locus* onde estão *contidos* traços ou determinantes que revelam a face coletiva da língua (signos), mas que estão em função de um sentido, de uma mensagem particular” (Silva, 2004, p. 139, grifo da autora). O predicado, nesse viés teórico, é compreendido como “uma propriedade fundamental da frase”, não sendo, contudo, uma unidade da frase. “Não há muitas variedades de predicação. A frase é uma classe formal que teria por unidade ‘frasemas’ delimitados e opostos entre si” (Benveniste, 1976 [1964], p. 129).

Por vezes, como nos advertem Flores (2013a) e Flores *et al.* (2022), o termo “frase” é empregado em sentido equivalente ao conceito de enunciado, sendo assim definido pelo autor:

A frase é uma unidade, na medida em que é um segmento de discurso, e não na medida em que poderia ser distintiva com relação a outras unidades do mesmo nível – o que ela não é, como vimos. É, porém, uma unidade completa, que traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação. Os que se comunicam têm justamente isto em comum, uma certa referência de situação, sem a qual a comunicação como tal não se opera, sendo inteligível o “sentido” mas permanecendo desconhecida a “referência” (Benveniste, 1976 [1964], p. 139-140).

Ao tematizar a frase nominal¹¹, em texto de 1950, o autor indica que esta “afirma uma certa ‘qualidade’ (no sentido mais geral) como própria do sujeito do enunciado” (Benveniste, 1976 [1950], p. 172). Já ao abordar enunciados de natureza assertiva, Benveniste (1976 [1950]) lhes atribui dupla função: a função coesiva, a qual daria conta da organização dos elementos em uma estrutura completa; e a função da atribuição a um enunciado de um predicado de realidade.

Segundo Benveniste (1976 [1963b], p. 26): “Aquele que fala/escreve faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento”; aquele que o ouve/lê, por sua vez, “apreende primeiro o discurso e, através desse

¹⁰ Outro termo que merece especial cuidado quanto à sua flutuação terminológica, a frase, em determinados textos do autor, se aproxima muito da própria noção de enunciação. Ono (2007, p. 59) elenca diferentes usos dados a essa noção nos textos de Benveniste: como nível de análise linguística pelo qual adentramos o universo do discurso, como atualização, como predicação etc.

¹¹ “[...] cada instância de emprego de um *nome* refere-se a uma noção constante – virtual ou atualizada – idêntica na representação que desperta” (Flores, 2013a, p. 93, grifo do autor).

discurso, o acontecimento reproduzido”. Essa singularidade da enunciação, nas palavras de Diedrich (2017, p. 38),

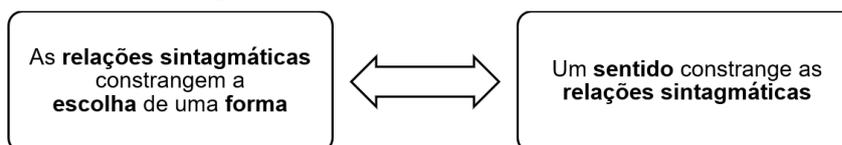
[...] impõe ao discurso uma sintaxe enunciativa particular que afeta a língua como um todo e que nos faz olhar para a relação forma-sentido na sintagmatização do discurso, uma vez que todos os níveis linguísticos comparecem imbricados na enunciação.

Silva (2004) aponta para a situação limítrofe da sintaxe nos textos de Benveniste. De um lado, temos a sintaxe enquanto diversas distribuições lineares de um mesmo signo ou de paradigmas de signos; de outro, a sintaxe enquanto enunciação de asserção da realidade

[...] cujas modalidades (verdade absoluta ou ocasional) dependem duplamente da **forma** do enunciado em uma dada língua (presença ou ausência de um verbo) e da **função** (informativa ou argumentativa) nos discursos (Silva, 2004, p. 179, grifos nossos).

Logo, tem-se a frase enquanto mecanismo gramatical e enquanto enunciado. No entanto, tal divisão, conforme adverte Silva (2004, p. 182), se justifica apenas metodologicamente. São concepções imbricadas, pois as relações morfológico-sintático-enunciativas são as responsáveis pelo sentido do enunciado:

Figura 1 – O Sentido do Enunciado



Fonte: Elaborada pela autora a partir de Silva (2004).

O sentido da frase é de fato a ideia que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras [...]. O sentido de uma frase é outra coisa diferente do sentido das palavras que a compõem. O sentido de uma frase é sua ideia, o sentido de uma palavra é seu emprego. A partir da ideia, a cada vez particular, o locutor agencia palavras que neste emprego tem um “sentido” particular [...]. Ainda que se compreenda o sentido individual das palavras, pode-se muito bem, fora da circunstância, não compreender o sentido que resulta da junção das palavras [...]. A frase é então cada vez um acontecimento diferente (Benveniste, 1989 [1966-1967], p. 230-231).

Como forma constituinte da frase, a **palavra** concretiza sua significação: “Na prática, a palavra é encarada sobretudo como elemento sintagmático, que constitui

enunciados empíricos” (Benveniste, 1976 [1964], p. 132). Para o autor, “as palavras que estão dispostas na cadeia e cujo sentido resulta precisamente da maneira em que são combinadas não têm senão empregos” (Benveniste, 1989 [1966-1967], p. 231).

Benveniste demonstra, em sua exposição, que, se os contextos sintagmáticos influenciam o sentido das palavras, da mesma forma, a designação¹² das palavras modifica seu contexto. Logo, “a relação designação-contexto (sintagmático) é de dupla implicação: um eixo implica o outro *por sua vez* durante o processo de constituição do sentido” (Silva, 2004, p. 179, grifo da autora). Ao designar, nomear um fenômeno, evento, realidade, isto é, categorizar algo por meio de uma escolha lexical, o enunciador atribui um sentido que é intersubjetivo, pois também é constituído pela quadro enunciativo em que se insere: o eu, aqui e agora da enunciação em relação a um tu.

Aya Ono (2007, p. 60), em capítulo dedicado à frase e a noções correlatas, traça a distinção entre o nível do signo, em que existe apenas o *reconhecimento* de uma unidade significativa, e o nível da frase, no qual há a *compreensão* de uma palavra como portadora de significância e referência.

Para os objetivos do estudo aqui proposto, é fundamental tematizar a **sintagmatização** tanto em sua dimensão de restrição estrutural, pois o arranjo das formas “disponibilizadas” pelo sistema da língua obedece a determinadas regras, como em sua dimensão de criatividade, pois os locutores têm liberdade de selecionar determinados elementos do repertório lexical das línguas particulares, ordenando-os/organizando-os com dada liberdade de combinação e veiculação (Ono, 2007).

Como definem Flores *et al.* (2022, p. 216, grifo nosso), a sintagmatização é um “**trabalho** realizado por quem utiliza a língua, relativo ao estabelecimento de inter-relações entre as palavras que constituem o enunciado”. Esse trabalho é realizado porque há uma ideia a ser expressa, uma intenção, relativa tanto à própria atitude do locutor, em sua passagem a sujeito, quanto à situação enunciativa – a sintagmatização está sempre a serviço da semantização: “Que a ideia só encontre

¹² Em estudo de 2020, Barboza identificou que o par designação-significação aparece de três modos distintos na obra de Benveniste: (i) como operador no processo de análise semântica, quando empregado em textos relativos a estudos de comparação de línguas; (ii) como elemento central para a emergência da (inter)subjetividade, quando os textos estão mais ligados aos estudos enunciativos; e (iii) quando figuram em textos com pontos de vista mais próximos à perspectiva semiológica (Barboza, 2020b).

forma num agenciamento sintagmático, esta é uma condição primeira, inerente à linguagem” (Benveniste, 1989 [1966-1967], p. 230-231).

Aqui, convém retomar a noção de *intented*, o intencionado da frase:

Com a frase, se enuncia algo, se afirma ou questiona uma realidade etc. O locutor quer dizer algo. Um pensamento se enuncia em palavras, e é o pensamento (do locutor) que o ouvinte se esforça para captar, para compreender (Fenoglio, 2019, p. 77).

Além dessa ideia de que o intencionado relaciona-se a um *pensamento* advindo do locutor, é importante salientar uma questão temporal acerca dessa noção: no quadro benvenistiano, ela refere-se a uma intenção que se constrói *ao mesmo tempo* que se configura o discurso, isto é, não é algo prévio (Neumann, 2013, 2022). Assim, a sintagmatização, conquanto seja o fenômeno organizador dos elementos constitutivos da frase, ao organizar sua ideia, seu sentido, não é a soma de significados das partes: o intencionado deve ser compreendido globalmente, incluindo-se a situação do discurso (contexto referencial da frase). Nas palavras de Flores (2022), cabe sempre questionar quanto ao emprego das formas, mas, principalmente, ao emprego da língua: “O que o falante fez para dizer o que disse?”.

Como bem sintetiza Ono (2007), a frase é concebida por Benveniste como uma atualização da linguagem, uma realização da língua em situação discursiva, ou seja, como um discurso realizado, não como uma entidade abstrata e virtual.

Com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua; com a frase liga-se às coisas fora da língua; e, enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor (Benveniste, 1989 [1966-1967], p. 230).

Em outras palavras, a frase apresenta uma predicação, mas também um sentido variável, uma referência. Ela terá tantas funções quantas forem suas realizações (Silva, 2004).

As noções presentes na teoria benvenistianiana são profundamente interligadas, costuradas, numa delicada e complexa trama conceitual. Logo, empreender a tarefa de sintetizá-las a fim de, num segundo momento, empregá-las numa pesquisa aplicada, se revela um grande desafio. Sentimo-nos num movimento pendular: do mais amplo ao mais específico, do mais formal ao mais significativo, do mais individual ao mais coletivo, do mais concreto ao mais abstrato...

Assim, da síntese acerca dos níveis de análise propostos pelo autor, voltamos agora ao nível do discurso, buscando compreender o que disse Benveniste acerca das instâncias do discurso – que agrupam o sujeito que enuncia e o aqui-agora de sua enunciação (reflexão que já tocamos em determinados pontos deste texto) – e do próprio discurso, grande noção globalizante: “Observar-se-á sobretudo, porém, que todo o trabalho do linguista se apoia realmente sobre o discurso, implicitamente assimilado à língua” (Benveniste, 1976 [1954b], p. 11).

A **instância do discurso**, como dissemos, relaciona-se ao funcionamento enunciativo dos *indicadores de subjetividade*, os quais se referem a ela e nela são produzidos. Pode ser compreendida como o “espaço-tempo em que o discurso é produzido” (Flores, 2013a, p. 39), materializando-se pelos “atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavras por um locutor” (Benveniste, 1976 [1956a], p. 227).

Na instância de discurso, se instauram as relações espaciais e temporais cuja unicidade define o sujeito da enunciação, referindo-se ao tempo e ao lugar onde *eu* fala *agora* e *aqui*. Igualmente, “a acentuação da relação discursiva com o parceiro” também constituirá a instância discursiva (Benveniste, 1989 [1970], p. 87), numa organização referencial dos signos linguísticos, que estabelecerá um horizonte de referência: “Eis aí [...] a dupla função do ato de discurso: para o locutor, trata-se da representação da realidade; para o ouvinte, da recriação da realidade” (Diedrich, 2017, p. 384). Logo, ela se configura como um “eixo referencial cada vez único para a temporalidade” (Flores *et al.*, 2022, p. 142).

Aqui, cabe um parêntese na sequência explicativa/sintética que estamos apresentando, tanto para dar maior destaque ao conceito de **espaço**, por vezes pouco abordado em estudos sobre a Teoria da Linguagem de Benveniste, quanto para registrar que os estudos de Barboza (2011, 2013, 2020a) sobre o espaço de enunciação fizeram com que o título desta tese fosse alterado para “Marcas de autoria e espaço-tempo escritural: uma proposta analítica para artigos acadêmicos à luz da Teoria da Linguagem de Émile Benveniste”, numa tentativa de defender, por meio do instrumento avaliativo que é o objetivo central deste estudo doutoral, entre outros aspectos, que na enunciação escrita há a construção de um espaço-tempo. O texto acadêmico é, enquanto enunciação escrita, a instauração de um espaço-tempo, pois nele é possível depreender um “sistema de referências discursivas que organiza uma dimensão espacial do discurso” (Barboza, 2020a, p. 133).

Em Benveniste (1976 [1958a], p. 69-70), temos a categoria de espaço enquanto sistema de coordenadas espaciais organizado a partir de um ponto central, o “eu”, em modalidades variáveis: “O sistema de coordenadas espaciais se presta também para localizar todo objeto em qualquer campo que seja, uma vez que aquele que o organiza está ele-próprio designado como centro e ponto de referência” (Benveniste, 1976 [1958a], p. 69-70). Tal categoria, como já vimos, é atualizada por meio de índices de ostensão e de localização espacial. Assim, na linguagem, são manifestos o espaço topológico (“organização espacial dos objetos, dos seres [...] categoria ôptica e ontológica”) e o espaço enunciativo (Barboza, 2020a, p. 145).

Contudo, para além de aspectos mais atinentes à materialização da noção de espaço topológico, nos é cara a segunda acepção da categoria: tida como ocupação de um lugar de enunciação como espaço de simbolização. Para Barboza (2020a, p. 146-147, grifo da autora), “enunciar é ocupar espaço na língua-discurso”; logo, “para que se torne sujeito, é condição *sine qua non* que o sujeito ocupe/conquiste seu *espaço de enunciação*”. Portanto, temos um espaço escritural/enunciativo a ser construído, mas também ocupado, conquistado por esse locutor que se singulariza na enunciação.

Seguindo, o *Dicionário da Linguística da Enunciação* apresenta três propriedades essenciais da instância de discurso (Flores *et al.*, 2022, p. 142-143):

- a) ela se identifica a uma temporalidade que contém os indicadores de subjetividade;
- b) ela se liga ao momento inicial de produção do enunciado, sendo o espaço-tempo de atualização da forma *eu*;
- c) ela também tem papel fundamental na *passagem* de locutor a sujeito, sendo o lugar em que sujeito e linguagem se ligam.

Como resultado de pesquisa na qual analisou o acervo dos escritos de Benveniste na Biblioteca Nacional da França (BNF), Fenoglio (2019, p. 161) resume as proposições do autor acerca da noção de *discurso* da seguinte forma:

- O discurso constitui o espaço de observação para o linguista, no qual se faz ver o funcionamento de categorias universais e estruturantes de toda língua;

- O discurso é lugar de funcionamento do “instrumento linguístico” (pronome pessoal, dêitico, marcadores temporais);
- O discurso atualiza o instrumento linguístico;
- O discurso permite ao instrumento linguístico fundar a experiência humana subjetiva, a subjetividade;
- O discurso é o eixo ordenador da língua;
- O discurso instala a temporalidade;
- O tempo do discurso é fator de intersubjetividade.

O **discurso**, nas palavras do autor, “é, ao mesmo tempo, portador de uma mensagem e instrumento de ação” (Benveniste, 1976 [1956b], p. 84). Para Flores (2013a, p. 85), é o funcionamento da língua que “permite a integração da sociedade e a adequação do mundo e, por consequência, a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência”.

Em estudo de 2012, Flores e Endruweit propõem, a partir do texto *O aparelho formal da enunciação*, três posicionamentos distintos quanto ao termo “discurso”: (i) discurso como manifestação da enunciação; (ii) discurso como instância de discurso; (iii) discurso como formas complexas. Na primeira acepção, temos o presente da enunciação que se renova a cada vez que um discurso é produzido. Logo, a produção do discurso é equiparada ao ato de produzir, sendo, portanto, um sinônimo de enunciação. Tal equivalência reforça a concepção de que o discurso pode ser compreendido como um produto resultante da enunciação. Ainda nesse posicionamento, manifesta-se o entendimento desse termo como parte da enunciação, pois “É o ato mesmo do discurso que funda o ‘agora’, que instaura igualmente a referência” (Flores; Endruweit, 2012, p. 205). Já ao abordar o discurso como instância de discurso, vemos que há uma relação muito próxima desta com a ideia de produção inicial de um enunciado, uma vez que a instância de discurso é também o espaço-tempo em que o “eu” é identificado ao locutor. Por fim, existe a menção ao discurso enquanto o agenciamento de formas complexas, nas múltiplas relações entre forma e sentido que podem ser vislumbradas nos diferentes níveis de análise linguística.

2.1.6 O semiótico e o semântico

Escolhemos concluir nossos pressupostos teóricos pela divisão proposta pelo autor quanto aos planos **semiótico** e **semântico**, pois desta reflexão passaremos aos aspectos particularizantes da escrita.

A língua, segundo Benveniste (1989 [1969b]) em *Semiologia da língua*, combina dois modos distintos de significância: o modo semiótico e o modo semântico. Por definição, o semiótico é o “sistema de signos cuja significação se estabelece intrassistema, mediante distinção”; já o semântico consiste no “sistema linguístico resultante da atividade do locutor em relação à língua” (Flores *et al.*, 2022, p. 205-206).

Fenoglio (2019, p. 191) defende que o modo como Benveniste, partindo de noções herdadas e separadas de “semiótica” e de “semântica”, constrói um novo objeto teórico, o par conceitual semiótico e semântico, lhe permitiu “ultrapassar Saussure” ao tratar linguisticamente não mais somente do signo, mas da frase.

Nas palavras de Fenoglio (2019, p. 77), Benveniste ancora o semântico na “realidade de experiência imediata que é a língua para o locutor”; assim, “todo enunciado, sendo intentado, contém o vivido”. Já o semiótico, por sua vez, não teria nada a transmitir, a mostrar, senão ele mesmo:

[...] <do signo, descontínuo, unidade, pura identidade consigo mesmo, pura alteridade com tudo>. [...] se refere ao *modo de significância próprio ao signo tomado nele mesmo* pelo fato de que ele apenas <e em estado isolado> evoca ao espírito um significado [...] ^{13,14} (Benveniste, 1968 *apud* Fenoglio, 2019, p. 56).

No quadro abaixo, estabelecemos oposições entre os dois planos:

¹³ Émile Benveniste, notas para a contribuição ao Simpósio de Varsóvia: “A distinção entre o semiótico e o semântico” (fólios 113-116).

¹⁴ Mantivemos as marcas formais empregadas pela autora, que analisa os manuscritos de Benveniste no âmbito da Crítica Genética. Entretanto, não nos deteremos em sua explicação ou análise, pois não se relacionam aos objetivos desta pesquisa.

Quadro 2 – O Semiótico e o Semântico

SEMIÓTICO	SEMÂNTICO
Modo de significância que é próprio do signo linguístico e que o constitui como unidade.	Modo específico de significância que é engendrado pelo discurso .
Cada signo entra numa rede de relações e de oposições com os outros signos que o definem e o delimitam no interior da língua.	Língua em emprego e ação.
É separado e independente de toda referência.	Toma necessariamente a seu encargo o conjunto dos referentes.
Deve ser reconhecido .	Deve ser compreendido .
Intralinguístico.	Discursivo.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Benveniste (1989 [1969b]).

Barboza (2020a, p. 123, grifos nossos e da autora) apresenta os modos semiótico e semântico, destacando que “o primeiro responde à pergunta do *significar* (**tem** sentido?), enquanto o segundo a do *comunicar* (**qual** é o sentido?)”. Para Aresi (2011, p. 266, grifos do autor): “Trata-se, na verdade, de conceber a *língua toda* enquanto sistema formal intralinguístico (semiótico) e de conceber a *língua toda* enquanto língua atualizada em frase por um locutor (semântico)”. Logo, enunciar, nas palavras do pesquisador, é “semantizar e sintagmatizar o semiótico”.

O privilégio da língua é de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação. Daí provém seu poder maior, o de criar um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância. É nesta faculdade metalinguística que encontramos a origem da relação de interpretância pela qual a língua engloba os outros sistemas (Benveniste, 1989 [1969b], p. 66).

Em *Estrutura da língua e da sociedade*, são elencados três aspectos da interpretância da língua (Benveniste, 1989 [1968a], p. 84-101):

- **vocabulário:** “conserva testemunhos insubstituíveis sobre as formas e as fases da organização social, sobre os regimes políticos, sobre os modos de produção que foram sucessiva ou simultaneamente empregados etc.”;
- **referência:** “o testemunho e a condição do emprego que devemos fazer das formas”; “a referência é parte integrante da enunciação”;
- **individualidade e singularidade do falar:** “o falar emana dele e retorna a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro e a outros”.

Destes, convém destacar os dois primeiros, tendo em conta que o terceiro já foi tematizado sob diferentes aspectos ao longo de nossa exposição sobre subjetividade e intersubjetividade.

A respeito do vocabulário, cabe refletir com Oliveira (2015), em seu estudo sobre o **léxico** em Benveniste, que a identidade de uma forma não corresponde necessariamente a uma relação de sentido: os contextos de emprego das formas devem ser tomados como sociais. Tal aspecto é abordado por Auroux (2018, p. 15), o qual considera que “uma forma linguística funciona no plano semiótico como unidade diferencial com valor distintivo”, podendo veicular, no plano semântico, diferentes sentidos que são dependentes da relação do homem com as instituições sociais. Ainda, Oliveira (2015, p. 196-197) retoma que, nos textos de Benveniste, “o léxico não é um lugar de entrada em si mesmo; é um lugar de pensar sua especificidade na língua, em oposição à sintaxe”. Portanto, os fatos lexicais devem ser tomados como parte de um todo que o compõe, pois o sentido de uma forma linguística, como já reproduzimos, se define pela totalidade dos seus empregos, pela sua contribuição e pelo tipo de relações resultantes: “ele se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que exercem umas sobre as outras” (Benveniste, 1976 [1954a], p. 320).

A **referência** seria, então, essa “significação singular e irrepetível da língua cuja interpretação realiza-se a cada instância de discurso contendo um locutor” (Flores *et al.*, 2022, p. 197), ou seja, é na situação de discurso, constituída pelas relações entre locutário, alocutário, objeto da enunciação e tempo-lugar únicos, que a referência é definida e que “o referente se torna apreensível e interpretável” (Oliveira, 2022, par. 3).

Outro ponto nodal da reflexão benvenistiana diz respeito aos dois princípios por meio dos quais ocorrem as relações entre os sistemas semióticos: o princípio de não redundância e o princípio de não transistematicidade da língua. “Esses princípios, observemos, são restritivos, no sentido de que estabelecem as limitações possíveis de interação entre os sistemas semiológicos” (Figueiredo; Neumann, 2023, p. 11).

O princípio da não redundância consiste na constatação de que não há sinonímia entre signos de sistemas de bases distintas. Logo, para o autor, não é possível expressar a mesma ideia por meio da música e da língua, por exemplo; contudo, seria possível fazê-lo por meio da fala e da escrita, pois, em tal caso, há uma base comum. A falta de sinonímia entre sistemas de bases diferentes decorre da

ausência de conversibilidade entre tais sistemas, uma vez que bases distintas indicam naturezas diferentes (Figueiredo; Neumann, 2023).

O princípio de não transistematicidade, por sua vez, completa o da não redundância. Por “não transistematicidade” compreende-se que dois sistemas distintos podem ter um signo em comum, sem que haja sinonímia entre eles: “não há signo transistemático, ou seja, o valor de um signo define-se somente no sistema que o integra” (Rosário; Flores, 2020, p. 94). Podemos tomar como exemplo o emprego de determinados sinais ou ilustrações que passam a constituir um texto acadêmico, por exemplo. Ao nos apropriarmos de uma ilustração, de um elemento gráfico ou mesmo de outras linguagens, como a matemática, estes passam a veicular novos significados, pois integram, no momento da escrita de cunho acadêmico, científico, formas complexas de discurso, que instauram enunciações únicas. Portanto, não basta apenas considerar a materialidade de um signo, é preciso analisar seu funcionamento, de que modo e com que finalidade foi agenciado pelo enunciador e como se relaciona com os demais signos da enunciação da qual faz parte.

Em continuidade a essa perspectiva, Rosário e Flores (2020, p. 95) retomam as possíveis relações entre os diferentes sistemas semióticos, a partir de três tipos:

- a) relações de engendramento:** quando um sistema é construído a partir de outro: o alfabeto braile é engendrado pelo alfabeto normal, por exemplo;
- b) relações de homologia:** quando há correlações entre partes de dois sistemas: há homologia entre a escrita e o gesto ritual na China ou entre os perfumes, as cores e os sons no poema *Correspondências* de Baudelaire, por exemplo;
- c) relações de interpretância:** quando um sistema pode interpretar o outro: a língua em relação aos demais sistemas, por exemplo.

Quanto ao último tipo, é imprescindível sinalizar que a interpretância é considerada pelo autor a relação fundamental, dado que ela singulariza a língua em relação aos demais sistemas semióticos: “a língua nos fornece o único modelo de um sistema que seja semiótico simultaneamente na sua estrutura formal e no seu funcionamento” (Benveniste, 1989 [1969b], p. 63).

Tais distinções se configuram como um ponto de partida importante para a reflexão que aqui propomos: embora, como já mencionamos, o autor não tenha

dedicado parte significativa de seus textos para a reflexão sobre a escrita, revisitar a compreensão de que fala e escrita se edificam sobre uma base comum, compartilham aspectos formais que culminarão em determinados modos de significar, simbolizar, contribui para que possamos deslocar os postulados do autor sobre o verbal para pensar as particularidades da enunciação escrita, enfoque sobre o qual nos debruçaremos na próxima seção.

2.2 AS PARTICULARIDADES DA ENUNCIÇÃO ESCRITA

A língua e a escrita, segundo Benveniste, significam exatamente da mesma maneira. Contudo, apresentam forma e modos de realização distintos, como apontam Rodrigues, Agustini e Araújo (2020, p. 83, grifo nosso):

Embora, em termos de significância, a língua predetermine a escrita, língua e escrita constituem sistemas semiológicos distintos e independentes, a ponto de termos refutada a interpretação de que a escrita seria tão-somente uma representação da fala. [...] trata-se, portanto, de outra forma de converter o discurso em forma linguística [...], de **enunciar na e pela escrita**.

Ao buscar delimitar/caracterizar a enunciação escrita, é preciso retomar, primeiramente, a distinção feita por Benveniste entre as duas primeiras pessoas (*eu* e *tu*) da terceira (*ele*) a partir de duas correlações: a de *personalidade* e a de *subjetividade*.

A primeira separa o “eu/tu” – em que existe uma concomitância entre a pessoa implicada e o discurso sobre ela – do “ele” – privado da característica de pessoa e evidenciado como a forma verbal para indicar a não pessoa (Flores; Teixeira, 2017, p. 32).

A diferença entre a “pessoa” e a “não pessoa” reside no tipo de referência que estabelecem no ato enunciativo. O par *eu-tu*, como vimos, é definido na própria instância de discurso, isto é, refere a realidades distintas cada vez que um enunciado se materializa. Já o *ele* tem por função combinar-se com a referência objetiva de forma independente da instância enunciativa que a contém; localiza-se no nível sintático, e não no pragmático. Logo, como já discutimos, temos o *eu* (pessoa subjetiva), o *tu* (pessoa não subjetiva) e o *ele* (não pessoa). O sujeito enunciador, nessa proposta, é produto de um jogo de interação dado pelo uso das formas linguísticas que

possibilitam a *passagem de locutor a sujeito* num processo de apropriação da língua (Flores; Teixeira, 2017).

Em obra de 2013, Flores é categórico ao afirmar que o sujeito, nesse quadro teórico, não é nem um locutor, nem o próprio homem, “mas uma *instância* que decorre da apropriação feita pelo locutor. Logo, o sujeito é *um efeito da apropriação*. Essa decorrência se marca linguisticamente através da categoria de *pessoa*” (Flores, 2013a, p. 101, grifos do autor).

Tal ressalva aplica-se também a toda reflexão sobre autoria na escrita: o objetivo não é estudar ou buscar vislumbrar, descobrir quem é o sujeito autor “por trás” do texto, mas evidenciar as marcas linguísticas, enunciativas, discutir em que medida se constituem enquanto índices de autoria. Isto é, ao lermos um texto, que autor se constrói diante de nossos olhos, em nossa mente? Com quem dialogamos no momento da leitura de um texto escrito? Que homem emerge daquela enunciação, daqueles elementos estruturais articulados?

[...] se de um lado Benveniste mantém-se fiel ao pensamento de Saussure – na justa medida em que conserva concepções caras ao saussurianismo, tais como estrutura, relação, signo –, por outro apresenta meios de tratar da enunciação ou, como ele mesmo diria, do *homem na língua*. Esta é a inovação de seu pensamento: supor sujeito e estrutura articulados (Flores; Teixeira, 2017, p. 30, grifo dos autores).

No interior dessa teoria, interessa, portanto, a constituição do eu-autor em vista do tu-leitor presumido, no *uso* da língua, que é sempre instaurador de novos sentidos; interessa evidenciar as relações da língua, não apenas como sistema combinatório, mas como linguagem assumida por um sujeito: “As marcas de enunciação no enunciado têm a especificidade de remeter à instância em que tais enunciados são produzidos, fazendo **irromper o sujeito da enunciação**” (Flores; Teixeira, 2017, p. 12, grifo nosso).

E como o sujeito da enunciação irrompe na escrita? Para chegar a essa resposta, é preciso resgatar de que forma Benveniste compreende a enunciação escrita. Em artigo de 2018, o Prof. Valdir Flores destaca os diferentes usos que a palavra “*escrita*” tem no conjunto de trabalhos publicados em *Problemas de Linguística Geral*. São eles:

- a) uso ligado à ideia de *sistemas de representação* (alfabético, silábico etc.), o que o permite falar em “tipos” de escrita;
- b) uso ligado à noção de *língua escrita*, o que o permite falar em marcas da “língua escrita” em contraste com a “língua falada”;
- c) uso ligado à concepção de *sistema semiótico*, o que o permite conceber sua natureza e relações com outros sistemas semióticos (p. ex., a língua usual que engendra a formalização lógico-matemática; o alfabeto normal que engendra o alfabeto braile etc.) (Flores, 2018a).

No texto *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste ([1970] 1989, p. 90, grifo nosso) aponta para a especificidade da escrita:

Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. **Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem.** Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui.

A enunciação escrita, para Nunes e Flores (2012, p. 238), estabelece dois planos enunciativos, o plano daquele que enuncia e o plano dos indivíduos que têm lugar de enunciação garantido graças a essa enunciação; ou seja, “a enunciação escrita tem como uma de suas particularidades ser uma forma complexa do discurso por instaurar uma dupla cena enunciativa, isto é, dois planos de enunciação”:

- o plano daquele que enuncia;
- o plano dos indivíduos que têm lugar de enunciação garantido graças a essa enunciação.

Logo, discutir a questão da escrita, com vistas à compreensão da constituição da autoria de um sujeito enunciador, envolve discutir também a leitura, a recepção da enunciação feita por um eu escritor que se constitui por um tu-leitor presumido:

[...] a leitura é também um fenômeno enunciativo. Reconhecer isso implica levar em conta a assimetria típica da cena enunciativa: a pessoa que interpreta um enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações nele presentes, mas nada garante que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciador (Flores; Teixeira, 2017, p. 8).

Vê-se, portanto, que tal assimetria relaciona-se não somente aos índices implícitos e explícitos de inscrição do sujeito autor, mas coloca em jogo, em disputa, a organização e a interpretação do conteúdo semantizado (acontecimentos evocados): a leitura, por si só, é uma enunciação, um espaço-tempo único em que sentidos novos são atribuídos a dada materialidade linguística.

Já nas *Últimas aulas* (Benveniste, 2014 [1968-1969]), de acordo com a leitura de Flores (2019c, p. 104), a *escrita* é abordada segundo suas características semiológicas, não como a *enunciação escrita* evocada em *O aparelho formal da enunciação* (Benveniste, 1989 [1970]); ou seja, esses dois termos não podem ser, como ocorre com outros empregados pelo autor, tomados como sinônimos.

[...] transferir essa linguagem interior – condicionada pela relação do locutor consigo mesmo em uma experiência e uma circunstância únicas e mutáveis – e uma forma inteligível a outros, e que perde, sob seu aspecto escrito, toda relação *natural* com a ocasião que foi a da linguagem interior, é uma tarefa considerável [...] (Benveniste, 2014 [1969], Aula 8, p. 132, grifo do autor).

Ao abordar a escrita pictográfica dos homens primitivos, para os quais a língua não existia enquanto signo, dado que não havia a abstração, a consciência daquela forma de registro como instrumento mediador, Benveniste (2014 [1969], Aula 9, p. 137) adverte que, nesse contexto: “A língua é, ela própria, criação”. Logo, a escrita começa a ser *signo da realidade*, da *ideia*: paralela à língua, não seu decalque.

De acordo com Sobral (2008, p. 12), é imprescindível considerar a concretude e a materialidade, singularidades da língua escrita:

A escrita presentifica a forma que o signo assume a cada instante na língua. Unindo concretude e materialidade, a escrita fixa através do traço gráfico – letra – os signos. Essa distinção nos permite pensar a letra como um elemento a mais, próprio da escrita. Elemento que marca uma diferença entre a língua falada e a língua escrita. Elemento responsável pela materialidade da escrita.

Outra particularidade destacada por Benveniste (2014 [1969], Aula 12, p. 156) diz respeito à relação do processo de escrita com a linguagem interior, pois “a ‘escrita’ é primeiramente concebida como globalidade, ela enuncia sinteticamente uma sucessão de ideias, ela conta uma história inteira”.

A escrita foi sempre e por toda parte o instrumento que permitiu à língua semiotizar a si mesma. Isso quer dizer que o locutor se detém sobre a língua em vez de se deter sobre as coisas enunciadas; ele leva em consideração a língua e a

descobre significante; ele observa recorrências, identidades, diferenças parciais, e essas observações se fixam em representações gráficas que objetivam a língua e que suscitam, enquanto imagens, a própria materialidade da língua (Benveniste, 2014 [1969]). Ao apresentar sua visão sobre o tema, Benveniste (2014 [1969]) destaca a propriedade metalinguística inerente à língua, bem como essa função da escrita como instrumento da autosemiotização da língua. Para o autor, a língua “é o único sistema significante que pode descrever a si mesmo em seus próprios termos”, além de também ser interpretante de outros sistemas. Entretanto, para que a língua se semiotize, ela precisa realizar “uma objetivação de sua própria substância”, objetificação formal que é operacionalizada pela escrita (Benveniste, 2014 [1969], Aula 12, p. 155-165).

Sob outro aspecto, de acordo com Benveniste (2014 [1969], Aula 8, p. 128), a escrita é um sistema que “supõe uma abstração de alto grau: abstrai-se do aspecto sonoro – fônico – da linguagem, com toda sua gama de entonação, de expressão, de modulação”. De acordo com Endruweit e Fávero Netto (2020, p. 321), *grosso modo*, as abstrações constitutivas do ato enunciativo da escrita são de quatro ordens:

1. a ausência da situação de diálogo concreto com um interlocutor presente, o que coloca ao locutor a necessidade clara de falar para um leitor presumido;
2. a desvinculação do contexto imediato de enunciação, que faz com que a escrita abale as configurações de pessoa, tempo e espaço;
3. o distanciamento da realidade do dia a dia, motor da fala, na medida em que se fala quando se tem necessidade ou vontade de fazê-lo e sempre se dirigindo a alguém;
4. o processo de aquisição da escrita, que procede de uma linguagem interior.

Logo, a escrita configura-se como um sistema complexo, que envolve uma série de condições específicas e inéditas de enunciação. Considerar o texto escrito é “operar com especificidades que não só singularizam esse tipo particular de enunciação como também a complexificam” (Nunes; Teixeira, 2012, p. 246). A enunciação escrita apresenta estatuto particular em meio aos fenômenos enunciativos, pois adiciona outros níveis de interpretação, ou melhor, a enunciação escrita, na verdade, é espectro de várias enunciações, é um engendrado de várias intersubjetividades (Flores, 2018a).

Segundo Ono (2007), a força e a direção daquilo que é enunciado no texto-discurso têm implicações estruturais e enunciativas. Como bem elencado por Fenoglio (2019, p. 90), “Escrever [...] para expor oralmente a seus pares (comunicação), escrever para especialistas (artigo), [...] escrever para relatar, escrever para coletar dados, escrever para preparar um projeto” supõem um agenciamento singular do aparato formal de uma língua. Em nosso estudo, de modo particular, queremos nos debruçar sobre a enunciação escrita na esfera de produção de textos científicos, os quais se caracterizam por “um dizer cujo conteúdo deve poder ser recebido e transmitido – e não uma narração a ser *lida*” (Fenoglio, 2019, p. 198, grifo da autora).

Portanto, em consonância com o que propõe Knack (2012, p. 159, grifos da autora) em sua pesquisa de mestrado, concebemos a escrita como um **ato** enunciativo e o texto escrito como **resultado** desse ato:

[...] podemos definir o texto escrito como o resultado de um processo de produção intersubjetiva entre locutores situados em tempo e espaço distintos, condensando o ato de enunciação e o produto deste, cuja materialidade, de extensão não delimitada, apresenta por escrito as marcas que permitem ao alocutário reconstituir os sentidos atualizados em formas pelo locutor.

Logo, uma instância de discurso é dada: há um eu-autor que se dirige a um tu-leitor presumido e mobiliza enunciados alheios. Isso se dá num espaço-tempo do texto, em que restrições específicas de determinados gêneros e a temporalidade em que se materializa tal enunciação são constitutivas do texto como produto enunciativo.

Assim, ao nos aproximarmos daquilo que constitui o quadro figurativo e o espaço-tempo de produções acadêmicas, é fundamental analisar e balizar “a atualidade da regularidade do gênero na singularidade de cada texto” (Knack; Oliveira, 2017, p. 722).

Ainda, dado que o texto é um resultado, é possível agenciar as formas de modo que os elementos da instância do discursivo sejam menos transparentes, menos marcados, algo característico/esperado em algumas áreas de construção do conhecimento. Irène Fenoglio (2019, p. 77) fala, por exemplo, de uma “ruptura enunciativa”, em que se realiza uma exclusão do pronome pessoal e do nome próprio em benefício de uma retomada com sujeito impessoal.

Nas palavras de Oliveira (2019, p. 119):

*Entende-se, portanto, como posicionamento autoral o modo como o autor se insere no texto, ao optar por empregar a primeira pessoa gramatical (*eu/nós*)*

ou a terceira (*ele* e variações, como o pronome *se*, em construções com sujeito indeterminado ou voz passiva sintética). Enquanto no primeiro caso (construção pessoal), costuma-se dizer que o texto se torna subjetivo, tendo em vista uma posição agentiva do sujeito enunciador (autor) diante do objeto estudado; no segundo caso (construção impessoal), é comum afirmar-se que se trata de uma estratégia de objetividade que permite ao autor distanciar-se do objeto e, em consequência, promover uma racionalidade que seria, por fim, a garantia da cientificidade necessária à pesquisa acadêmica e, por extensão, aos gêneros próprios dessa esfera, como o artigo científico, por exemplo.

Tal aspecto deve ser considerado ao pensarmos a questão do posicionamento autoral em textos acadêmicos: de que modo o emprego da pessoalidade ou da impessoalidade reveladas pelas marcas linguísticas de primeira ou terceira pessoa, enquanto sintagmatização, produzem sentidos e contribuem para a consolidação de modos de dizer típicos dessa esfera da escrita.

Igualmente, é preciso tematizar a escrita enquanto fazer intelectual e científico. Pelo conteúdo semantizado, por meio de estratégias de elaboração, categorização e referenciação, vislumbra-se que a escrita realiza e revela sua capacidade de *produção* e de *engendramento* (Benveniste, 2014 [1968-1969]):

[...] a captura do pensamento só se dá pela passagem pelas palavras, pela sua enunciação em enunciado. No domínio do escrito, a escrita no seu fazer inscreve o pensamento que não preexiste a essa inscrição, mas que justamente articula a escrita a fim de se tornar legível e transmissível (Fenoglio, 2019, p. 176).

Ao abordar variações metodológicas e epistemológicas nas diferentes vertentes científicas, Fenoglio (2019, p. 78) chama atenção para como o conteúdo da enunciação e o intencionado pelo sujeito autor resultarão em diferentes estratégias de apropriação do aparato enunciativo, estabelecendo formas distintas de referenciação e elaboração do enunciado:

As ciências duras escrevem os resultados de sua observação do real, o qual não é de mesma natureza que o discurso que expõe os resultados da análise. As ciências humanas não podem abrir mão do discurso, mas se propõem objetos distintos: fatos, atos e comportamentos individuais ou sociais, campos geográficos, quantificações estatísticas etc.

O agenciamento das formas, por meio de processos de sintagmatização e escolha lexical, contribui para os “processos estilísticos do discurso” (Benveniste, 1976 [1956b], p. 93), em especial, para aqueles atinentes à esfera acadêmica: “No

manuscrito científico, o ajuste estilístico intervém somente *depois*, ele não é mais conceitual: ele é didático” (Fenoglio, 2019, p. 198, grifo da autora).

Neste agenciamento, enquanto arranjo de elementos que compõem a concretude material da escrita, vemos seu funcionamento como instrumento social, “produzindo, por meio de um sistema concorrente com a língua, possíveis relações para a vida dos signos no seio da vida social, isto é, modos específicos de significar” (Rodrigues; Agustini; Araújo, 2020, p. 83), no que os autores chamarão de semantismo social.

Esses foram os pressupostos que marcaram nossa leitura da teoria benvenistiana e que buscaremos mobilizar em nossa proposta analítica. No capítulo seguinte, descreveremos os elementos que constituíram nosso método, bem como a organização dos dados linguísticos analisados.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS: NOSSO PONTO DE VISTA SOBRE O OBJETO

Seja qual for, uma classificação deve começar por propor os seus critérios
(Benveniste, 1976 [1952-1953], p. 106).

Segundo Paiva (2019, p. 11), “fazer pesquisa é uma tarefa de investigação sistemática com a finalidade de resolver um problema ou construir conhecimento sobre determinado fenômeno”. Nossa pesquisa busca construir conhecimentos, lançar reflexões sobre a análise de textos do ensino superior a partir da perspectiva enunciativa da linguagem (Benveniste, 1976, 1989, 2014).

[...] o método é o ponto de vista com base no qual [dado] objeto será examinado e isso depende das relações epistemológicas que cada teoria instaura com as demais teorias de seu campo, com os outros campos da linguística e mesmo com outras áreas do conhecimento (Flores; Teixeira, 2017, p. 104).

Como dados linguísticos a serem observados/descritos, elegemos o artigo científico, caracterizado por Fenoglio (2019, p. 90) da seguinte forma:

O artigo é, com efeito, um objeto ideal: relativamente fácil de manejar (menos páginas do que um livro), ele trata de uma questão, representa um conjunto, se não fechado, ao menos estabilizado com coerência e coesão suficientes para ser autônomo, mesmo que abra para uma nova questão.

Igualmente, consideramos o instrumento analítico por nós proposto também um dado de pesquisa, tendo em vista que pretendemos problematizar sua clareza e eficiência enquanto enunciação escrita que visa a um objetivo específico, qual seja, ponderar em que medida os textos focalizados podem ser avaliados a partir das categorias pré-estabelecidas.

A seguir, apresentamos a caracterização de nossa pesquisa, nossos objetivos e como se dará nossa coleta e análise dos dados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo compreendeu uma etapa inicial de revisão de literatura, na qual foram utilizados, além das obras do fundador da teoria aqui focalizada, livros, artigos, dissertações e teses que se relacionavam com a temática e os objetivos desta

investigação, cuja síntese foi apresentada no capítulo 2. Num segundo momento, foi elaborado o desenho metodológico da tese. Posteriormente, construiu-se um mapa conceitual e um instrumento de análise, apresentados neste capítulo. Por fim, como resultados, tem-se a aplicação deste instrumento em um *corpus* de artigos acadêmicos produzidos por graduandos e graduados do curso de Letras e publicados na revista acadêmica *Gatilho*, a ser apresentado no capítulo 4. No capítulo seguinte, apresentamos a discussão de nossa análise.

Portanto, esta pesquisa se caracteriza como um estudo qualitativo (Paiva, 2019). Ainda, se insere em uma perspectiva teórica e aplicada, pois intenta refletir sobre em que medida determinadas noções apresentadas pela Teoria da Linguagem de Émile Benveniste são explanatória e metodologicamente aplicáveis à descrição e à análise de gêneros acadêmicos.

3.2 QUESTÕES E OBJETIVOS ESTRUTURANTES

Na concepção inicial e realização desta pesquisa de doutorado, as seguintes questões e objetivos nos impulsionaram:

3.2.1 Questões norteadoras

- Quais conceitos da obra de Benveniste podem contribuir para a análise de textos acadêmicos?
- Em que medida determinadas noções apresentadas pelo autor são explanatória e metodologicamente aplicáveis à descrição e à avaliação de gêneros acadêmicos?
- É possível pensar em um instrumento de avaliação de textos que seja enunciativo?

3.2.1 Objetivo geral

Propor um dispositivo analítico com categorias e descritores que instrumentalizem a avaliação enunciativa de textos da esfera acadêmica, de modo focal artigos científicos produzidos por graduandos/graduados, a partir dos pressupostos da Teoria da Linguagem de Émile Benveniste (1976, 1989, 2014).

3.2.2 Objetivos específicos

- Elencar os principais conceitos e noções da Teoria da Linguagem de Benveniste (1976, 1989, 2014) que podem ser relacionados à escrita acadêmica e à sua avaliação, a fim de propor um conjunto de categorias analíticas;
- Propor, a partir destas, um instrumento analítico (categorias e descritores) para artigos acadêmicos que vise à operacionalização de uma avaliação enunciativa;
- Aplicar o instrumento por meio da análise de artigos de graduandos e graduados publicados em uma revista acadêmica brasileira.

3.3 COLETA DOS DADOS

[...] o “dado” linguístico não é, sob esse aspecto, um dado primeiro, do qual bastaria dissociar as partes constitutivas: é, já, um complexo, cujos valores resultam uns das propriedades particulares de cada elemento, outros das condições de sua organização, outros ainda da situação objetiva (Benveniste, 1976 [1954b], p. 13, grifo nosso).

Nosso objetivo central consiste em realizar uma aplicação de nosso instrumento analítico em textos acadêmicos em língua portuguesa – português brasileiro (PB) do gênero artigo acadêmico (Casseb-Galvão; Duarte, 2018; Gustavii, 2017; Machado; Lousada; Abreu-Tardelli, 2005; Vieira; Faraco, 2019a) de estudantes de graduação ou apenas graduados. Realizamos tal recorte, pois nos interessa, neste momento, olhar para textos de estudantes em uma etapa inicial de letramento acadêmico a fim de, posteriormente, pensar as implicações da aplicação deste instrumento para o ensino de escrita e também a interlocução entre autores de artigos e outros agentes avaliadores, como revisores, pareceristas de periódicos, professores orientadores etc. Assim, empreendemos uma busca por revistas acadêmicas que aceitassem submissões de estudantes nesse nível de educação superior.

Dadas as restrições de tempo para a consecução de uma pesquisa de doutorado, realizamos nossa busca entre revistas da área de Letras, publicadas no Brasil. Nesta pesquisa, encontramos dois periódicos com esse escopo: a *Revista Bem Legal*, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a *Revista Gatilho*, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Contudo, a primeira destina-se à

publicação e ao compartilhamento de práticas didáticas, reunindo textos como relatos, relatórios, planejamentos, o que fugia de nosso recorte quanto ao gênero a ser analisado; logo, nossa coleta de textos restringiu-se ao segundo periódico.

A *Revista Gatilho* (UFJF) registra em seu *site*¹⁵, até o momento de finalização desta pesquisa, 25 volumes, publicados entre os anos de 2005 e 2023. O periódico publica artigos, resenhas, traduções, relatos de experiência em sala de aula, textos literários e de divulgação científica, não exigindo dos autores um grau mínimo de formação.

Assim, fizemos a leitura dos títulos e metadados de todos os artigos publicados pela revista – excluindo resenhas, textos de apresentação/editoriais, textos literários e artigos em outros idiomas (inglês e espanhol) –, chegando a um total de 184 artigos. Excluímos, ainda, aqueles em coautoria com pesquisadores de maior grau acadêmico. Logo, restaram nove artigos escritos somente por graduandos/graduandos em Letras, os quais são registrados no quadro a seguir.

Quadro 3 – Artigos Pré-selecionados

	TÍTULO DO ARTIGO	REVISTA GATILHO (UFJF)
1	<i>Letramentos (des)legitimados e práticas de reexistência no ENEM: uma análise dialógica de questões com textos literários</i>	v. 24 2023
2	<i>Análise linguística na escola: relato de experiência sobre o ensino de Gramática na sala de aula do Ensino Fundamental</i>	v. 23 2022
3	<i>Atenção e multitarefas em relação com a compreensão leitora: revisando conceitos e ações</i>	v. 20 2021
4	<i>A relação entre os sujeitos discursivos e o interdiscurso: um estudo inicial acerca da referencialidade discursiva</i>	v. 12 2011
5	<i>Empréstimos linguísticos no campo lexical: a contribuição do português para o léxico da língua inglesa</i>	v. 11 2010
6	<i>Análise lexicográfica na FrameNet Brasil</i>	v. 11 2010
7	<i>A coordenação e a subordinação nas perspectivas tradicional e funcionalista: confrontos</i>	v. 4 2006
8	<i>Memorial de Aires e as dilacerações da escrita e do eu</i>	v. 4 2006
9	<i>A questão da memória n'A idade do Serrote</i>	v. 4 2006

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

¹⁵ Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/gatilho/issue/archive>. Acesso em: 1 dez. 2023.

Tendo em vista que nossa pesquisa se propõe enquanto estudo qualitativo, escolhemos aplicar nosso instrumento em três textos. Assim, nesta etapa, fizemos a leitura dos artigos, selecionando um exemplar de cada uma das três diferentes áreas contempladas pela diversidade do curso de Letras, a saber, educação, linguística e literatura. Tal recorte se justifica, pois julgamos pertinente considerar de que modo as questões linguísticas destacadas em nossas categorias e critérios eram mobilizadas por autores destes diferentes vieses. Logo, selecionamos os seguintes artigos, que serão analisados no capítulo seguinte: (1) *Letramentos (des)legitimados e práticas de reexistência no ENEM: uma análise dialógica de questões com textos literários*, estudo que discute a prova de Linguagens do ENEM e seu efeito retroativo para o Ensino Médio; (2) *Análise lexicográfica na FrameNet Brasil*, que apresenta um relato de pesquisa no âmbito da Linguística Formal; (3) *A questão da memória n'A idade do Serrote*, síntese de uma obra autobiográfica, que discute questões como escrita literária e memória.

3.4 CATEGORIAS PARA ANÁLISE DE ARTIGOS CIENTÍFICOS

É preciso forjar conceitos para avançar
(Benveniste, 2014 [1969], Aula 1, p. 190).

Nesta seção, buscamos delinear nossa proposta, qual seja, a construção, a partir da Teoria da Linguagem de Émile Benveniste, de um instrumento analítico, com categorias e descritores, para artigos acadêmicos produzidos por estudantes de graduação.

Como já elucidado no capítulo 2, do amplo *corpus* listado no referencial teórico que sustentou nossa visão acerca da Teoria da Linguagem e da Enunciação proposta por Benveniste, seis de seus textos foram fundamentais para pensarmos a análise de artigos acadêmicos, subsidiando as categorias que aqui propomos: *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1976 [1963b]), *Os níveis de análise linguística* (1976 [1964]), *A linguagem e a experiência humana* (1989 [1965]), *A forma e o sentido na linguagem* (1989 [1966-1967]), *Semiologia da língua* (1989 [1969b]) e *O aparelho formal da enunciação* (1989 [1970]).

Igualmente, nos ancoramos em propostas teóricas e de análise já produzidas por pesquisadores da área, como Aresi (2011, 2018), Barboza (2011, 2013, 2020a, 2020b), Batista e Silva (2022), Knack e Oliveira (2017), Lichtenberg (2006), Nunes e

Flores (2012), Silva (2004, 2008, 2014), na obra de Ono (2007), na obra de Fenoglio¹⁶ (2019) e na ampla produção de Flores (2001, 2013a, 2013b, 2016, 2018a) e Flores *et al.* (2021, 2022).

Por fim, destacamos que não colocamos as categorias aqui descritas como um conjunto de critérios fechados, proposições estanques, mas sim como uma proposta para realização de uma análise enunciativa, em que as noções teóricas são o ponto de partida e as categorias pré-estabelecidas são pontos de ancoragem. Buscamos sustentar um olhar integrativo e, sabemos, subjetivo, sem nos fecharmos à dimensão criativa e simbólica advinda dos múltiplos agenciamentos possíveis aos sujeitos autores dos textos que iremos analisar, nem à unicidade inerente ao ato enunciativo que é ler e analisar, pois compreendemos a análise como “um ‘comentário’ sobre a enunciação, isto é, como uma interpretação do enunciado, enfim, como um enunciação sobre outra enunciação” (Aresi, 2011, p. 274).

3.4.1 Nosso ponto de partida: noções e conceitos para uma análise enunciativa

Tendo o artigo científico como dado linguístico, como discurso do qual se parte para pensar a enunciação escrita, visamos analisá-lo a partir de três grandes eixos: (1) as **instâncias do discurso**: quadro figurativo e espaço-tempo do texto; (2) o **conteúdo semantizado**: referenciação, categorização/elaboração teórica e unidade/progressão temática; e (3) o **agenciamento das formas**: sintagmatização e repertório/léxico.

¹⁶ Em sua pesquisa, além de se ancorar nos princípios da Linguística Enunciativa, a autora utiliza a Crítica Genética como método para investigar os manuscritos de Émile Benveniste. Embora, nesta tese, não seja nossa proposta o emprego direto desse arcabouço, devemos registrar que as proposições da autora sobre escrita e, de modo especial, escrita científica influenciaram fortemente nosso olhar para a enunciação escrita. Não descartamos a possibilidade de, em estudo futuro, explorar as contribuições que a Crítica Genética pode trazer para os estudos sobre avaliação da escrita acadêmica.

Quadro 4 – Eixos Analíticos

<p>1 INSTÂNCIAS DO DISCURSO</p> <p>1.1 Quadro figurativo</p> <p>1.1.1 Locutor (autorreferência – autor)</p> <p>1.1.2 Alocutário (leitor presumido)</p> <p>1.1.3 Representação de outras enunciações (citações)</p> <p>1.2 Espaço-tempo escritural</p> <p>1.2.1 Macroestrutura do gênero (constituição do artigo)</p> <p>1.2.2 Temporalidade/linearidade textual</p>
<p>2 CONTEÚDO SEMANTIZADO</p> <p>2.1 Estratégias de referenciação</p> <p>2.2 Elaboração teórica</p> <p>2.3 Unidade/progressão temática</p>
<p>3 AGENCIAMENTO DAS FORMAS</p> <p>3.1 Sintagmatização</p> <p>3.1.1 Restrições estruturais (gramática da língua)</p> <p>3.1.2 Liberdade/singularidade de combinação e veiculação</p> <p>3.2 Repertório/léxico</p> <p>3.2.1 Precisão vocabular/conceitual</p> <p>3.2.2 Adequação registro/estilo</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

3.4.1.1 Eixo: instâncias do discurso

No eixo que focaliza as (1) **instâncias do discurso** (Quadro 5), isto é, o *eu-aqui-agora* do texto produzido, buscaremos analisar (1.1) o **quadro figurativo** e (1.2) o **espaço-tempo do texto**.

O (1.1) quadro figurativo é sustentado, principalmente, pelos índices de pessoa e marcas que apontam para o horizonte enunciativo do texto; visa, portanto, fazer compreender “como se constituem as diferentes posições enunciativas” (Fenoglio, 2019, p. 91). Ele se divide, por sua vez, em três relações a serem consideradas: (1.1.1) o **locutor**, ao empregar (ou não) estratégias de autorreferência, tendo em vista que “o autor *compreende a si mesmo* graças a procedimentos muito variados, semióticos, icônicos ou verbais que lhe permitem se situar em sua própria tarefa de escrita” (Fenoglio, 2019, p. 79, grifo da autora); (1.1.2) o **alocutário**, isto é, em que medida o texto evidencia, explícita ou implicitamente, uma consideração ao leitor; (1.1.3) a

representação de outras enunciações, ou seja, como se dá o engendramento entre os enunciados do autor do texto e enunciados citados: “um discurso argumentado que será situado e confrontado com outros discursos” (Fenoglio, 2019, p. 79).

Como segunda dimensão que compõe as instâncias do discurso, temos o eixo (1.2) **espaço-tempo do texto**.

Considero uma conjuntura a correlação de um acontecimento de enunciação (um texto com sua temporalidade específica) à temporalidade de outros acontecimentos (outros textos). A projeção dessas temporalidades uma sobre as outras constitui para nós uma conjuntura específica (Guimarães, 2018, p. 28).

Aqui, num deslocamento das reflexões presentes na Teoria Enunciativa, defendemos que o texto pode ser considerado um espaço-tempo escritural, o qual se subdivide em duas relações fundantes: (1.2.1) a **macroestrutura do gênero**: delimitada pelas restrições impostas pela estrutura prototípica do gênero (por exemplo: que seções um artigo deve ter; o que e quanto convém registrar no resumo, nas considerações finais); e (1.2.2) a **temporalidade/linearidade textual**: marcada por índices de ostensão, outras expressões referenciais e as formas verbais mobilizadas (p. ex. “*a seguir*, apresentaremos nossos dados”; “*logo abaixo*, a Tabela 1 apresenta as porcentagens...”).

Quadro 5 – Eixo Instâncias do Discurso

<p>1 INSTÂNCIAS DO DISCURSO</p> <p>1.1 Quadro figurativo</p> <p>1.1.1 Locutor (autorreferência – autor)</p> <p>1.1.2 Alocutário (leitor presumido)</p> <p>1.1.3 Representação de outras enunciações (citações)</p> <p>1.2 Espaço-tempo escritural</p> <p>1.2.1 Macroestrutura do gênero (constituição do artigo)</p> <p>1.2.2 Temporalidade/linearidade textual</p>
--

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Para concebê-lo, consideramos os artigos *Semiologia da língua* (1989 [1969b]) e *O aparelho formal da enunciação* (1989 [1970]), bem como reflexões teóricas como a de Aya Ono (2007).

3.4.1.2 Eixo: conteúdo semantizado

Ao conceber o eixo que compreende (2) o **conteúdo semantizado** (Quadro 6), parte-se do pressuposto de que “enunciar algo é propor uma realidade”, “um certo estado de coisas”, “uma nova situação”, “uma experiência a ser compartilhada”; pois “Locutor, realidade e verdade são interdependentes” (Fenoglio, 2019, p. 77-78). Assim, ele se subdivide em três dimensões: (2.1) as **estratégias de referência**¹⁷, em que se destacam os mecanismos pelos quais são evocados os elementos objetivos, “signos que remetem a uma ‘realidade objetiva’” (Aresi, 2011, p. 265); (2.2) os **procedimentos de elaboração teórica**, os quais são tidos aqui como ato cognitivo enunciativo, “pensamento que se enuncia em palavras” (Fenoglio, 2019, p. 77), entendendo a enunciação escrita como “o espaço-tempo da invenção do pensamento” (Fenoglio, 2019, p. 151); (2.3) a **unidade/progressão temática**, na qual serão consideradas as escolhas quanto à organização dos tópicos mobilizados para dar conta da temática eleita pelo enunciador.

A transformação simbólica dos elementos da realidade ou da experiência em *conceitos* é o processo pelo qual se cumpre o poder racionalizante do espírito. O pensamento não é um simples reflexo do mundo; classifica a realidade e, nessa função organizadora, está tão estreitamente associado à linguagem que podemos ser tentados a identificar pensamento e linguagem sob esse aspecto (Benveniste, 1976 [1963b], p. 29-30, grifo do autor).

Além de estudos sobre enunciação escrita e avaliação de textos, subsidiaram as categorias de análise que aqui propomos: *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1976 [1963b]), *A linguagem e a experiência humana* (1989 [1965]) e as reflexões de Fenoglio (2019) acerca da enunciação escrita no âmbito científico.

Quadro 6 – Eixo Conteúdo Semantizado

<p>2 CONTEÚDO SEMANTIZADO</p> <p>2.1 Estratégias de referência</p> <p>2.2 Elaboração teórica</p> <p>2.3 Unidade/progressão temática</p>
--

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

¹⁷ Convém registrar que a referência perpassa a enunciação como um todo. Entretanto, quando a focalizamos aqui, objetivamos tornar visível ao autor do texto avaliado estratégias como o encapsulamento anafórico, no qual se vislumbram escolhas que evidenciam diferentes modos de estabelecer a correferencialidade e graus de (re)categorização.

3.4.1.3 Eixo: agenciamento das formas

Aresi (2011), ao retomar o questionamento sobre como se produz o sentido das frases, aponta que o próprio texto de Benveniste (parcialmente apresentado em capítulo anterior) nos permite respondê-lo:

Este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo **agenciamento** de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras. Tudo é dominado pela condição do sintagma (Benveniste, 1976 [1966-1967], p. 230, grifo nosso).

Cabe destacar que os índices específicos e acessórios mencionados pelo autor correspondem a um “mecanismo total e constante da enunciação”, o qual, “de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (Benveniste, 1989 [1970], p. 82); logo, ao propor aqui chamar de agenciamento das formas o conjunto de categorias relativas à sintagmatização e à mobilização lexical, não desconsideramos que esse agenciamento compreende a totalidade da apropriação dos instrumentos de realização da enunciação. Contudo, coadunamos com a proposta de Aresi (2011), que circunscreve o agenciamento aos “procedimentos acessórios” propostos por Benveniste, os quais, em nossa leitura, precisam ser visibilizados na concretude dos textos produzidos por alunos do ensino superior.

Assim, pensando na viabilidade de uma categoria analítica que contemplasse os aspectos atinentes aos tradicionais níveis sintático e lexical, utilizamos a noção de agenciamento enquanto “processo de organização sintática pelo sujeito”, mas também enquanto “caráter único frente a todos outros usos que se possa fazer da palavra fora desse contexto” (Flores *et al.*, 2022, p. 47).

Portanto, ao concebermos este eixo, buscamos um duplo olhar: para as restrições de forma e sentido que são constitutivas de textos da esfera acadêmica e para os espaços para liberdade e criação cujas marcas se pode antever no produto enunciativo que é um texto. Tendo isso em vista, focalizamos, na sintagmatização, (3.1.1) o atendimento ou não ao que se espera quanto a determinados aspectos gramaticais formais do português brasileiro escrito e (3.1.2) a presença/evidência de estratégias de combinação e veiculação que apontam para um enunciador que busca marcar-se como autor. Na análise quanto ao repertório/léxico, por sua vez, buscamos visibilizar as escolhas lexicais (3.2.1) tanto em sua precisão terminológica e

conceitual, (3.2.2) quanto em seu emprego criativo, relevante, pertinente ao contexto em que a enunciação escrita em tela se insere.

Cumpramos registrar, por fim, que, na categoria sintagmatização, dado que lidamos com a enunciação escrita, também faremos apontamentos quanto à pontuação, considerando-a “como uma marca da subjetividade daquele que pontua” (Chittolina, 2020, p. 296).

Quadro 7 – Eixo Agenciamento das Formas

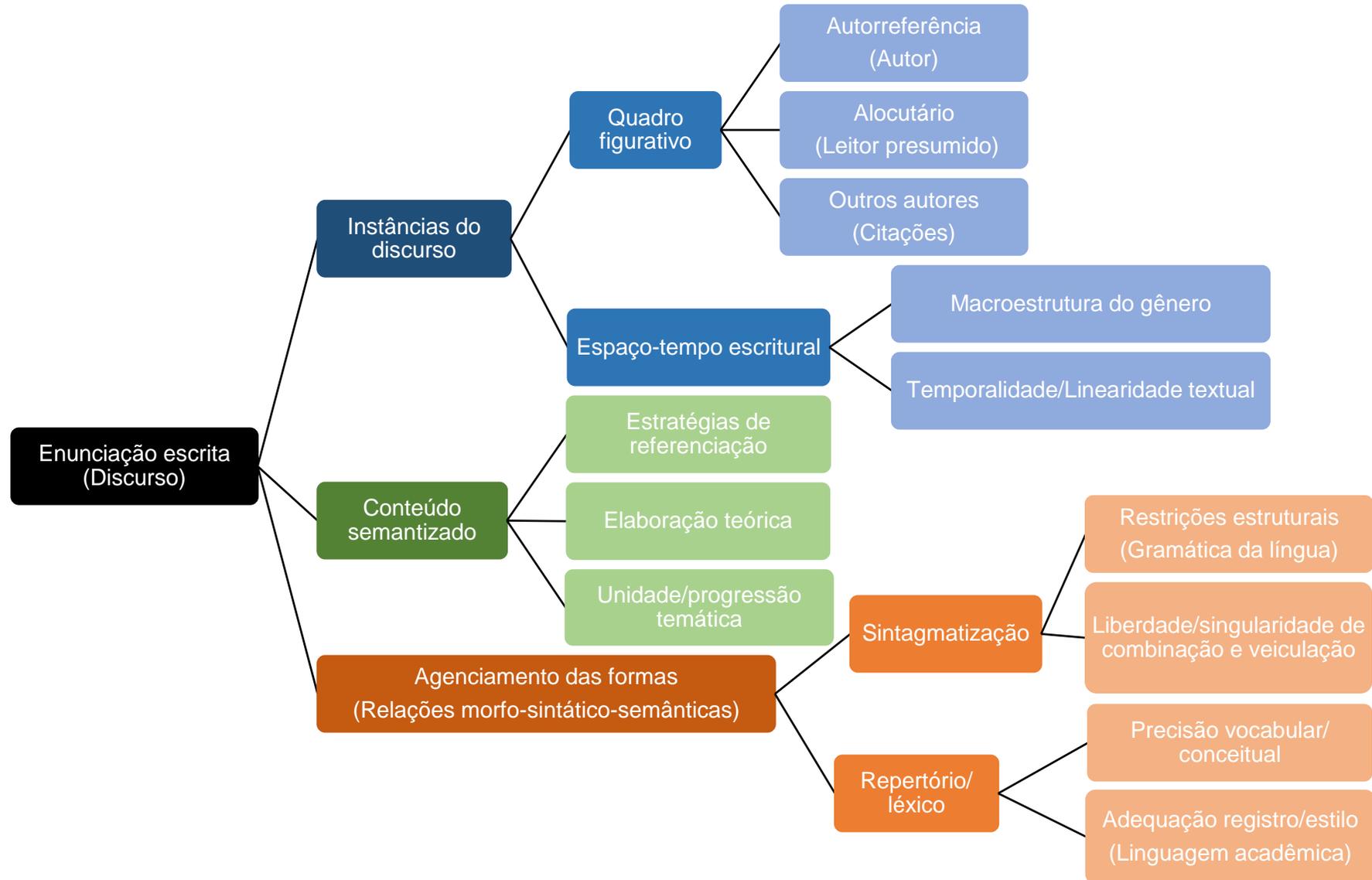
<p>3 AGENCIAMENTO DAS FORMAS</p> <p>3.1 Sintagmatização</p> <p>3.1.1 Restrições estruturais (gramática da língua)</p> <p>3.1.2 Liberdade/singularidade de combinação e veiculação</p> <p>3.2 Repertório/léxico</p> <p>3.2.1 Precisão vocabular/conceitual</p> <p>3.2.2 Adequação registro/estilo</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Ao abordar o eixo que denominamos (3) **agenciamento das formas** (Quadro 7), nos ancoramos, principalmente, além das reflexões presentes em *A forma e o sentido na linguagem* (1976 [1966-1967]) e *O aparelho formal da enunciação* (1989 [1970]), na proposta teórica apresentada por Aresi (2011) e nas reflexões de Ono (2007).

Apresentamos, a seguir, o mapa conceitual em que buscamos esboçar as relações teóricas que estabelecemos tanto para estruturar nossa proposta de instrumento analítico, quanto para justificar a organização que seguimos ao construir nosso referencial teórico.

Figura 2 – Mapa Conceitual do Instrumento Avaliativo



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Nos propomos, agora, a um movimento ascendente: das categorias voltar ao discurso, à enunciação escrita. Primeiramente, cabe enfatizar que tal configuração de conceitos e noções é proposta para fins didáticos e metodológicos. Na concepção de Benveniste (1976 [1964], p. 135): “Forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua. As suas relações parecem-nos implicadas na própria estrutura dos níveis e das funções a que elas correspondem”. Portanto, ao segmentar determinados aspectos que se encontram imbricados no ato enunciativo, intenciona-se “objetificar” algo que, dada a subjetividade de cada avaliador, pode tornar o processo avaliativo pouco claro para o autor que recebe a devolutiva de seu texto, sem, contudo, desconsiderarmos a complexidade constitutiva da enunciação escrita e a totalidade da visão benvenistiana sobre a linguagem: “É o todo da instância de discurso que está em jogo: o ato, com referência aos interlocutores e à situação em que ele ocorreu, bem como os caracteres formais do enunciado e seu agenciamento, sua sintagmatização” (Aresi, 2011, p. 274).

Logo, fazemos eco à pergunta proposta por Aresi (2011, p. 273): “Que caracteres marcam a relação do locutor com a língua?”, à qual o autor responde:

Todos os caracteres do enunciado, uma vez que todos eles fazem parte do processo de agenciamento sintagmático e cumprem uma função nessa organização, a cada vez singular. A própria escolha lexical é uma marca de subjetividade, o próprio recurso prosódico também o é. Em suma, **enunciar é subjetivizar a língua toda** (Aresi, 2011, p. 273, grifo nosso).

Portanto, a cada ato enunciativo, enquanto processo e produto, “se recompõe, por meio de cada modificação, a economia enunciativa da textualidade que se tece” (Fenoglio, 2019, p. 79).

Segundo Knack e Oliveira (2017, p. 712):

[...] a avaliação de textos acadêmicos escritos é um duplo ato enunciativo de leitura e de escrita que produz uma enunciação de retorno a uma outra enunciação para promover a resignificação dos modos de enunciação do alocutário e que se constitui pela ocupação de uma diferente posição de locutor-avaliador a cada diferente instância avaliativa.

Assim, colocamo-nos, criticamente, no lugar de locutores-avaliadores que visam tornar essa outra enunciação, ou nosso comentário sobre o enunciado alheio (Normand, 2009a), um instrumento com aspectos generalizáveis, que contribuam para a escrita e a análise de textos desse gênero acadêmico.

3.4.2 Nosso ponto de ancoragem: categorias e descritores para a análise de artigos acadêmicos

Lançados os pressupostos dos quais partimos, realizaremos a discursivização das categorias que irão compor nosso instrumento analítico (Quadro 8). Nosso objetivo, agora, é organizar os pressupostos teóricos em categorias analíticas e versá-los em perguntas que operacionalizem o olhar enunciativo do leitor/analista em relação às enunciações escritas em foco.

Quadro 8 – Instrumento Analítico para Artigos Acadêmicos

CATEGORIAS	DESCRITORES
EIXO 1 – INSTÂNCIAS DO DISCURSO	
Categoria 1.1 – Quadro figurativo: interlocução	
Subcategoria 1.1.1 Autorreferência (eu): marcas de autoria	O artigo apresenta marcas que evidenciam a reflexão do estudante sobre sua posição como autor?
Subcategoria 1.1.2 Alocutário (tu): evidência de diálogo com o leitor	Há estratégias de diálogo, argumentativo ou expositivo, conduzindo o leitor à compreensão do exposto?
Subcategoria 1.1.3 Interlocução com autores (eles) e citações mobilizadas	As citações e menções a autores são comentadas, debatidas, confrontadas e contribuem para o avanço do texto?
Categoria 1.2 – Espaço-tempo escritural	
Subcategoria 1.2.1 Constituição do artigo	As seções típicas que constituem artigos científicos estão presentes no texto (p. ex. título, resumo, introdução, revisão teórica, método, análise/discussão, considerações finais, referências)? O conteúdo e as estratégias textuais empregadas são coerentes com a função de cada uma delas em relação ao artigo como um todo?
Subcategoria 1.2.2 Temporalidade/linearidade textual	Foram utilizadas expressões linguísticas que organizam, fazem a transição de um parágrafo ao outro? Estabeleceu-se uma sequência/linearidade espacial/temporal que conduz o leitor/interlocutor?

CATEGORIAS	DESCRITORES
EIXO 2 – CONTEÚDO SEMANTIZADO	
Categoria 2.1 Estratégias de referência	De que modo os conteúdos selecionados para compor a unidade temática do artigo são apresentados e retomados? Utilizam-se diferentes expressões para categorizar realidades e fenômenos?
Categoria 2.2 Elaboração teórica	Além de apresentar uma síntese de conceitos, teorias, o texto evidencia reflexão e elaboração sobre as noções teóricas apresentadas?
Categoria 2.3 Unidade/progressão temática	As decisões tomadas, a fim de estruturar o texto, demonstram uma preocupação com a clareza e evidenciam que há um fio condutor do pensamento exposto?
EIXO 3 – AGENCIAMENTO DAS FORMAS	
Categoria 3.1 – Sintagmatização: Estrutura e Organização das Frases	
Subcategoria 3.1.1 Adequação à norma padrão	Há inadequações de registro ou problemas de concordância, regência, estruturação das frases e dos parágrafos, pontuação?
Subcategoria 3.1.2 Liberdade de combinação e veiculação	Há operações de textualização que evidenciam a construção de arranjos sintático-semânticos singulares?
Categoria 3.2 – Repertório/léxico	
Subcategoria 3.2.1 Precisão vocabular/conceitual	O vocabulário escolhido relaciona-se com a temática organizadora do texto e é coerente com o quadro teórico escolhido? Há algum caso de ambiguidade?
Subcategoria 3.2.2 Adequação registro/estilo	O texto apresenta grau de formalidade e adequação à linguagem acadêmica? Mobiliza jargões ou linguagem coerente com a área técnica, acadêmica e teórica na qual se inscreve? Evidencia escolhas lexicais singulares?

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Escolhemos estruturar os descritores em forma de interrogação direta, pois compreendemos que, desse modo, o instrumento se aproxima de uma relação de interlocução, que nos coloca numa posição metodológica e epistemológica de curiosidade perante os textos, a fim de investigar as escolhas feitas para sua construção enquanto ato enunciativo que resulta em um produto, o qual possibilita, por sua vez, a construção de sentidos pelo interlocutor almejado.

No capítulo seguinte, compartilhamos nossa proposta de análise.

4 O INSTRUMENTO ANALÍTICO SENDO ENUNCIADO E PRODUZINDO SENTIDOS: NOSSO COMENTÁRIO SOBRE OS TEXTOS

[...] a análise do semântico (análise desta ou daquela unidade de discurso) associa uma análise semiótica do enunciado a um comentário sobre a situação cada vez particular da enunciação [...]; assim como todo comentário de texto, essa análise interpreta os enunciados, mas não pretende dizer tudo sobre seu sentido (Norman, 2009, p. 182).

Neste capítulo, apresentamos nossa análise dos artigos acadêmicos que compõem nosso *corpus* por meio do instrumento analítico que desenhamos a partir de nossa leitura da Teoria da Linguagem de Émile Benveniste.

Os capítulos de análise linguística têm o valor de ser uma representação de análise que se abre a partir da consideração da enunciação. Mostram-se os procedimentos implicados neste tipo de análise sem que esgotem todas as possibilidades, pois se a enunciação é única, única também é a análise que dela se faz (Flores *et al.*, 2021, p. 11).

Assim, compreendendo nossa proposta como uma *possibilidade* que visa contribuir para os estudos benvenistianos e para a reflexão sobre a escrita no ensino superior, organizamos este capítulo da seguinte forma: cada subcapítulo corresponde a um dos artigos acadêmicos constituintes de nossos dados de pesquisa. No interior do subcapítulo, há três seções: (a) apresentação do manuscrito, no qual buscamos tecer um resumo temático e organizacional, registrando tema, objetivos, desenho metodológico e sumário; (b) nossa proposta de avaliação enunciativa, na qual analisamos os textos por meio dos eixos e categorias apresentados em nosso método; (c) uma síntese, em que mobilizamos o Quadro 8, Instrumento Analítico para Artigos Acadêmicos, para visibilizar os aspectos linguísticos postos em tela em nossa análise.

4.1 ANÁLISE 1: ARTIGO SOBRE EDUCAÇÃO

4.1.1 Apresentação do manuscrito

O primeiro artigo que constitui nossa análise foi publicado no volume 24 da *Revista Gatilho*, no ano de 2023. Com o título *Letramentos (des)legitimados e práticas*

*de reexistência no ENEM: uma análise dialógica de questões com textos literários*¹⁸, o texto, produzido por um graduando do curso de Letras, é uma adaptação de seu trabalho de conclusão de curso (TCC).

O estudo que deu origem ao TCC e ao artigo é uma pesquisa qualitativa, de caráter documental, que busca analisar, de modo exploratório, questões de Literatura que mobilizam temáticas de cunho social presentes em provas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O artigo foi estruturado da seguinte forma:

1. Introdução;
 2. Perspectivas sobre a escola, o ENEM e a exclusão no sistema educacional;
 3. Do letramento literário aos letramentos literários de reexistência;
 - 3.1. Os letramentos literários;
 - 3.2. Reexistência ou Morte!;
 - 3.3. Letramento literário de reexistência;
 4. Procedimentos metodológicos;
 - 4.1. Princípios que norteiam a metodologia;
 - 4.2. O tipo de pesquisa proposta;
 - 4.3. Procedimentos e recortes;
 5. Análise do *corpus*;
 6. Considerações finais;
- Referências.

A introdução é composta por cinco parágrafos, antecedidos por uma epígrafe de Hesíodo (*Teogonia*). No primeiro parágrafo, temos uma argumentação etimológica: o autor utiliza-se da palavra “caos” e de sua mudança de acepção ao longo do tempo – do nome de uma divindade criadora à palavra cujos traços semânticos remetem à confusão e à desordem – para construir uma analogia com a arte literária e seu caráter transgressor e criativo. No segundo parágrafo, ocorre a caracterização da arte literária, bem como a problematização de sua abordagem no sistema escolar. No terceiro, apresenta-se o objetivo da pesquisa: “compreender quais letramentos literários têm sido validados ou tidos como ilegítimos neste instrumento avaliativo

¹⁸ Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/gatilho/article/view/38624>. Acesso em: 1 dez. 2023.

[ENEM]” (Santos, 2023, p. 82). No parágrafo seguinte, são descritos o recorte temporal e temático e a filiação epistemológico-metodológica do estudo: a Análise Dialógica do Discurso (ADD). Por fim, como padrão dessa seção, é apresentada ao leitor a estrutura do artigo.

Na segunda seção, o autor se dedica à contextualização de sua pesquisa: descreve e problematiza questões atinentes a seu objeto de estudo, o ENEM. Primeiramente, ele enquadra o certame na gama de exames classificatórios que acabam por excluir parcelas da população que buscam seu direito de acesso ao Ensino Superior. Depois, ele se dedica a descrever o formato da prova, detalhando a *Matriz de Referência* do exame e sua organização por habilidades e competências. Nesse ponto, ele aproveita para tecer algumas críticas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à difusão do ensino por competências e habilidades, afirmando, em diálogo com um dos autores de seu referencial teórico, que os estudantes não podem ser “instrumentalizados conceitualmente”. Ele segue sua abordagem à prova questionando em que medida obras não canônicas e produções “ditas periféricas” são contempladas. Ainda, discute a proporção quanto aos diferentes tipos de questões que constituem essa prova: interpretação de texto, aspectos linguísticos e formais etc., defendendo que o modelo proposto pelo ENEM o difere de outros exames vestibulares e seu “excesso conteudista”. Por fim, o autor critica o pouco espaço para que os estudantes tenham contato com a dimensão estética dos textos literários. Embora não mobilize o conceito de “efeito retroativo” (Alderson, 1993; Bailey, 1999) nesse trecho (o fez somente na introdução), o autor reflete sobre as consequências que a configuração da prova de Linguagens terá para a Literatura, enquanto componente curricular, e para o letramento literário dos estudantes da Educação Básica.

A terceira seção, que se configura como um referencial teórico em sua estrutura mais canônica, se subdivide em três subseções. Na primeira, o autor parte da discussão sobre a pluralidade dos conceitos de letramento para aprofundar a compreensão sobre o letramento literário em específico. Na segunda, o autor apresenta o conceito “letramento de reexistência”, cunhado na tese de Ana Lúcia Silva de Souza (2009) à luz da teoria dialógica bakhtiniana. Retomando esse estudo, que contempla temas como a história do acesso à educação por pessoas negras no Brasil, o movimento *hip-hop*, entre outros, o autor discorre sobre práticas de microrresistências cotidianas, para, por fim, na terceira subseção, falar sobre o “letramento literário de reexistência”, relacionando-o a outros grupos minoritários.

A seção dedicada ao método também se organiza a partir de três seções. Na primeira, o autor demonstra sua filiação à Linguística Aplicada *Indisciplinar*, conforme proposta pelo teórico Moita Lopes. Na segunda, o autor descreve a tipologia metodológica de seu estudo: uma investigação qualitativa, interpretativa, exploratória, que se utiliza de pesquisa documental. Na seção final, o autor descreve suas escolhas quanto ao *corpus* a ser analisado e quanto ao instrumento analítico mobilizado, a Análise Dialógica do Discurso (ADD).

Na seção de análise, são discutidas cinco questões do ENEM, por meio de figuras que registram trechos do certame. Nesse ponto, o autor apresenta os aspectos que mais lhe chamaram a atenção, buscando entrelaçar suas percepções ao referencial teórico escolhido.

Nas considerações finais, temos uma retomada do que foi apresentado, seguida da argumentação do autor quanto à presença de múltiplos discursos e posicionamentos ideológicos nas questões, embora ele defenda que “o ENEM ainda engatinha” (Santos, 2023, p. 107) quanto à legitimação dos letramentos literários de reexistência, tema de sua pesquisa.

4.1.2 Proposta de avaliação enunciativa

Passemos, então, à análise do artigo produzido pelo estudante Maxwell Souza dos Santos. Em nosso primeiro eixo, **instâncias do discurso**, começamos pelo **quadro figurativo**, buscando vislumbrar de que modo as pessoas e a(s) não pessoa(s) do discurso se manifestam no artigo enquanto enunciação.

O autor mobiliza expressões acadêmicas canônicas para falar da própria produção escrita: “o objetivo deste trabalho é”¹⁹, “este trabalho evoca”, “busca-se averiguar”, “apresentam-se considerações”, “esta pesquisa se descreve” – ora empregando expressões referentes ao próprio manuscrito em terceira pessoa (com verbos em voz ativa e reflexiva), ora usando sujeito indeterminado. Em outros momentos, ao apresentar as contribuições de sua pesquisa, vê-se também um distanciamento – “os resultados sugerem”, “Evidencia-se, sobretudo” – como se os achados fossem autoevidentes, não agenciados por um sujeito que *faz* a pesquisa.

¹⁹ Destacamos que, por se tratar de uma análise qualitativa, conduzida por objetivos específicos, ao apresentar trechos exemplificadores dos eixos e categorias em tela, não estamos esgotando todas as ocorrências de cada natureza presentes nos textos dos autores.

Nos depararemos com o uso de primeira pessoa do singular somente em dois parágrafos das considerações finais. Nestes, vemos a marcação explícita do *eu* enunciador do texto, que retoma suas escolhas quanto a organização do artigo e decisões de pesquisa: “busquei adotar uma postura responsiva enquanto pesquisador”; “Concentrei-me na tentativa de compreender”; “evoquei as discussões anteriormente construídas”.

A esse respeito, conclamamos as reflexões de Riolfi (2011, p. 13, grifos nossos):

[...] a singularidade consiste em uma **conquista**; conquista esta que é construída por meio da coragem para suportar a angústia de ser diferente e do trabalho para dar a ver o que, desta diferença, é possível transformar em obra.
Trata-se de uma operação que se **escolhe**. Poder escrever e encontrar meios de fazer os frutos desta escrita fazerem parte da cultura não é resultado do destino [...]. Cabe a cada qual que tomou esta decisão; portanto, em primeiro lugar, **inventar um “si próprio”** que seja fruto de seu trabalho.

É interessante refletir sobre esse processo de autorreferência, de um enunciador que se deixou explicitar, que *escolheu* marcar-se nos verbos que mobiliza somente nos parágrafos finais de seu texto. Embora toda argumentação, organização textual e estratégias de pesquisa reverberem a singularidade da enunciação que é esse artigo, foi somente nas duas páginas finais que o autor *conquistou* um espaço, optando por marcar-se explicitamente como *sujeito na linguagem*.

Quanto à instância do alocutário, há trechos nos quais o autor também emprega a primeira pessoa do plural: vemos o emprego de *nós* em um procedimento que caracteriza a escrita acadêmica numa compreensão de que esta se dá de modo coletivo, enquanto produto/resultado de múltiplas interlocuções (com colegas, com professor/orientador, com coautores), mas que, em nossa leitura, não inclui o leitor: “podemos conceber essa ideia”, “buscamos refletir”, “nos parece ser possível dizer”, “fizemos a escolha de analisar”.

Nesse contexto, alguns autores utilizam o artifício do plural de modéstia, ou plural majestático, que consiste em uma forma de comunicação em que o enunciador do discurso refere a si próprio utilizando a primeira pessoa do plural (*nós*) em detrimento da primeira pessoa do singular (*eu*), dessa forma evitando chamar a atenção diretamente para si no texto, conforme recomenda a maioria dos manuais de metodologia e redação científicas (Oliveira, 2019, p. 127, grifo do autor).

Em outros momentos, entretanto, são empregados verbos com sentido de condução, de convite ao leitor: “*passemos*, agora, para a análise”. Aqui, instaura-se um *nós* que inclui o interlocutor, que se configura como intersubjetividade.

Agora, analisaremos a interlocução com outros autores. Ao longo do artigo de Santos (2023), são mobilizadas 59 citações, sendo 24 citações diretas. Destas, três são excertos da Matriz de Referência do ENEM, isto é, são de autoria institucional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); as 21 restantes são nomeadamente de autores, sendo a primeira uma epígrafe, que abre o trabalho e dá o mote para a analogia a partir da qual o autor constrói sua introdução. Há três casos em que o autor utiliza a expressão abreviada “cf.” em citações indiretas e uma nota de rodapé com uma indicação de leitura de uma reportagem. Além das citações textuais, na seção destinada à análise do *corpus*, são apresentadas cinco figuras: registros das questões do certame analisadas pelo autor.

Conforme defende Aresi (2011, p. 274), “a análise enunciativa pode ser realizada, porém nunca separada do quadro formal que caracteriza a enunciação”. Assim, embora as estratégias de emprego verbal também possam ser debatidas no âmbito da sintagmatização, escolhemos analisá-las neste momento, pois, em consonância com Rocha e Teixeira (2015), compreendemos que os verbos introdutórios do discurso citado estão dentre os *procedimentos acessórios* disponíveis para a marcação da subjetividade na linguagem. O mesmo se dá com os conectivos.

O autor, majoritariamente, conclama os autores por meio de verbos dicendi de sentido afirmativo, descritivo, os quais não denotam maior valoração, como podemos verificar nos exemplos: “como *aponta* Barros²⁰”; “Andrade *afirma*”; “Cosson *apresenta*”; “Por esse viés, Amorim *et al. falam* em”; “Souza *propõe*”. Caso semelhante ocorre com locuções e orações reduzidas que evocam o sentido de conformidade: “*Em consonância* com a ideia apresentada por Paulino e Grijó”; “*De acordo* com Gerhardt”. Em casos pontuais, ele estabelece interlocução entre teóricos – “É nesse sentido que Amorim e Souto *discorrem*”; ou mesmo valoração em relação ao que enunciam: “os autores *alargam* a concepção”. Dos três artigos analisados, como será possível constatar ao final da leitura desta tese, este autor foi o que mais

²⁰ Ao reproduzir excertos de citações dos trabalhos analisados, optamos por suprimir o ano que, por padrão normativo, registra-se após o sobrenome dos autores, p. ex. Barros (2009), a fim de que esses trechos, visualmente, não se confundissem com as citações diretas desta tese.

abundantemente mobilizou e estabeleceu uma interlocução com teóricos de seu campo de estudos.

Agora, buscaremos apresentar uma síntese sobre o **espaço-tempo escritural** delineado pelo autor. Ao falar do próprio texto e de sua organização, ele utiliza expressões bastante canônicas, como: “na primeira/segunda/terceira seção”, “no presente/neste artigo”, “No caso específico deste trabalho”. Ele também mobiliza expressões espaciais tanto para demarcar elementos que ocupam determinado espaço gráfico no documento, quanto para descrever a extensão e continuidade do artigo enquanto texto em que partes se sucedem: “ao longo do texto”; “Em seguida”; “neste ponto”; “supracitado”; “Acima, podemos ver”; “Na sequência”; “Abaixo”; “a seguir”. Igualmente, temos verbos que denotam deslocamento e expressões adverbiais temporais, relacionando-se ao movimento argumentativo do texto e à temporalidade da leitura: “*partiremos*, na primeira seção”; “*passamos* à compreensão”; “É dessa forma que *vai se configurando*”; “*discutiremos*, na próxima seção”; “Na sequência, apresentamos”; “Passemos, agora”. É interessante notar que, conforme os modos verbais agenciados, ora temos uma posição de descrição – “A partir disso, *fizemos*” –, ora temos um convite a que o leitor acompanhe o percurso desenhado pelo autor – “*Sigamos*, na próxima seção” –, movimentos nos quais podemos antever um sujeito-autor que se coloca “no lugar do leitor presumido” (Silva, Boabaid, 2021, p. 223).

Quanto ao segundo eixo, **conteúdo semantizado**, iniciemos nossa análise pela categoria **estratégias de referência**. Nela, em sentido restrito ao atual eixo, buscamos considerar de que modo os conteúdos selecionados para compor a unidade temática do artigo são apresentados e retomados, por meio de se diferentes expressões, a fim de categorizar realidades, fenômenos, teorias.

Destacamos que o artigo de Souza (2023) mobiliza inúmeras estratégias de retomada de aspectos abordados, a fim tanto de se posicionar frente aos argumentos expostos pelos outros autores com os quais tece sua interlocução, quanto de construir uma progressão textual na qual os conteúdos tematizados tenham uma síntese. O agenciamento dessas formas referenciais se dá em dois escopos: retomada de elementos do período ou do parágrafo imediatamente anterior e encapsulamentos

anafóricos²¹ mobilizados para dar um fechamento a questões que perpassam toda uma seção do artigo. Vejamos alguns exemplos:

- (a) Os resultados sugerem uma aproximação das questões analisadas, em alguns momentos, do que se defende como prática de letramentos literários e letramentos literários de reexistência. No entanto, em outros momentos, há um distanciamento **dessas acepções**.
- (b) **H15** – Estabelecer relações entre o texto literário e o momento de sua produção, situando aspectos do contexto histórico, social e político.
H16 – Relacionar informações sobre concepções artísticas e procedimentos de construção do texto literário.
H17 – Reconhecer a presença de valores sociais e humanos atualizáveis e permanentes no patrimônio literário nacional (INEP, 2005, p. 3).

Tais habilidades parecem enfatizar [...].

- (c) [...] o texto busca transportar o leitor situado para outra realidade, de maneira que ele possa construir sentidos, questionar seus preconceitos, rever ou afirmar suas ideologias, repensar suas crenças e, se possível, construir novas perspectivas. **Esse movimento** representa uma prática de letramento literário [...].

Nos trechos destacados, vemos o autor realizar processos de retomada por meio de dêixis anafóricas aliadas a substantivos que retomam um nome já enunciado (H15, H16, H17 = habilidades) ou que (re)nomeiam elementos anteriormente mencionados (letramentos > essas acepções; transportar > esse movimento). Interpretamos essas estratégias como materialização do axioma de Benveniste (1976 [1963b], p. 26, grifo nosso) de que “A linguagem **reproduz a realidade**”, posto que, por meio do agenciamento singular dos recursos formais da língua, o sujeito enunciador reorganiza fatos, ideias, realidades a partir de sua experiência e os compartilha com seu interlocutor.

Passemos, agora, à categoria **elaboração teórica**. Por meio dela, conseguimos avaliar se o autor, além de sintetizar conceitos, teorias,

²¹ Tendo em vista que, nos escritos benvenistianos, não há a discussão de determinados aspectos textuais, nos permitimos uma digressão teórica e nos utilizamos do conceito de encapsulamento anafórico, da Linguística Textual, conceituado por Conte (2003, p. 178), como “recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente de texto”.

posicionamentos, evidencia, em sua enunciação escrita, momentos de reflexão e elaboração.

- (d) Esse modelo se dá pelo fato de o ENEM buscar se distanciar do excesso conteudista que outras provas de vestibular costumam apresentar, **encaminhando-se** para uma concepção **mais** piagetiana e construtivista [...].
- (e) [...] há os letramentos literários que, **em consonância com a ideia** apresentada em Paulino e Grijó, abarcam [...]. Essa reflexão **dialoga** com os apontamentos de Magda Soares [...].
- (f) Ademais, Amorim e Silva **apropriam-se desse conceito** para pensar [...]. Esses autores **ampliam**, nesse contexto, **a ideia** de [...].
- (g) **É apenas** em Paulino e Cosson que o conceito de letramento literário passa a ser **melhor** desenvolvido [...].

No trecho reproduzido em (d), o autor mobiliza o verbo “encaminhar” e o intensificador “mais” para introduzir sua categorização em relação ao conteúdo em análise: a prova do ENEM. Em (e), ele emprega a expressão “em consonância” e o verbo “dialogar” para tecer uma interlocução entre os autores citados, dando uma ideia de unidade, conformidade entre seus posicionamentos. No exemplo (f), temos uma recategorização: o autor não apenas descreve a utilização de um conceito pelos autores, mas também expressa seu julgamento de que eles se “apropriaram” do construto teórico para o “ampliar”. Por fim, no excerto (g), temos um emprego valorativo dos advérbios “apenas” e “melhor”, que carregam uma marca autoral avaliativa (o conceito foi “melhor desenvolvido”), e também situam a produção teórica dos autores no tempo das ideias linguísticas, ao afirmar que “É apenas em Paulino e Cosson” que esse aprimoramento conceitual se dá.

Na categoria **unidade/progressão temática**, buscamos investigar as estratégias enunciativas que levam à clareza e à busca pela organização textual.

- (h) [...] é preciso dialogar com a estrutura política, social e econômica, fazendo com que seja importante discutir literatura, considerando sua relação com o ensino e, por conseguinte, com a própria sistematização sociocultural da instituição escolar.

Sob esse viés, é de interesse apontar os atravessamentos que perpassam os exames de ascensão para o nível superior de ensino brasileiro, em específico, o ENEM.

(i) **Refletir sobre o ENEM** implica pensar em questões diversas [...].

Nos exemplos (h) e (i), vemos processos de retomada amplos, pelos quais o autor resgata discussões que vêm sendo construídas parágrafo a parágrafo para apresentar sua síntese. Em (h), ele utiliza a expressão “sob esse viés” para retomar o argumento anterior e apresentar sua justificativa quanto à escolha de seu recorte de pesquisa; já em (i), mobiliza o sintagma nominal “Refletir sobre o ENEM”, em um parágrafo logo após um título, para iniciar uma nova seção, guiando o leitor pelo fio condutor que perpassa todo o texto: “o locutor estabelece ‘certa’ relação com o mundo via discurso, produz referência (sentido global do discurso) e permite ao outro dar continuidade a esse discurso via correferência” (Costa Silva, 2020, p. 12).

Cabe, ainda, sinalizar que, nesta categoria, que visa analisar um aspecto textual organizacional amplo, temos também aspectos referenciais em jogo, o que não poderia ser diferente, pois o mecanismo da referência é constitutivo de todo processo de enunciação (Oliveira, 2022). Entretanto, como nosso instrumento de análise prima por um viés funcional, aplicado, no qual se intenta aproximar mecanismos avaliativos às contribuições da linguística benvenistiana, por vezes, corre-se o risco de realizar uma *assemblage*, uma sobreposição ou uma divisão de elementos que não estão assim dispostos no interior da teoria.

Chegamos ao eixo **agenciamento das formas**. Nele, buscaremos discutir a **sintagmatização**, olhando para questões que se relacionam com a norma padrão e a construção de arranjos sintático-semânticos, bem como o **léxico** escolhido, observando sua precisão e adequação.

Começemos pela sintagmatização. Em relação à norma padrão da língua portuguesa (registro socialmente esperado de textos da esfera acadêmica), identificamos poucos pontos a serem destacados.

Houve um único caso de equívoco quanto à concordância verbal, no qual o plural é empregado, e a concordância do verbo é feita com seu objeto, não com o sujeito: “agentes sociais criam formas alternativas de sobre(viver) em um contexto que os desfavorecem”.

Identificamos alguns empregos de vírgula que não se sustentam gramaticalmente: “assim como, o retorno desse eu para si mesmo”, “mas também, em que circunstâncias atuam”, “pois, o foco dessa análise é o enunciado”, no que nos parece uma hipercorreção, em que os nexos em tela são “isolados” por vírgula do restante da oração; e a ausência de vírgula demarcando a fronteira sintática entre uma oração reduzida e sua principal: “Dando prosseguimento à pesquisa aqui discutida [,] passemos à análise da primeira questão selecionada”. Depois, houve um caso de segmentação sintática, na qual julgamos que o emprego de ponto final e o início de um novo período contribuiriam para uma melhor organização do conteúdo veiculado e conduziriam o interlocutor a uma leitura adequada. Da forma como ficou registrado, num primeiro movimento de leitura, parece que “sua arte” é um elemento coordenado à “sua cor” (Ele é discriminado por sua cor, sua arte...; por sua cor e sua arte; por sua cor e por sua arte); quando, na verdade, trata-se de um novo sujeito.

- (k) O escritor é doutor em Literatura Brasileira pela UNICAMP e famoso por refletir, através da sua obra, sobre ser negro numa sociedade que o discrimina por sua cor, sua arte poética pretende levar seus leitores para além do lugar comum.

O escritor é doutor em Literatura Brasileira pela UNICAMP e famoso por refletir, através da sua obra, sobre ser negro numa sociedade que o discrimina por sua cor[. Sua arte poética pretende levar seus leitores para além do lugar comum.

Por fim, há um caso de frase siamesa, a qual descrevemos, seguida de uma proposta de reestruturação:

- (l) Alguns fatos nos chamam atenção, como, por exemplo, a escolha do gênero literário HQ, que após a leitura das edições do ENEM de 2012 até 2022, foi possível perceber a ausência majoritária desse gênero na prova, ao longo dos anos, vem aparecendo de maneira pontual.

Alguns fatos nos chamam atenção, como, por exemplo, a escolha do gênero literário HQ. **Após** a leitura das edições do ENEM de 2012 até 2022, foi possível perceber a ausência majoritária desse gênero, **que**, ao longo dos anos, vem aparecendo de maneira pontual **na prova**.

Quanto a arranjos sintático-semânticos que marquem mais explicitamente singularidade, autoria, destacamos a escolha por empregar a primeira pessoa em alguns períodos da seção “considerações finais”, aspecto já descrito em nossa discussão da categoria quadro figurativo.

Para finalizar nossa análise, nos ateremos, agora, ao **repertório/léxico**. Não identificamos no texto em tela nenhuma questão de inadequação quanto ao tipo de registro esperado para enunciações escritas em âmbito científico. Gostaríamos de destacar, sim, alguns recursos gráficos e empregos lexicais mobilizados pelo autor que singularizam sua escrita.

O primeiro aspecto diz respeito ao emprego de parênteses no interior de determinadas palavras para demarcar ambiguidade, oscilação e mesmo problematizar questões sociais atinentes à semântica dos vocábulos. Em “letramentos (des)legitimados”, que ocupa lugar de destaque, aparece já no título do artigo, vemos o uso de parênteses que alocam o prefixo “des”, dando a tônica da discussão proposta pelo autor: considerar quais textos são legitimados ou não pelo Exame Nacional do Ensino Médio em suas provas de Linguagens. Depois, temos a composição de “sobre(viver)” em: “agentes sociais criam formas alternativas de *sobre(viver)* em um contexto que os desfavorecem”. Embora pensemos que o mais adequado seria isolar o prefixo – (sobre)viver –, consideramos o arranjo criativo realizado pelo autor, visando destacar que muitos agentes sociais, sujeitos em condições adversas e de desigualdade, precisam lutar para *sobreviver* e não *viver* em condições dignas e de igualdade de direitos. O autor também emprega semelhante recurso ao abordar a “(re)construção” de determinados conceitos, como as múltiplas expressões do letramento. Outro recurso gráfico utilizado pelo autor para modalizar, relativizar uma afirmação é o itálico. Vejamos o exemplo: “Baseado na leitura do enunciado, é possível dizer que a intenção do ENEM não parece ser *a princípio* discorrer sobre os aspectos propriamente literários da obra”.

Quanto às escolhas lexicais, destacamos que, sempre que possível, o autor se utiliza de estratégias de modalização verbal e também de adjetivos valorativos para marcar seu posicionamento subjetivo quanto ao assunto que está tematizando: “Tais habilidades *parecem enfatizar*, respectivamente, relações *superficiais* entre texto e contexto histórico”.

Ainda sobre o léxico, temos o caso particular do título da seção 3.2: “Reexistência ou morte!”, na qual o autor estabelece uma clara interlocução com a célebre frase “Independência ou Morte!”, proferida por Dom Pedro I. Tal escolha produz no interlocutor diferentes efeitos de sentido: uma ideia de força, um brado por uma causa social, a importância do termo “reexistência” para a argumentação do autor – o que nos leva a retomar a afirmação feita por Sobral (2008, p. 12, grifo da autora): “A escolha por quais signos gráficos utilizar no momento da escrita tem a ver com o valor que o *escritor* dá a uma determinada palavra e não a outra, assim como acontece na língua, onde o falante confere um valor à palavra ao escolher usá-la”.

4.1.3 Síntese

Passemos, agora, à síntese da análise realizada, por meio da utilização das perguntas/descriptores.

Quadro 9 – Análise do Artigo 1

CATEGORIAS	DESCRITORES
EIXO 1 – INSTÂNCIAS DO DISCURSO	
Categoria 1.1 – Quadro figurativo: interlocução	
Subcategoria 1.1.1 Autorreferência (<i>eu</i>): marcas de autoria	<i>O artigo apresenta marcas que evidenciam a reflexão do estudante sobre sua posição como autor, embora de modo pontual, com o emprego de 1ª pessoa na seção “considerações finais”.</i>
Subcategoria 1.1.2 Alocutário (<i>tu</i>): evidência de diálogo com o leitor	<i>Há estratégias de diálogo, argumentativo ou expositivo, conduzindo o leitor à compreensão do exposto, evidenciadas pelo emprego de 1ª pessoa do plural e pelo emprego de verbos com sentido de condução, convite ao leitor: “passemos”.</i>
Subcategoria 1.1.3 Interlocução com autores (<i>eles</i>) e citações mobilizadas	<i>As citações e menções a autores são comentadas e debatidas. Em sua maioria, as citações são introduzidas por verbos de sentido afirmativo: “dizer”, “afirmar”. Em alguns casos, os autores são interrelacionados. Não há nenhum caso de crítica ou oposição direta a algum autor.</i>

Categoria 1.2 – Espaço-tempo escritural	
Subcategoria 1.2.1 Constituição do artigo ²²	<i>O artigo apresenta seções canônicas como resumo, introdução, referencial teórico, método, análise, considerações finais e referências, além de recursos gráficos significativos, como o emprego de ilustrações.</i>
Subcategoria 1.2.2 Temporalidade/ linearidade textual	<i>Foram utilizadas expressões linguísticas que organizam, fazem a transição de um parágrafo ao outro, bem como estabelecem uma linearidade temporal, por exemplo: “a seguir”, “supracitadas” etc.</i>
EIXO 2 – CONTEÚDO SEMANTIZADO	
Categoria 2.1 Estratégias de referenciação	<i>O artigo mobiliza estratégias de retomada de elementos do período ou do parágrafo imediatamente anterior e encapsulamentos mobilizados para fechamento a argumentos.</i>
Categoria 2.2 Elaboração teórica	<i>O texto evidencia reflexão e elaboração sobre as noções teóricas apresentadas, por meio de estratégias de (re)categorização e avaliação.</i>
Categoria 2.3 Unidade/progressão temática	<i>Há clareza e um fio condutor do pensamento exposto construídos por meio de movimento de retomada entre parágrafos e entre seções.</i>
EIXO 3 – AGENCIAMENTO DAS FORMAS	
Categoria 3.1 – Sintagmatização: Estrutura e Organização das Frases	
Subcategoria 3.1.1 Adequação à norma padrão	<i>Foram registradas inadequações quanto à pontuação, concordância verbal e organização sintática de períodos complexos.</i>
Subcategoria 3.1.2 Liberdade de combinação e veiculação	<i>Destacamos o emprego de 1ª pessoa do singular em alguns períodos.</i>
Categoria 3.2 – Repertório/léxico	
Subcategoria 3.2.1 Precisão vocabular/ conceitual	<i>O vocabulário escolhido relaciona-se com a temática organizadora do texto e é coerente com o quadro teórico escolhido. Não foram registradas inadequações.</i>
Subcategoria 3.2.2 Adequação registro/ estilo	<i>O texto apresenta grau de formalidade e adequação à linguagem acadêmica e evidencia escolhas lexicais singulares, tais como: o emprego de recursos gráficos significativos (parênteses, itálico), o uso de adjetivos valorativos e verbos modalizadores etc.</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

²² Como é possível observar neste e nos próximos subcapítulos, a subcategoria 1.2.1 *Constituição do artigo* é contemplada em duas seções, mas sob enfoque distinto: em *Apresentação do manuscrito*, em que são contemplados aspectos macroestruturais e na seção *Proposta de avaliação enunciativa*, que focaliza aspectos linguísticos.

4.2 ANÁLISE 2: ARTIGO SOBRE LINGUÍSTICA

4.2.1 Apresentação do manuscrito

O artigo que analisaremos nesta seção, *Análise lexicográfica na FrameNet Brasil*²³, de autoria da graduanda Michele Monteiro de Souza (UFJF), configura-se como um relato de pesquisa e se organiza da seguinte forma:

Introdução;

1. Projeto FrameNet Brasil;

2. O Processo de Anotação;

2.1. O *corpus* do Projeto FrameNet Brasil;

3. O *frame* de “PLACING”;

3.1. Unidades Lexicais que evocam o *frame* de “PLACING”;

3.1.1. UL *colocar*;

3.1.2. UL *guardar*;

3.1.3. UL *ensacar*;

3.1.4. UL *esconder*;

Considerações Finais;

Referências Bibliográficas.

Na introdução, a autora apresenta o Projeto FrameNet Brasil, explica ao leitor o que é a Análise Lexicográfica e delimita qual é a unidade de análise de seu artigo. Não há apresentação da estrutura do texto (seções que o compõem).

Na seção n. 1, ela registra em que universidade o projeto teve origem – University of California –, bem como aponta qual é o objetivo do projeto no Brasil. Depois, explica a concepção da Semântica de *Frames* e o modelo metodológico implementado. Na seção n. 2, ela parte da descrição dos *corpora* utilizados, explicando de que modo foi realizada a coleta, o tratamento e a organização dos dados. Além das sequências textuais explicativas, ela constrói uma tabela, na qual são mostrados dados quantitativos: o total de palavras encontradas e os gêneros textuais dos quais elas foram extraídas.

²³ Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/gatilho/article/view/26953/18635>. Acesso em: 1 dez. 2023.

A seção n. 3, a mais extensa do artigo, objetiva detalhar os achados relativos ao recorte de pesquisa – o *frame* “PLACING”. No primeiro parágrafo, há a justificativa da escolha por esse *frame* em específico (embora não fique claro se essa escolha é feita pela autora ou por seu grupo de pesquisa), para, depois, delimitar seu ponto de partida teórico e epistemológico, por meio da apresentação de uma citação em inglês, que ela traduz e retextualiza. Nos itens 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4, temos a descrição das unidades lexicais (ULs) resultantes deste *frame*. Destacamos que a organização do artigo é impecável. Há um “paralelismo textual” exato entre cada uma das partes constitutivas dessas subseções. Primeiramente, apresentam-se os achados quantitativos de cada UL. Depois, são explicadas categorias específicas, com algum fator atípico ou que guardam algum critério de exclusão. Na sequência, são descritos os padrões de valência, comparando-se os valores entre as ULs (qual é a maior, a menor etc.). Por fim, são registrados exemplos (excertos textuais) seguidos de quadros categoriais e explicação quanto às categorias aplicáveis a eles. Na subseção dedicada à UL *ensacar*, por exemplo, há um elemento adicional, um quadro com seu “sumariamento”. A presença desse elemento distinto dos demais, entretanto, é explicada pela autora: somente nesse caso foi possível apresentar semelhante quadro, pois as sequências anotadas para essa UL geraram apenas cinco padrões, em oposição às demais que tiveram mais de 20 padrões.

Por fim, temos as considerações finais, seção que também apresenta qualidade notável, pois não consiste somente em uma repetição ou retomada do que já foi dito no artigo, como é comum a muitos textos. Nela, primeiramente, a autora retoma o recorte de sua pesquisa, situando-o no contexto maior (internacional) do projeto. Em seguida, destaca a importância desse tipo de pesquisa para a análise da língua portuguesa. Como fechamento, aponta a próxima etapa de pesquisa: expansão dos *corpora*, bem como que perspectivas essa expansão acrescenta ao que já foi produzido.

4.2.2 Proposta de avaliação enunciativa

No âmbito de análise relativo ao **quadro figurativo**, temos dois tipos de emprego quanto à autorreferência. Registramos apenas uma ocorrência de primeira pessoa do singular: “Assim, temos ‘frame’ como um ‘*esquema imagético*’.” **Exemplifico** essa perspectiva cognitiva com”. As demais são ocorrências de primeira

pessoa do plural, em que predomina o plural majestático – “**realizamos** nossa pesquisa na Universidade”, “**Temos**, ainda, elementos periféricos”, “**Selecionamos** quatro UL’s que evocam”, “os quais **nos permitem** ver também o processo”. Há apenas duas ocorrências do verbo “vejamos”, em que há, pelo imperativo empregado, um direcionamento explícito ao leitor. Quanto à interlocução com outros autores, temos o registro de cinco citações, sendo somente uma direta: “O projeto baseia-se na Semântica de *Frames*, a partir da concepção dada por Fillmore de que”. As demais citações, todas indiretas, são registradas apenas ao final de sentenças afirmativas, sem emprego de verbos dicendi ou expressões valorativas.

Costa Silva e Endruweit (2011, p. 244) afirmam que “a descrição do fato, seja ela formal ou não, não é independente da teoria que o elege e que lhe dá existência”. Por ser um artigo cujo objetivo é o relato de uma pesquisa na área da Linguística Formal, vemos como característica predominante sequências descritivas e explicativas, não sendo muito característico da área ou mesmo não nos parecendo ser o estilo de escrita da autora mobilizar marcas de intersubjetividade mais explícitas – sem negarmos, entretanto, que “o sujeito está sempre presente em tudo, mesmo quando se mascara” (Fuchs, 1985, p. 120), pois o sentido é sempre situacional e intersubjetivo.

Em relação ao **espaço-tempo escritural**, conforme exposto na seção anterior, o texto apresenta uma organização que permite ao leitor compreender a função de cada uma das partes constitutivas da exposição. A autora mobilizou expressões linguísticas que organizam a transição de um parágrafo ao outro. Temos, a título de exemplo, realizações de expressões canônicas de referência ao próprio texto – “No presente artigo”, “Neste trabalho” – e remissões às ilustrações presentes no texto – “vide Tabela 1”, “Abaixo, apresentamos exemplos”, “Temos, então, a Tabela 2”, que conduzem o leitor em um percurso textual pré-estabelecido, que manifesta coesão e coerência.

Avancemos para a categoria **estratégias de referência**, integrante do eixo **conteúdo semantizado**. Os conteúdos selecionados para compor a unidade temática do artigo são apresentados e retomados, utilizando-se principalmente o mecanismo de referência anafórica (Vieira; Faraco, 2019b):

- (a) “O projeto baseia-se na Semântica de *Frames* [...]. **Exemplifico essa perspectiva cognitiva**”.
- (b) “selecionamos Unidades Lexicais (doravante UL’s) e desenvolvemos um processo de análise lexicográfica, **esse procedimento** segue”
- (c) “As averiguações partem da escolha de unidades lexicais [...], **as quais** são buscadas em *corpora*”.
- (d) “processamos os dados no *software ‘R’*, **o qual** separa todas as ocorrências de sentido físico”.

Como podemos observar nos exemplos acima, a autora retoma sintagmas anteriores por meio de pronomes demonstrativos e relativos, a fim de explicar/ampliar a compreensão acerca de algum conceito ou fenômeno apresentado, por vezes, categorizando-os (“essa perspectiva”, “esse procedimento”). Desse modo, o conteúdo temático não vai sendo apenas justaposto: as unidades sintáticas e lexicais são organizadas em um engendramento que contribui para a leitura e a compreensão do exposto.

Quanto à **elaboração teórica**, sinalizamos que todo o artigo evidencia, por parte da autora, domínio dos conceitos mobilizados, reflexão e elaboração sobre o lido e o exposto, coerência com o quadro teórico no qual sua pesquisa se insere e capacidade de aplicação deste aos exemplos apresentados. Vejamos algumas das estratégias mobilizadas:

- (e) “baseado na semântica de frames e sustentado por evidência colhida em corpus, **além disso**, as unidades lexicais devem ser coerentes em relação ao frame que evocam e perfilam”.
- (f) “A análise lexicográfica, dentro deste quadro teórico-analítico, **consiste em** levantar possibilidades”.
- (g) “¹ Temos no exemplo (ii) um caso com Agente IND (Instanciação Nula Definida), **o que ocorre quando o EF não se realiza na sentença, porém é inferível no contexto**”.
- (h) “**Outra característica desses exemplos** é a presença de mais uma camada de anotação, que surge da necessidade de representar verbos auxiliares, suporte ou cópula”.

No trecho (e), temos um exemplo de informação adicional sendo introduzida pela locução adverbial “além disso”. Esse procedimento é utilizado também em outro momento do texto, com a expressão “ou seja”. No exemplo (f), vemos o procedimento de conceituação, em que a autora esclarece ao leitor o que é a análise lexicográfica. No excerto (g), buscamos reproduzir uma nota de rodapé, na qual a autora apresenta uma explicação terminológica. Tal procedimento evidencia o princípio enunciativo de que sempre há a presença implícita de um *tu* que contribui tanto para a formação do sujeito enunciador quanto para a enunciação em si, pois é esse interlocutor que é o propósito do ato enunciativo, principalmente em se tratando de enunciações escritas da esfera científica/acadêmica, que objetivam compartilhar conhecimentos e achados. Por fim, em (h), podemos observar que a autora não somente reproduz ou registra conceitos, mas busca refletir e aplicar a teoria apresentada, categorizando seus dados de pesquisa por meio das noções já mobilizadas.

Quanto à categoria **unidade/progressão temática**, reiteramos que o texto evidencia estratégias de organização e antecipação, de modo a clarificar o que vai sendo apresentado, tanto por meio de recursos gráficos e organizacionais (tabelas, notas de rodapé), quanto pelo emprego de estruturas linguísticas explicativas e elucidativas, que contribuíram para que o texto fosse teórica e metodologicamente coerente em toda a sua extensão. Isso nos remete à reflexão proposta por Costa Silva e Endruweit (2011, p. 257) de que se pode acompanhar a história de cada escrita materializada nas diferentes versões de um texto, tomando-se este como “possibilidade de descortinar a negociação do sujeito com o interlocutor e com a língua”.

Por fim, nos direcionamos ao eixo **agenciamento das formas**. De modo geral, o texto é muito bem escrito, não apresentando grandes desvios quanto à norma padrão e à organização dos enunciados, apenas casos pontuais de lapsos quanto ao emprego do acento indicativo de crase, de problema de construção frasal e de pontuação.

Registramos, por exemplo, casos em que orações reduzidas de gerúndio ou adjuntos adverbiais deslocados não foram isolados por vírgula. Também identificamos casos pontuais em que a segmentação sintática poderia ter sido mais bem organizada, marcando-se determinadas fronteiras entre orações e as hierarquizando

adequadamente a partir de outros sinais de pontuação que não a vírgula, como em (i):

- (i) O Projeto FrameNet Brasil objetiva criar um recurso lexical on-line disponível para pesquisas sobre o Português do Brasil, baseado na semântica de frames e sustentado por evidência colhida em corpus, **além disso**, as unidades lexicais devem ser coerentes em relação ao frame que evocam e perfilam.

[...] semântica de frames e sustentado por evidência colhida em corpus[;] **além disso**, as unidades lexicais devem ser coerentes em relação ao frame que evocam e perfilam.

[...] semântica de frames e sustentado por evidência colhida em corpus[. **A]lém disso**, as unidades lexicais devem ser coerentes em relação ao frame que evocam e perfilam.

Depois, houve um caso pontual de problema de construção. Antes da Tabela 1, na terceira página do artigo, temos a seguinte frase: “A divisão dos adiante se vê”. Parece-nos um caso de reescrita que não foi finalizado ou um trecho não revisado na conclusão da escrita, pois, também no erro, é possível vislumbrar as tentativas de realização de “operações de textualização cujas marcas os enunciados carregam” (Auroux, 2018, p. 17).

Por fim, quanto à sintagmatização de formas agenciadas pelo locutor, gostaríamos de destacar uma estratégia de organização frasal:

- (j) “A anotação se estrutura formalmente em linhas, ou camadas, **que são a sentença e as categorias da anotação**, e as colunas, **que são os termos anotados**”.

Em (j), encontramos um recurso que é amplamente empregado ao longo do artigo: a construção de orações subordinadas adjetivas (Vieira; Faraco, 2021) para inserir explicações, num modelo lógico: [apresenta-se X, que é Y]. Por meio de construções sintáticas dessa tipologia, vislumbramos o cuidado da autora a fim de que seu leitor acompanhe, compreenda o que está sendo descrito, uma vez que um texto nos permite vislumbrar “a relação *daquele que textualiza com aquilo que diz ao escrever/falar e com o modo como (o) diz*” (Agustini; Alferes; Leite, 2011, p. 334, grifos dos autores).

Quanto ao repertório lexical mobilizado, identificamos alguns pequenos deslizes relativos a padronizações que não se mantêm ao longo de todo o artigo, como (i) empregos de itálico em palavras estrangeiras (*frame*, frame); (ii) o uso de iniciais maiúsculas em alguns termos (semântica de frames, Semântica de Frames); ou (iii) ausência de acentos em algumas palavras (Triangulo), mas nada que comprometesse a compreensão e a coesão do texto.

Conforme reflexão proposta por Silva e Boabaid (2021, p. 224), ao analisarmos de modo integral um texto, não se pode desconsiderar que

[...] o material foi construído por alguém que pensa, acredita, idealiza e registra, ou seja, o escrito começa na composição do pensamento acerca do escrito, está no processo, na escolha articulada do sujeito-autor, na interdependência enunciativa que o possibilita habitar sua singularidade, pois está inserido no universo cultural.

Logo, em uma análise holística, consideramos que o artigo analisado se trata de um texto no qual a autora apresentou alto grau de compreensão teórica e notável qualidade expositiva, evidenciados pela mobilização precisa de termos do viés teórico que escolheu, o que aponta para uma eficiente apropriação e mobilização na enunciação escrita de seu universo cultural.

4.2.3 Síntese

Quadro 10 – Análise do Artigo 2

CATEGORIAS	DESCRITORES
EIXO 1 – INSTÂNCIAS DO DISCURSO	
Categoria 1.1 – Quadro figurativo: interlocução	
Subcategoria 1.1.1 Autorreferência (eu): marcas de autoria	<i>O artigo apresenta apenas uma ocorrência de 1ª pessoa do singular, predominando uma linguagem descritiva e explicativa por meio do emprego de plural majestático.</i>
Subcategoria 1.1.2 Alocutário (tu): evidência de diálogo com o leitor	<i>Há apenas duas ocorrências do verbo “vejamos”, em que há, pelo imperativo empregado, um direcionamento direto ao leitor.</i>
Subcategoria 1.1.3 Interlocução com autores (eles) e citações mobilizadas	<i>Há apenas uma citação direta, da concepção teórica da qual parte a linha conceitual seguida pela autora. As citações indiretas são registradas apenas ao final de sentenças afirmativas, sem emprego de verbos dicendi ou expressões valorativas.</i>

Categoria 1.2 – Espaço-tempo escritural	
Subcategoria 1.2.1 Constituição do artigo	<i>O artigo apresenta seções canônicas como resumo, introdução, referencial teórico, método, análise, considerações finais e referências, construídas com clareza e autonomia (sem repetições intratextuais), além de recursos gráficos e textuais significativos, como quadros de síntese e notas de rodapé explicativas. Destaca-se a organização interna das seções, as quais apresentam paralelismo, que contribui para a compreensão do tema exposto, bem como para operações de comparação e cruzamento de dados durante a leitura.</i>
Subcategoria 1.2.2 Temporalidade/ linearidade textual	<i>Foram utilizadas expressões linguísticas que organizam e situam o leitor quanto ao próprio texto – “No presente artigo”, “Neste trabalho” – e remissões às suas ilustrações – “vide Tabela 1”, “Abaixo, apresentamos exemplos”.</i>
EIXO 2 – CONTEÚDO SEMANTIZADO	
Categoria 2.1 Estratégias de referenciação	<i>No artigo, há trechos em que se retomam sintagmas anteriores por meio de pronomes demonstrativos e relativos, a fim explicar/ampliar a compreensão acerca de algum conceito ou fenômeno apresentado, categorizando-os. As unidades sintáticas e lexicais são bem engendradas.</i>
Categoria 2.2 Elaboração teórica	<i>Todo o artigo evidencia domínio dos conceitos mobilizados, coerência com o quadro teórico no qual sua pesquisa se insere e capacidade de aplicação deste aos exemplos apresentados.</i>
Categoria 2.3 Unidade/progressão temática	<i>O texto evidencia estratégias de organização e antecipação: recursos gráficos e organizacionais (tabelas, notas de rodapé) e estruturas linguísticas explicativas e elucidativas.</i>
EIXO 3 – AGENCIAMENTO DAS FORMAS	
Categoria 3.1 – Sintagmatização: Estrutura e Organização das Frases	
Subcategoria 3.1.1 Adequação à norma padrão	<i>Foram registradas inadequações eventuais quanto à pontuação, crase e organização sintática. De modo geral, a tessitura textual é muito bem construída e organizada.</i>
Subcategoria 3.1.2 Liberdade de combinação e veiculação	<i>Podemos observar que a autora não somente reproduz ou registra conceitos, mas os agencia em construções sintáticas com alto grau de clareza, precisão e coesão.</i>
Categoria 3.2 – Repertório/léxico	
Subcategoria 3.2.1 Precisão vocabular/ conceitual	<i>O vocabulário escolhido relaciona-se com a temática organizadora do texto e é coerente com o quadro teórico escolhido. Não foram registradas inadequações.</i>
Subcategoria 3.2.2 Adequação registro/ estilo	<i>O texto apresenta formalidade e estilo adequados ao que se espera de textos da esfera acadêmica.</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

4.3 ARTIGO 3: ARTIGO SOBRE LITERATURA

4.3.1 Apresentação do manuscrito

O último artigo que constitui nossa análise foi publicado no volume 4 da *Revista Gatilho* no ano de 2006. Com o título *A questão da memória n'A Idade do Serrote*²⁴, o texto, produzido por uma graduanda do curso de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), tem por objetivo realizar uma síntese da obra memorialística de Murilo Mendes: *A Idade do Serrote*. Trata-se de um texto curto, de cinco páginas, assemelhando-se estrutural e funcionalmente a uma resenha, embora apresente subdivisões e esteja listado entre os artigos que compõem um dossiê temático sobre memória. Vejamos sua composição:

1. A Idade do Serrote;
 2. A memória fragmentada;
 3. O duplo olhar de Murilo;
 4. A nostalgia do moderno em Murilo;
- Referências.

O resumo do artigo apresenta duas linhas, nas quais se registra o objetivo do trabalho, qual seja, apresentar uma síntese da obra, bem como delinear um trajeto de leitura e compreensão desta. A primeira seção é constituída por um parágrafo e parte de um trecho da obra, no qual as *Parcas*, divindades mitológicas, são mencionadas e servem de mote para pensar o caráter fragmentado e reorganizado com que o fio do tempo vivido (narrado) é apresentado por Murilo Mendes.

Na segunda seção, *A memória fragmentada*, a autora apresenta as características que diferenciam o fato vivido do fato narrado, a partir de uma citação de Santo Agostinho (que não sabemos se constitui a obra *A Idade do Serrote* ou se é uma enunciação escrita do repertório da autora, pois não são apresentados elementos referenciais, como ano, página etc.). Depois, ela passa a explicar as características narrativas da obra literária: seu enredo é apresentado em *flashes*; há fluxo de consciência; o protagonista narra sua infância e sua adolescência. Adiante, ela aborda

²⁴ Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/gatilho/article/view/26882>. Acesso em: 1 dez. 2023.

o paradoxo que atravessa obras desse tipo: os limites entre memória e ficção. Por fim, ela apresenta uma discussão entre o “eu narrativo” e o “eu personagem”, confrontando o “Murilo adulto” e o “Murilo criança”.

Em *O duplo olhar de Murilo*, a autora comenta as duas citações que abrem essa terceira seção, discutindo questões como o tempo e a eternidade, essência etc.; aborda o olhar do protagonista na adolescência perante diferentes fatos vivenciados, relacionando-os a uma mitologia e a uma arqueologia próprias ao personagem; e aponta para a duplicidade, a natureza dialética que perpassa toda a narrativa, classificando-a, por fim, como um romance moderno.

Na última seção, a autora tece sua conclusão: a vida e a obra de Murilo Mendes se fundem numa mitologia própria, que filtra aspectos como a memória, o tempo, o espaço, concluindo seu texto com uma reflexão sobre a nostalgia do autor.

4.3.2 Proposta de avaliação enunciativa

No eixo **instâncias do discurso**, começamos pela categoria **quadro figurativo**. Nesse artigo, não temos uso de 1ª pessoa em nenhum momento. Como se trata de um texto cujo objetivo é a apresentação de uma obra literária, a autora mobiliza sequências descritivas e argumentativas, em que predominam frases declarativas, com o emprego de verbos em 3ª pessoa: “Murilo *finaliza* seu livro”, “*trata-se* do desenrolamento dos fios do tempo”. E identificamos cinco ocorrências de emprego de 1ª pessoa do plural: “É importante *ressaltarmos* que toda memória é uma confissão parcial”, “É o que *vemos*, por exemplo, no capítulo”, “A infância aparece como a idade em que *formamos* nossa própria mitologia”, “Murilo Mendes *finaliza* seu livro [...] e *dá-nos* uma síntese interpretativa”, “Com relação à obra trabalhada [...], *podemos* concluir”, nas quais vemos o emprego de plural majestático.

No artigo em análise, não identificamos nenhuma estratégia explícita de diálogo com o leitor, sendo possível a interpretação de que o emprego da primeira pessoa do plural em “A infância aparece como a idade em que *formamos* nossa própria mitologia” seja uma forma de aproximação com o interlocutor, uma vez que a infância é uma etapa vivenciada/compartilhada por todos.

Quanto a citações, identificamos duas: uma, já mencionada, de Santo Agostinho (“Desta afirmativa de Santo Agostinho, pode-se concluir”) e outra de Ortega y Gasset (“na condição postulada por Ortega y Gasset”), que não constam nas

referências e não têm registro de ano e página. Em vários momentos do texto, a autora mobiliza construtos teóricos sem, contudo, fundamentá-los/referenciá-los diretamente – ao abordar, por exemplo, os conceitos ou noções de memória, linguagem pluripartida do cinematográfico, fragmentação do literário, mitologia/mito –, o que nos impactou enquanto leitores de duas formas: (i) o texto se aproxima, em grande medida, da escrita ensaística, em que o objetivo central não é a comprovação teórica, mas o deslindar do pensamento do autor; (ii) a autora ainda não tem uma compreensão amadurecida, um grau de letramento acadêmico que a permite construir um texto do gênero mais próximo ao que se espera de um artigo em sua discussão teórica, tendo em vista que esse gênero costuma ser marcado por “citações bibliográficas de dimensão funcional e com forte papel de legitimação, que contribuem para a retórica da cientificidade” (Batista, 2019, p. 176).

Na categoria **espaço-tempo escritural**, identificamos algumas expressões norteadoras para recapitular citações. Foram elas: “No pequeno fragmento *citado*”, “*Desta* afirmativa de Santo Agostinho”, “com os trechos transcritos *acima*”. Ou seja, foram mobilizadas expressões que dizem respeito ao caráter espacial do artigo. Não há expressões temporais relativas à enunciação escrita em si. Igualmente, não identificamos nenhum indicativo de como se organiza a totalidade do texto na primeira seção ou no resumo, nem uma apresentação da seção seguinte ao final de cada uma delas, por exemplo.

Avancemos, agora, para o eixo do **conteúdo semantizado**. Como estratégias de referenciação, gostaríamos de destacar três exemplos:

- (a) A morte do primo pode ser traduzida como símbolo da temporalidade apreendida do mundo material. **Temporalidade** que Murilo tenta conter em sua busca intemporal, no jogo de seu olhar, em sua crença na eternidade.
- (b) O menino de nove ou dez anos que encontra-se com Analu, não é o mesmo que usa as palavras sublinhadas. Este é o outro e o mesmo; é Murilo adulto. **Este deslocamento da narrativa** denota [...].
- (c) O serrote aparece **nesta duplicidade**, neste jogo entre o temporal e cortante do mundo real, e o reino do absoluto mitológico.

Nos trechos acima, vemos procedimentos de retomada e de antecipação. No primeiro caso, em (a), temos a repetição lexical de “temporalidade” não como mera descrição, mas como meio para recategorização: da interpretação do lido pela autora, chega-se à ampliação da compreensão acerca do posicionamento do eu-personagem, numa interlocução complexa, em que a escrita sobre a leitura se constitui não somente como referência, mas também como intersubjetividade.

No exemplo (b), há um caso de encapsulamento: a autora retoma dois fatos narrativos e os articula com suas leituras prévias, categorizando-os como um deslocamento dentro da narrativa em análise. Já em (c), vemos um caso de antecipação, em que ela categoriza a narrativa enquanto jogo de oposições, movimento no qual vemos a função da linguagem enquanto organizadora, uma vez que aprendemos na e pela língua: “pensar é manejar os símbolos da língua” (Benveniste, 1976 [1958a], p. 80).

Quanto à elaboração teórica, como já mencionado, a autora não chega a nomeadamente citar autores e teorias, apresentando uma argumentação e uma exposição muito próximas ao que se encontra no gênero ensaio. O único registro de citação teórica é do enunciado no qual ela categoriza o livro analisado como um romance moderno: “na condição postulada por Ortega y Gasset”.

No que diz respeito à unidade/progressão temática, consideramos que o texto poderia ter uma organização mais bem detalhada e um acabamento mais apurado. Não há, por exemplo, uma síntese inicial da obra analisada a fim de situar o leitor na exposição que se segue. No interior dos parágrafos, há coerência e clareza quanto aos fatos e às ideias expostas; entretanto, a ausência de uma relação mais explícita entre as seções do artigo torna o manuscrito, em certa medida, fragmentado. Somos levados diretamente aos pontos que a autora julgou importante enfatizar. Percebe-se, com isso, que seu interlocutor presumido é alguém que já realizou a leitura da obra.

Direcionaremos, por fim, nossa análise ao **agenciamento das formas**. Nesse artigo, na categoria **sintagmatização**, os principais aspectos identificados dizem respeito à pontuação e à segmentação sintática. Há casos em que a autora não emprega vírgula convencional para separar a oração principal da oração reduzida de gerúndio, como em: “O trabalho objetiva fazer uma síntese da obra memorialística de murilo mendes [sic] *A Idade do Serrote*[,] abordando os principais pontos desta”. Também há equívocos quanto à compreensão da função do ponto e vírgula,

empregado em contextos nos quais deveriam ter sido mobilizados dois pontos, pois há a inserção de informação nova ou de citação:

- (d) No fragmento citado do “livro de memórias” de Murilo Mendes; *A idade do Serrote*, encontra-se surpreendente chave para sua compreensão.
- (e) É a impossibilidade de apreensão do real que leva a sua fragmentação, e Murilo é, neste contexto; “*O voyeur que olha, o curioso. Sempre que podia espiando formas no buraco da fechadura*”.
- (f) O que coloca seu romance, na condição postulada por Ortega y Gasset, a cerca [*sic*] do romance moderno; “uma arte antes de figuras que de aventuras – uma arte que não narra o mundo, mas o cria”.

Outro aspecto a ser sinalizado diz respeito à segmentação sintática. Vejamos este exemplo:

- (g) Desta afirmativa de Santo Agostinho, pode-se concluir o quanto o fato vivido se difere do fato narrado. **P**or um lado, pelo fato de o mundo não poder ser compreendido em sua objetividade, mas filtrado pela consciência e intencionalidade de quem o vê. **P**or outro lado, **a** própria condição da memória, que é sempre falha, fragmentada, fato que torna a apreensão da realidade ainda mais frágil e inacessível pelo lapso de tempo existente.

Desta afirmativa de Santo Agostinho, pode-se concluir o quanto o fato vivido se difere do fato narrado[; **p**]or um lado, pelo fato de o mundo não poder ser compreendido em sua objetividade, mas filtrado pela consciência e intencionalidade de quem o vê[; **p**]or outro lado, [**pela**] própria condição da memória, que é sempre falha, fragmentada, fato que torna a apreensão da realidade ainda mais frágil e inacessível pelo lapso de tempo existente.

Como é possível observar em (g), em períodos mais extensos, por vezes, a autora acaba empregando ponto-final e quebrando o paralelismo entre sequências que têm correlação estrutural e semântica, que têm uma dependência sintática e referencial: o fato vivido se difere do narrado (1) pelo fato de o mundo não poder... e (2) pela própria condição.

Caso semelhante ocorre em (h). Aqui, a autora acaba fragmentando uma unidade sintática, fazendo com que o segundo período resultante não tenha uma estrutura sintática completa (oração principal e subordinada) e a categorização

proposta (*aquilo que é descrito anteriormente se configura uma importante dialética*), algo que liga diretamente as sequências textuais em uma unidade semântica, não encontre correspondência formal:

- (h) Assim, Murilo inicia-se na ciência do bem e do mal, descobre a cor preta e a branca, inicia-se na música e no fogo em sua vida, deseja mulheres que se tornam fontes supremas do eterno feminino. Em uma interessante dialética, em que as coisas postas no tempo servem de travessia para o mundo das idéias [*sic*], a formação de todos os arquétipos.

Assim, Murilo inicia-se na ciência do bem e do mal, descobre a cor preta e a branca, inicia-se na música e no fogo em sua vida, deseja mulheres que se tornam fontes supremas do eterno feminino[, **em**] uma interessante dialética, em que as coisas postas no tempo servem de travessia para o mundo das idéias [*sic*], a formação de todos os arquétipos.

Encontramos casos de desvios em relação à norma padrão (Vieira; Faraco, 2020) como: (1) inadequações no emprego de pontuação, como separação, por meio de vírgula, entre sujeito e predicado; ausência de marcação em adjuntos adverbiais deslocados; (2) ausências de crase; (3) casos de colocação pronominal não convencional. Essas ocorrências, entretanto, não serão debatidas, pois não levam à produção de uma discussão profícua em termos enunciativos.

Por outro lado, vislumbramos interessantes agenciamentos de formas, em que a autora não somente busca realizar descrições utilizando uma ordem sintática mais canônica ao português – numa ordem sujeito-verbo-complemento-adjunto [SVCA] (Vieira; Faraco, 2022) –, mas também tece argumentos evidenciando um cuidado, um trabalho sobre a língua, por meio de inversões sintáticas, estratégias de antecipação, e jogos de palavras que colocam termos ora em união, ora em oposição.

- (i) Mas se a memória é sempre fragmentada, ela é também memória **que fragmenta** em dois: o **eu narrativo** e o **eu personagem**. Assim é que *n'A Idade do Serrote*, em “um só tempo”, **dois** “**Murilos**”, um narrador que conta uma história vivida na infância e outro narrador-personagem que encarna-se [*sic*] nos acontecimentos passados e os revive através da memória narrativa.

Como afirmam Knack e Oliveira (2017, p. 722, grifo nosso), na escrita, “recursos de paragrafação, referenciação, sequenciação, modalização, adequação

lexical e gramatical, enfim, a diversificação e o engendramento das formas (sintagmatização) [estão] **a serviço da produção de sentidos** (semantização)”; visão que deve perpassar toda análise que se quer enunciativa: é a semantização que se deve buscar antever sob a forma.

Quanto ao **repertório/léxico**, identificamos algumas inadequações quanto ao que se espera no contexto escrito formal. Há ocorrências de desvio quanto a convenções ortográficas, como o registro de nomes próprios com iniciais minúsculas – “murilo mendes”; ou a oscilação de registro do nome da obra analisada – “*A Idade do Serrote*”, “*A idade do Serrote*”, “*A Idade do serrote*”. O leitor desta tese poderá pensar que se trata apenas de um lapso de registro (pensamento com o qual concordamos), que talvez nem devesse ser sinalizado... Entretanto, neste ponto, cabe uma importante reflexão quanto à construção de sentidos por meio dos recursos ortográficos, principalmente quando se trata do campo da literatura, o que nos desafia, enquanto pesquisadores do campo das Letras, a um cuidado constante com as escolhas que fazemos no ato da escrita.

A oscilação do registro do nome do autor Murilo Mendes ao longo do artigo é um fato a ser considerado, pois, como sabemos, há casos em que o emprego de iniciais minúsculas em nomes próprios é significativo, veicula sentidos, demarca posicionamentos, como no caso da escritora bel hooks:

[...] essa prática surge a partir de uma postura da própria autora, que criou esse nome em homenagem à sua avó e o emprega em letra minúscula como um posicionamento político que busca romper com as convenções linguísticas e acadêmicas, dando enfoque ao seu trabalho e não à sua pessoa (Furquim, 2019, p. 12).

Igual reflexão cabe ao emprego de maiúsculas e minúsculas no título (e também no texto) da obra analisada nesse artigo. Na escrita de José Saramago, por exemplo, tal oscilação é profundamente intencional, como vemos na obra *As intermitências da morte*, na qual o autor diferencia a morte da Morte, como personificação de duas entidades distintas:

Na tarde deste mesmo dia, como já havíamos antecipado, chegou à redacção do jornal uma carta da **morte** exigindo, nos termos mais energéticos, a imediata rectificação do seu nome, senhor diretor, escrevia, **eu não sou a Morte, sou simplesmente morte**, a **Morte** uma cousa que aos senhores nem por sombras lhes pode passar pela cabeça que seja, vossemecês, os seres humanos, só conhecem, tome nota o gramático de que eu também saberia pôr vós, os seres humanos, só conheceis **esta pequena more**

quotidiana que eu sou, esta que até mesmo nos piores desastres é incapaz de impedir que a vida continue, um dia virão a saber o que é **Morte com letra grande** [...] (Saramago, 2017, p. 111-112, grifos nossos).

Ainda quanto à adequação lexical, registramos casos pontuais em que as escolhas da autora aproximam sua escrita da oralidade, como em: “num entrelaçar de planos e montagens que lembram **demais** a linguagem do cinema”.

De modo geral, a autora organiza seu texto de modo fluído, empregando estruturas sintáticas que contribuem para a coesão textual – “num estrelaçar de planos e montagens” – e também demonstrando maturidade ao empregar elementos lexicais que evidenciam capacidade de abstração e simbolização – “É a **impossibilidade de apreensão do real** que leva a [*sic*] sua **fragmentação**” –, uma vez que “O ato de escrever pode consistir [...] em um potentíssimo dispositivo de transformação da relação do sujeito com o saber” (Riolfi, 2011, p. 22).

4.3.3 Síntese

Quadro 11 – Análise do Artigo 3

CATEGORIAS	DESCRITORES
EIXO 1 – INSTÂNCIAS DO DISCURSO	
Categoria 1.1 – Quadro figurativo: interlocução	
Subcategoria 1.1.1 Autorreferência (<i>eu</i>): marcas de autoria	<i>O artigo não apresenta explicitamente estratégias de autorreferência. Predominam sequências descritivas e argumentativas, nas quais são mobilizados verbos em 3ª pessoa ou no plural majestático.</i>
Subcategoria 1.1.2 Alocutário (<i>tu</i>): evidência de diálogo com o leitor	<i>Não identificamos estratégias explícitas de diálogo com o leitor.</i>
Subcategoria 1.1.3 Interlocução com autores (<i>eles</i>) e citações mobilizadas	<i>Há duas citações além das extraídas do livro em análise. Há construtos teóricos da teoria da literatura que são mobilizados, mas sem referência. Não há estratégias de comparação, adição ou oposição entre autores.</i>

Categoria 1.2 – Espaço-tempo escritural	
Subcategoria 1.2.1 Constituição do artigo	<i>O artigo apresenta quatro seções, mais as referências. Estas recebem títulos temáticos, não indicando sua função dentro da estrutura do texto. Parecem ter sido organizadas a partir dos temas que a autora quis focalizar em sua abordagem da obra literária em estudo.</i>
Subcategoria 1.2.2 Temporalidade/ linearidade textual	<i>Não foram empregadas expressões temporais relativas à escrita em si, apenas expressões norteadoras para recapitular citações.</i>
EIXO 2 – CONTEÚDO SEMANTIZADO	
Categoria 2.1 Estratégias de referenciação	<i>O artigo mobiliza estratégias de retomada e antecipação para (re)categorizar elementos de seu objeto de análise.</i>
Categoria 2.2 Elaboração teórica	<i>A autora não chega a nomeadamente citar autores e teorias, apresentando uma argumentação e uma exposição muito semelhantes ao que se encontra no gênero ensaio.</i>
Categoria 2.3 Unidade/progressão temática	<i>O texto poderia ter uma organização melhor detalhada e um acabamento mais apurado. A ausência de uma relação mais explícita entre as seções do artigo torna o manuscrito fragmentado. Seu interlocutor presumido, nos parece, é alguém que já realizou a leitura da obra analisada.</i>
EIXO 3 – AGENCIAMENTO DAS FORMAS	
Categoria 3.1 – Sintagmatização: Estrutura e Organização das Frases	
Subcategoria 3.1.1 Adequação à norma padrão	<i>Foram registradas inadequações quanto a pontuação, colocação pronominal, crase e organização sintática de períodos complexos.</i>
Subcategoria 3.1.2 Liberdade de combinação e veiculação	<i>Os arranjos sintáticos evidenciam criatividade e capacidade de simbolização na abordagem de noções abstratas. Percebe-se um planejamento a fim de que as escolhas linguísticas produzam determinados efeitos de sentido no leitor.</i>
Categoria 3.2 – Repertório/léxico	
Subcategoria 3.2.1 Precisão vocabular/ conceitual	<i>Não foi possível identificar relações teóricas, pois o texto não mobiliza explicitamente um viés teórico ou um quadro de autores com os quais dialogue. Entretanto, o vocabulário é empregado com precisão e acurácia, dentro dos objetivos a que o artigo se propõe (sintetizar uma obra literária).</i>
Subcategoria 3.2.2 Adequação registro/ estilo	<i>O texto apresenta grau de formalidade e adequação à escrita acadêmica (com casos pontuais de proximidade com a oralidade) e apresenta um trabalho cuidadoso com a linguagem, evidenciando capacidade de simbolização ao abordar noções abstratas e construção criativa a fim de causar determinados efeitos de sentido no leitor.</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No capítulo seguinte, apresentamos nossa discussão sobre a aplicação do instrumento avaliativo.

5 DISCUTINDO NOSSOS ACHADOS: A TEORIA DA LINGUAGEM DE BENVENISTE COMO ARCABOUÇO PARA AVALIAÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS

[...] a reflexão sobre a linguagem só produz frutos quando se apoia, primeiro, sobre as línguas reais. O estudo desses organismos empíricos, históricos, que são as línguas permanece o único acesso possível à compreensão dos mecanismos gerais e do funcionamento da linguagem (Benveniste, 1976, p. VIII).

Neste capítulo, nosso objetivo é: fazer uma discussão sobre o instrumento que elaboramos, tendo em vista que também o consideramos enquanto enunciação escrita e dado a ser analisado; bem como refletir sobre a validade dos eixos e categorias esboçados para a análise de textos acadêmicos, a partir de nossos dados “empíricos, históricos”. Como argumentamos em diferentes momentos desta tese, o foco aqui não foi exaurir teoricamente determinado tema ou conceito, mas buscar aplicar as concepções benvenistianas ao contexto da avaliação em escrita acadêmica, recorte que ainda apresenta grandes possibilidades de trabalho.

Recapitulando, então, nossa proposta, estabelecemos três grandes eixos analíticos, pensados a partir de nossa leitura da obra benvenistiana, que teve sempre como fio condutor as seguintes perguntas: “que conceitos da obra de Benveniste podem contribuir para a análise de textos acadêmicos?”; “é possível pensar em um instrumento de avaliação que seja enunciativo?”. Portanto, este capítulo se justifica enquanto “escrita resultante da tentativa de responder a uma pergunta de pesquisa com a qual o escritor esteja implicado” (Riolfi, 2011, p. 11).

Esses eixos foram:

- 1. instâncias do discurso:** quadro figurativo e espaço-tempo do texto;
- 2. conteúdo semantizado:** referenciação, categorização/elaboração teórica e unidade/progressão temática;
- 3. agenciamento das formas:** sintagmatização e repertório/léxico.

Agora, faremos uma síntese comparativa, em que não mais discutiremos cada um dos textos de modo focal, mas sim recapitularemos os achados em cada uma das categorias e subcategorias, a fim de avaliarmos sua pertinência teórica, metodológica e analítica. A organização das seções seguirá a seguinte ordem de abordagem:

explicação da categoria/subcategoria em relação ao referencial teórico e ao mapa conceitual deste estudo; pergunta(s) norteadora(s); quadro-síntese das avaliações dos artigos no quesito em questão; discussão da avaliação e da pertinência do instrumento avaliativo.

5.1 INSTÂNCIAS DO DISCURSO

Para conceber este eixo, conforme já sinalizado nesta tese, dialogamos de modo mais direto com os textos *Semiologia da Língua* (1989 [1969b]) e *O aparelho formal da enunciação* (1989 [1970]), bem como reflexões teóricas como a de Aya Ono (2007). Dividimos o eixo instâncias do discurso em duas categorias: quadro figurativo e espaço-tempo do texto. Começamos pelo quadro figurativo, categoria que se relaciona diretamente com as contribuições de Benveniste acerca dos mecanismos de significação e intersubjetividade que são mobilizados pelos locutores por meio do aparelho formal da enunciação.

1.1 Quadro figurativo

1.1.1 Locutor (autorreferência – autor)

1.1.2 Alocutário (leitor presumido)

1.1.3 Representação de outras enunciações (citações)

Na subcategoria 1.1.1, buscamos olhar para o mecanismo de autorreferência do *eu autor*, partindo da seguinte pergunta investigativa: “O artigo apresenta marcas que evidenciam a reflexão do estudante sobre sua posição como autor?”.

Quadro 12 – Quadro Figurativo: A Questão da Autorreferência

Artigo 1	<i>O artigo apresenta marcas que evidenciam a reflexão do estudante sobre sua posição como autor, embora de modo pontual, com o emprego de 1ª pessoa na seção “considerações finais”.</i>
Artigo 2	<i>O artigo apresenta apenas uma ocorrência de 1ª pessoa do singular, predominando uma linguagem descritiva e explicativa por meio do emprego de plural majestático.</i>
Artigo 3	<i>O artigo não apresenta explicitamente estratégias de autorreferência. Predominam sequências descritivas e argumentativas, nas quais são mobilizados verbos em 3ª pessoa ou no plural majestático.</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em nossos dados, tivemos dois textos em que houve empregos pontuais de 1ª pessoa, casos de 3ª pessoa do singular e sujeito indeterminado, predominando, no entanto, o uso de plural majestático. Apesar de observarmos que, em textos da área de Ciências Humanas, de modo geral, o emprego de 1ª pessoa esteja ganhando maior aderência, é uma característica ainda da enunciação escrita acadêmica privilegiar arranjos linguísticos que não destaquem a figura do autor/acadêmico/pesquisador. Consideramos discutir as estratégias de marcação (ou mascaramento) da autoria ou mesmo a busca pela pretensa neutralidade científica um aspecto muito relevante para análise, avaliação e ensino de escrita acadêmica, elementos para os quais os conceitos e noções da Teoria da Linguagem de Benveniste têm muito a contribuir.

Na subcategoria 1.1.2, referente ao alocutário (o *tu* estruturante de toda enunciação), buscamos investigar em que medida os textos analisados evidenciaram, explícita ou implicitamente, uma consideração ao leitor, a partir do seguinte questionamento: “*Há estratégias de diálogo, argumentativo ou expositivo, conduzindo o leitor à compreensão do exposto?*”.

Quadro 13 – Quadro Figurativo: Consideração ao Leitor

Artigo 1	<i>Há estratégias de diálogo, argumentativo ou expositivo, conduzindo o leitor à compreensão do exposto, evidenciadas pelo emprego de 1ª pessoa do plural e pelo emprego de verbos com sentido de condução, convite ao leitor: “<i>passemos</i>”.</i>
Artigo 2	<i>Há apenas duas ocorrências do verbo “<i>vejamos</i>”, em que há, pelo imperativo empregado, um direcionamento direto ao leitor.</i>
Artigo 3	Não identificamos estratégias explícitas de diálogo com o leitor.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em nossa amostra de textos, tivemos algumas ocorrências de verbo no imperativo ou emprego de 1ª pessoa do plural no qual identificamos um real direcionamento ao leitor. Contudo, foram arranjos pontuais. Assim, consideramos que este é um aspecto muito profícuo a ser trabalhando quando se pensa em enunciação escrita, pois se relaciona diretamente com a qualidade da produção acadêmica enquanto meio de divulgação científica entre pares e entre academia e sociedade de modo geral, cabendo sempre nos perguntarmos enquanto autores: em que medida estratégias de condução ou direcionamento ao alocutário podem enriquecer a compreensão de nossos textos pelo leitor pretendido? Quais construções linguísticas

e que partes podemos dedicar a isso em um gênero de extensão pequena/média, como o artigo?

Seguimos, agora, para a subcategoria 1.1.3, Representação de outras enunciações (citações), que foi norteada pela pergunta: “As citações e menções a autores são comentadas, debatidas, confrontadas e contribuem para o avanço do texto?”.

Quadro 14 – Quadro Figurativo: Outros Enunciadores

Artigo 1	<i>As citações e menções a autores são comentadas e debatidas. Em sua maioria, as citações são introduzidas por verbos de sentido afirmativo: “dizer”, “afirmar”. Em alguns casos, os autores são inter-relacionados. Não há nenhum caso de crítica ou oposição direta a algum autor.</i>
Artigo 2	<i>Há apenas uma citação direta, da concepção teórica da qual parte a linha conceitual seguida pela autora. As citações indiretas são registradas apenas ao final de sentenças afirmativas, sem emprego de verbos dicendi ou expressões valorativas.</i>
Artigo 3	<i>Há apenas duas citações além daquelas que foram extraídas do livro em análise. Há construtos teóricos da teoria da literatura que são mobilizados, mas sem referência. Não há estratégias de comparação, adição ou oposição entre autores.</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Essa categoria foi uma das que se mostrou com resultados mais diferentes entre os artigos. Tivemos o artigo 1, no qual houve uma gama significativa de autores citados entre os quais foram estabelecidas relações de concordância e comparação. Tivemos o artigo 2, no qual não houve muitas citações, mas que apresentou profunda coerência conceitual e terminológica com a teoria na qual se insere. E tivemos o artigo 3, que se configurou, em larga medida, como um ensaio, em que a autora descreve uma obra literária, sem recorrer praticamente a outros discursos. Tal categoria também se mostrou relevante para reflexão sobre a construção da autoria em relação a outras enunciações, a fim de que, no balizamento do espaço dado a diferentes enunciadores, se possa “encontrar uma posição enunciativa passível de ser sustentada” (Riolfi, 2011, p. 11).

Na categoria espaço-tempo escritural, buscamos nos debruçar sobre a constituição do gênero artigo acadêmico, considerando sua macroestrutura, e também sobre aspectos relativos à temporalidade e à linearidade textuais, posto que “o exame do texto sob avaliação deve considerar a articulação entre o todo do texto como *ato* (o plano global) e suas partes como *discurso* (o plano analítico)” (Knack; Oliveira,

2017, p. 718, grifo dos autores). Como já mencionado, consideramos que, na enunciação escrita, enquanto ato e produto, há a constituição de um espaço-tempo, estabelecido por meio do emprego de dêiticos e de verbos, os quais estabelecem uma unidade referencial dentro da qual autores e leitores se situam e movimentam.

1.2 Espaço-tempo escritural

1.2.1 Macroestrutura do gênero (constituição do artigo)

1.2.2 Temporalidade/linearidade textual

Na subcategoria 1.2.1, então, direcionamos nosso olhar à constituição do artigo, a partir de duas perguntas: “As seções típicas que constituem artigos científicos estão presentes no texto (p. ex. título, resumo, introdução, revisão teórica, método, análise/discussão, considerações finais, referências)?”; “O conteúdo e as estratégias textuais empregadas são coerentes com a função de cada uma delas em relação ao artigo como um todo?”.

Quadro 15 – Espaço-Tempo Escritural: Macroestrutura do Gênero

Artigo 1	O artigo apresenta seções canônicas como resumo, introdução, referencial teórico, método, análise, considerações finais e referências , além de recursos gráficos significativos, como o emprego de ilustrações.
Artigo 2	O artigo apresenta seções canônicas como resumo, introdução, referencial teórico, método, análise, considerações finais e referências, construídas com clareza e autonomia (sem repetições intratextuais) , além de recursos gráficos e textuais significativos, como quadros de síntese e notas de rodapé explicativas. Destaca-se a organização interna das seções , as quais apresentam paralelismo que contribui para a compreensão do tema exposto, bem como para operações de comparação e cruzamento de dados durante a leitura.
Artigo 3	O artigo apresenta quatro seções, mais as referências. Estas recebem títulos temáticos, não indicando sua função dentro da estrutura do texto . Parecem ter sido organizadas a partir dos temas que a autora quis focalizar em sua abordagem da obra literária em estudo.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Dos três artigos analisados, somente o último acabou não correspondendo exatamente ao padronizado para um artigo acadêmico, tendo uma divisão de seções temática – a qual, entretanto, não foi apresentada ou justificada para o leitor. Depois, destacamos o artigo 2 por sua organização e seu grau de acabamento, materializando os procedimentos intelectuais que a autora realizou, por meio de operações

linguísticas consistentes ao longo de todo o manuscrito. Refletir sobre um gênero de escrita em suas relações de constituição interna e em sua função social, pois este corresponderá (ou não) a expectativas de seus interlocutores, é, também, mobilizar os níveis semiótico e semântico (Titello, 2019), propostos por Benveniste, pois a enunciação escrita evoca modos de significância intralinguísticos, mas também a mobilização de elementos engendrados em um discurso que se estabeleça enquanto conjunto de referentes.

Para a subcategoria 1.2.2, temporalidade/linearidade textual, elaboramos as seguintes perguntas: “*Foram utilizadas expressões linguísticas que organizam, fazem a transição de um parágrafo ao outro?*”; “*Estabeleceu-se uma sequência/linearidade espacial/temporal que conduz o leitor/interlocutor?*”.

Quadro 16 – Espaço-Tempo Escritural: Temporalidade/Linearidade Textual

Artigo 1	Foram utilizadas expressões linguísticas que organizam, fazem a transição de um parágrafo ao outro, bem como estabelecem uma linearidade temporal, por exemplo: “a seguir”, “supracitadas” etc.
Artigo 2	Foram utilizadas expressões linguísticas que organizam e situam o leitor quanto ao próprio texto – “No presente artigo”, “Neste trabalho” – e remissões às suas ilustrações – “vide Tabela 1”, “Abaixo, apresentamos exemplos”.
Artigo 3	Não foram empregadas expressões temporais relativas à escrita em si, apenas expressões norteadoras para recapitular citações .

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Nesta subcategoria, o artigo 3 não apresentou estratégias de referência ao próprio texto – ao contrário dos demais que mobilizaram expressões canônicas, como “a seguir”, “abaixo” etc. –, o que nos faz pensar que há, aqui, uma lacuna a ser explorada na escrita acadêmica, pois esses momentos de transição são engendrados de forma muito criativa, por vezes, em textos literários, jornalísticos etc. Por fim, consideramos esta categoria muito profícua para se pensar autoria e também questões relativas ao ensino de escrita acadêmica: pensar a construção de um texto enquanto espaço-tempo organizado e claro, no qual nossos leitores se desloquem a fim de acompanhar a reflexão que propomos nos parece uma interessante chave de compreensão da interlocução entre autor e leitor.

5.2 CONTEÚDO SEMANTIZADO

O eixo conteúdo semantizado, como já sinalizamos, é uma tentativa de discretizar em categorias as proposições feitas por Benveniste principalmente em *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1976 [1963b]) e *A linguagem e a experiência humana* (1989 [1965]). Assim, buscamos observar os procedimentos pelos quais os autores constroem sua enunciação escrita enquanto produção de conhecimento – “concebe-se a escrita como possibilidade de acesso ou de construção de dados e de teorias” (Riolfi; Barrotto, 2011, p. 10), a partir de três categorias:

2.1 Estratégias de referenciação

2.2 Elaboração teórica

2.3 Unidade/progressão temática

Na categoria 2.1, estratégias de referenciação, buscamos responder às seguintes perguntas: “*De que modo os conteúdos selecionados para compor a unidade temática do artigo são apresentados e retomados?*”; “*Utilizam-se diferentes expressões para categorizar realidades e fenômenos?*”.

Quadro 17 – Conteúdo Semantizado: Estratégias de Referenciação

Artigo 1	O artigo mobiliza estratégias de retomada de elementos do período ou do parágrafo imediatamente anterior e encapsulamentos mobilizados para fechamento a argumentos.
Artigo 2	No artigo, há trechos em que se retoma sintagmas anteriores por meio de pronomes demonstrativos e relativos , a fim de explicar/ampliar a compreensão acerca de algum conceito ou fenômeno apresentado, categorizando-os. As unidades sintáticas e lexicais são bem engendradas.
Artigo 3	O artigo mobiliza estratégias de retomada e antecipação para (re)categorizar elementos de seu objeto de análise.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Como foi possível avaliar, os artigos 1, 2 e 3 empregaram estratégias de retomada, encapsulamento e antecipação para tecer argumentos e aprofundar a compreensão de conceitos, por meio do emprego de unidades sintáticas e lexicais. A referência, por excelência, representa a singularidade e a irrepetibilidade da enunciação, pois se constrói a cada ato enunciativo e interpela o locutor a manejar os recursos da língua a fim de que, na situação de discurso, um horizonte seja partilhado.

Destacar os mecanismos de referência é fundamental nos estudos sobre escrita acadêmica, pois estes são elementos-chave da construção de uma textualidade.

A categoria elaboração teórica (2.2), por sua vez, buscou tornar visíveis as marcas linguísticas que permitem ao leitor identificar um trabalho de elaboração teórica sobre o que já foi enunciado anteriormente. Para ela, construímos o seguinte questionamento: “*Além de apresentar uma síntese de conceitos, teorias, o texto evidencia reflexão e elaboração sobre as noções teóricas apresentadas?*”.

Quadro 18 – Conteúdo Semantizado: Elaboração Teórica

Artigo 1	O texto evidencia reflexão e elaboração sobre as noções teóricas apresentadas, por meio de estratégias de (re)categorização e avaliação .
Artigo 2	Todo o artigo evidencia domínio dos conceitos mobilizados, coerência com o quadro teórico no qual sua pesquisa se insere e capacidade de aplicação destes aos exemplos apresentados.
Artigo 3	A autora não chega a nomeadamente citar autores e teorias, apresentando uma argumentação e uma exposição muito semelhantes ao que se encontra no gênero ensaio .

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os artigos analisados apresentaram trechos em que é possível identificar um esforço de reflexão e elaboração das noções teóricas, utilizando-se, principalmente, de estratégias de (re)categorização, avaliação e aplicação. Destacamos, no entanto, que a autora do terceiro artigo evitou mencionar explicitamente autores e teorias. Essa categoria, em nossa compreensão, ocupa um lugar central quando se pensa tanto na categorização do gênero artigo acadêmico como na autoria, pois permite que o autor se posicione de modo crítico e criativo diante de outros discursos, algo fundamental à qualidade de um escrito científico.

Para encerrar este eixo, temos a categoria unidade/progressão temática, que visa avaliar as escolhas quanto à organização dos tópicos mobilizados para dar conta da temática eleita pelo enunciador. Assim, a categoria 2.3 se estrutura a partir da interrogação: “*As decisões tomadas, a fim de estruturar o texto, demonstram uma preocupação com a clareza e evidenciam que há um fio condutor do pensamento exposto?*”.

Quadro 19 – Conteúdo Semantizado: Unidade/Progressão Temática

Artigo 1	Há clareza e um fio condutor do pensamento exposto <i>construídos por meio de movimento de retomada entre parágrafos e entre seções.</i>
Artigo 2	O texto evidencia estratégias de organização e antecipação: recursos gráficos e organizacionais (tabelas, notas de rodapé) e estruturas linguísticas explicativas e elucidativas.
Artigo 3	O texto poderia ter uma organização mais detalhada e um acabamento mais apurado. A ausência de uma relação mais explícita entre as seções do artigo torna o manuscrito fragmentado. Seu interlocutor presumido, nos parece, é alguém que já realizou a leitura da obra analisada.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Esta também é uma das categorias em que os textos analisados apresentaram especificidades, que atribuímos, em parte, às diferentes áreas a que pertencem: literatura e linguística, uma vez que mobilizamos nossos valores culturais que se revelam no simbólico da língua, isto é, cada enunciação é um mobilizar, no aqui-agora, “formas de lidar com a língua e o pensamento em diferentes historicidades” (Silva, 2018, p. 298). Assim, considera-se que esta categoria tem uma dupla funcionalidade: pensar a coerência interna de um texto e também tornar visível o que caracteriza as diferentes áreas de conhecimento, pois acreditamos que os diferentes campos de saber também suscitam estilos e tocam a singularidade de cada autor.

5.3 AGENCIAMENTO DAS FORMAS

Nosso último eixo, agenciamento das formas, visou uma interlocução mais direta com os textos *A forma e o sentido na linguagem* (1976 [1966-1967]) e *O aparelho formal da enunciação* (1989 [1970]), subdividindo-se da seguinte maneira:

3.1 Sintagmatização

3.1.1 Restrições estruturais (gramática da língua)

3.1.2 Liberdade/singularidade de combinação e veiculação

3.2 Repertório/léxico

3.2.1 Precisão vocabular/conceitual

3.2.2 Adequação registro/estilo

Na categoria relativa à sintagmatização, temos a subcategoria 3.1.1, que denominamos “adequação à norma padrão” e foi estruturada a partir da seguinte

indagação inicial: “*Há inadequações de registro ou problemas de concordância, regência, estruturação das frases e dos parágrafos, pontuação?*”.

Quadro 20 – Sintagmatização: Adequação à Norma Padrão

Artigo 1	<i>Foram registradas inadequações quanto a pontuação, concordância verbal e organização sintática de períodos complexos.</i>
Artigo 2	<i>Foram registradas inadequações pontuais quanto a pontuação, crase e organização sintática. De modo geral, a tessitura textual é muito bem construída e organizada.</i>
Artigo 3	<i>Foram registradas inadequações quanto a pontuação, colocação pronominal, crase e organização sintática de períodos complexos.</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os três textos analisados apresentaram inadequações em questões relativamente semelhantes: concordância verbal, colocação pronominal, emprego de crase, organização sintática e pontuação. Embora na obra benvenistiana não haja nenhuma discussão detalhada sobre aspectos normativos ou sobre convenções de escrita, inserimos esta subcategoria em nosso instrumento avaliativo, pois consideramos imprescindível pensar as restrições atinentes a um gênero quando se visa ao seu estudo. Como a ideia era propor um instrumento que pudesse ser replicado, aprimorado e cujas conclusões de análise possam ser generalizáveis, consideramos importante realizar esse acréscimo, ainda que o compreendendo como um diálogo mais próximo a autores que discutem questões linguísticas e gramaticais sobre o português brasileiro, como Vieira e Faraco (2019a, 2019b, 2020, 2021, 2022).

Na subcategoria 3.1.2, liberdade de combinação e veiculação, visamos ao oposto: olhar para arranjos sintático-semânticos e estratégias textuais-discursivas que singularizassem a escrita de cada autor, buscando descrever esses manejos singulares em resposta à seguinte questão: “*Há operações de textualização que evidenciam a construção de arranjos sintático-semânticos singulares?*”.

Quadro 21 – Sintagmatização: Liberdade de Combinação e Veiculação

Artigo 1	<i>Destacamos o emprego de 1ª pessoa do singular em alguns períodos.</i>
Artigo 2	<i>Apresenta notável qualidade expositiva, evidenciada pela mobilização precisa de termos do viés teórico que escolheu.</i>
Artigo 3	<i>Os arranjos sintáticos evidenciam criatividade e capacidade de simbolização na abordagem de noções abstratas. Percebe-se um planejamento a fim de que as escolhas linguísticas produzam determinados efeitos de sentido no leitor.</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em diferentes níveis e a partir de diferentes características, os autores dos artigos avaliados registraram, em alguma medida, criatividade e capacidade de simbolização, por meio de arranjos sintáticos pertinentes ao tipo de registro que se espera de um artigo acadêmico. Esta é uma categoria que, a nosso ver, pode ser aprimorada: tanto por que ainda cabe um estudo mais aprofundado sobre os procedimentos acessórios e processos de sintagmatização a partir da obra de Benveniste, quanto porque, com mais tempo e um número mais amplo de aplicações, acreditamos que seja possível apresentar um maior detalhamento e uma maior diversificação de mecanismos sintático-semânticos que deem conta da singularidade, da autoria, olhando-os a partir das construções sintáticas elaboradas. Também cabe mencionar que gostaríamos de ter explorado mais reflexões sobre o tempo e o verbo. Contudo, dada a complexidade de tal tarefa, que por si só demandaria outra tese, registramos essa abordagem como algo que pode ser explorado em pesquisas subsequentes.

Na categoria relativa ao repertório lexical mobilizado, primeiramente, avaliamos a precisão vocabular/conceitual, a partir da pergunta: “O *vocabulário escolhido relaciona-se com a temática organizadora do texto e é coerente com o quadro teórico escolhido? Há algum caso de ambiguidade?*”.

Quadro 22 – Léxico: Precisão Vocabular/Conceitual

Artigo 1	<i>O vocabulário escolhido relaciona-se com a temática organizadora do texto e é coerente com o quadro teórico escolhido. Não foram registradas inadequações.</i>
Artigo 2	<i>O vocabulário escolhido relaciona-se com a temática organizadora do texto e é coerente com o quadro teórico escolhido. Não foram registradas inadequações.</i>
Artigo 3	<i>Não foi possível identificar relações teóricas, pois o texto não mobiliza explicitamente um viés teórico ou um quadro de autores com os quais dialogue. Entretanto, o vocabulário é empregado com precisão e acurácia, dentro dos objetivos a que o artigo se propõe (sintetizar uma obra literária).</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Como podemos observar pela análise do quadro-síntese, os três artigos analisados não apresentaram, conforme nossa leitura, problemas de precisão vocabular. Ainda assim, consideramos extremamente relevante avaliar essa questão em textos acadêmicos, pois o léxico mobilizado “ganha contornos bens distintos pela carga conceitual que veiculam” (Luz-Freitas, 2019, p. 165). Igualmente, ao

assumirmos a posição de autores, precisamos sempre nos questionar, pois cada palavra colhida do repertório da língua tem seu valor na relação que estabelece com outras, nunca é neutra. Assim, em se tratando de escrita científica, cumpre sempre refletir: “Que campos semânticos esse vocabulário vai suscitar?” (Luz-Freitas, 2019, p. 171).

A última categoria analítica de nosso estudo, subcategoria 3.2.2 “adequação registro/estilo”, visa investigar: “O texto apresenta grau de formalidade e adequação à linguagem acadêmica? Mobiliza jargões ou linguagem coerente com a área técnica, acadêmica e teórica na qual se inscreve? Evidencia escolhas lexicais singulares?”.

Quadro 23 – Léxico: Registro e Estilo

Artigo 1	O texto apresenta grau de formalidade e adequação à linguagem acadêmica e evidencia escolhas lexicais singulares , tais como: o emprego de recursos gráficos significativos (parênteses, <i>itálico</i>), o uso de adjetivos valorativos e verbos modalizadores etc.
Artigo 2	O texto apresenta formalidade e estilo adequados ao que se espera de textos da esfera acadêmica.
Artigo 3	O texto apresenta grau de formalidade e adequação à escrita acadêmica (com casos pontuais de proximidade com a oralidade) e apresenta um trabalho cuidadoso com a linguagem, evidenciando capacidade de simbolização ao abordar noções abstratas e construção criativa a fim de causar determinados efeitos de sentido no leitor.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os textos 1, 2 e 3, de modo geral, demonstram grau de formalidade e adequação à linguagem acadêmica. O primeiro destaca-se por escolhas lexicais singulares, como o uso de recursos gráficos, adjetivos valorativos e verbos modalizadores. Já o terceiro revelou breve proximidade com a oralidade; mas, em contrapartida, evidenciou um trabalho cuidadoso com a linguagem ao abordar noções abstratas e (re)categorizar fenômenos. Consideramos esta subcategoria muito produtiva, pois é uma das que melhor permitem vislumbrar a “inclusão da singularidade de quem escreve” (Riolfi, 2011, p. 11).

6 PALAVRAS FINAIS: A PESQUISA ENQUANTO ATO E PRODUTO QUE SE ABRE A NOVAS ENUNCIÇÕES

O saber de Benveniste responde com clareza e força às questões de fato que todos aqueles que têm algum interesse pela linguagem podem propor-se
(Barthes, 1988, p. 181).

Esta pesquisa de doutoramento, como já registramos, teve por objetivo visibilizar as contribuições da linguística benvenistiana para a análise e a avaliação de textos, por meio da elaboração e aplicação de um dispositivo analítico para avaliação de artigos acadêmicos, cujas categorias e descritores se ancorassem na Teoria da Linguagem de Émile Benveniste (1976, 1989, 2014).

Para tanto, em nosso referencial teórico, mobilizamos conceitos que abarcaram a linguagem e a língua, a caracterização da enunciação (instâncias do discurso, quadro figurativo), o aparelho formal da enunciação (índices específicos e procedimentos acessórios), questões relativas ao tempo e verbo. Depois, perpassamos os níveis de análise linguística (signo, palavra, frase, discurso), chegamos às dimensões do semiótico e do semântico; para, por fim, nos direcionamos ao nosso contexto de análise, focalizando as formulações e noções relacionadas às particularidades da enunciação escrita (Flores, 2018a).

Nos guiaram nessa incursão as seguintes questões norteadoras: “Quais conceitos da obra de Benveniste podem contribuir para a análise de textos acadêmicos? Em que medida determinadas noções apresentadas pelo autor são explanatória e metodologicamente aplicáveis à descrição e à avaliação de gêneros acadêmicos? É possível pensar em um instrumento de avaliação de textos que seja enunciativo?”. Assim, esta pesquisa se constituiu sob uma perspectiva teórica e aplicada.

Da síntese do quadro teórico escolhido, construímos nosso instrumento de análise, que dividimos, em um primeiro momento, em três eixos, os quais se desdobraram em categorias, subcategorias e questões que instrumentalizaram nossa leitura em relação aos textos amostrais: (1) instâncias do discurso: (1.1) quadro figurativo e (1.2) espaço-tempo do texto; (2) conteúdo semantizado: (2.1) referência, (2.2) elaboração teórica e (2.3) unidade/progressão temática; (3) agenciamento das formas: (3.1) sintagmatização e (3.2) repertório/léxico. O

instrumento proposto foi aplicado em um *corpus* de três artigos publicados na *Revista Gatilho* (UFJF) por estudantes de Letras, conforme critérios apresentados em nosso capítulo dedicado ao método.

Considerando tanto os artigos citados quanto o próprio instrumento avaliativo como dados linguísticos a serem analisados, organizamos nossos resultados e discussão da seguinte forma: primeiramente, expomos nossa aplicação do instrumento, que consistiu na análise qualitativa dos textos selecionados, discutindo-os a partir de cada uma das categorias e eixos, e no preenchimento do instrumento como forma de resposta às questões avaliativas. Posteriormente, realizamos uma discussão sobre a análise empreendida, a fim de refletir sobre a validade dos eixos e categorias esboçados para a análise de textos acadêmicos.

Assim, este estudo de doutorado **sustenta a tese** de que, embora Émile Benveniste não tenha se dedicado diretamente ao estudo da escrita, seu posicionamento epistemológico e suas contribuições para a compreensão da linguagem e de como nela o homem se constitui como sujeito possibilitam **a formulação de categorias analíticas para a avaliação de textos acadêmicos, contribuindo para a compreensão e o aperfeiçoamento da escrita de artigos científicos enquanto espaços-tempos escriturais nos quais os autores imprimem marcas de autoria.**

Ainda, deste percurso de pesquisa, restam algumas conclusões quanto aos desafios enfrentados e proposições para estudos subsequentes:

1. Ao realizamos nossa avaliação, partindo-se da ideia de que o instrumento elaborado seja replicado, aprimorado e cujas conclusões de análise possam ser generalizáveis, fica a percepção da complexidade que é desenvolver modelos de avaliação, pois, por vezes, as categorias ou os fenômenos linguísticos parecem se sobrepor, acabam por ser discutidos em mais de uma categoria. Isso nos levou a questionar os limites da descrição e da discretização de determinados aspectos textuais em categorias analíticas, posto que não é possível isolar um fenômeno dentro das relações e valores que constituem um sistema linguístico.
2. Igualmente, temos ciência de que, embora tenhamos proposto uma análise holística, de textos inteiros, “sempre resta um ponto impossível em qualquer tentativa de formalização” (Riolfi, 2011, p. 14); logo, outras categorias e

eixos podem ser elaborados com a mesma finalidade à que nos propomos, a fim de dar conta de aspectos que tenham escapado ao escopo que delimitamos.

3. Gostaríamos de ter explorado mais as reflexões de Benveniste sobre o tempo e o verbo, o que aponta para um horizonte de aperfeiçoamento das categorias que esboçamos e de ampliação dos aspectos linguísticos a serem abordados.
4. Restou-nos a intenção de aplicar, para publicações futuras, o instrumento analítico em textos escritos por estudantes de outras áreas do conhecimento, a fim de vislumbrar como as instâncias do discurso, o conteúdo semantizado e o agenciamento das formas constituem a enunciação escrita acadêmica desses campos de saber.

Conforme afirmado ao longo destes escritos, como um acontecimento que sempre “remete a formulações anteriores e abre um futuro de sentidos” (Auroux, 2018, p. 13), como as águas de um oceano que sempre propõem ao expectador uma nova paisagem, como enunciação única que jamais se repete sob as mesmas circunstâncias, o horizonte teórico proposto por Benveniste nunca se esgota.

Que este arriscar-me à escrita de uma tese de doutorado possa contribuir para que outros interessados pela linguística, pela enunciação e pelo trabalho com o texto, de modo geral, possam, em interlocução com este espaço-tempo escritural, estabelecer novas interlocuções e produzir suas marcas de autoria.

REFERÊNCIAS

- AGUSTINI, Cármen Hernandes. Émile Benveniste: o duplo funcionamento da língua no discurso. *In*: AGUSTINI, Cármen Hernandes; RODRIGUES, Eduardo (org.). **Uma vida pela linguagem**: homenagem a Émile Benveniste. Campinas: Pontes, 2018. p. 69-94.
- AGUSTINI, Cármen Hernandes; ALFERES, Sirlene Cíntia; LEITE, João de Deus. Rasura: da subjetividade na textualização de textos acadêmicos. **ReVEL**, Porto Alegre, v. 9, n. 16, p. 331-355, 2011.
- ALDERSON, J. Charles; WALL, Dianne. Does Washback Exist? **Applied Linguistics**, v. 14, p. 115-129, 1993.
- ALDROVANDI, Makeli. **O leitor-sujeito**: uma proposta teórico-metodológica de leitura pelo viés da Teoria Enunciativa de Benveniste. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- ARAÚJO, Érica Daniela de. **A Linguística Geral de Émile Benveniste como um acontecimento no espaço político-simbólico da Linguística**: língua, cultura, personalidade. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.
- ARESI, Fábio. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. **ReVEL**, Porto Alegre, v. 9, n. 16, p. 262-275, 2011.
- ARESI, Fábio. Pronomes e “formas vazias” no desenvolvimento da Teoria Enunciativa de Émile Benveniste. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 56, p. 38-56, set. 2018.
- AUROUX, Elvira Narvaja de. Apresentação. *In*: AGUSTINI, Cármen Hernandes; RODRIGUES, Eduardo (org.). **Uma vida pela linguagem**: homenagem a Émile Benveniste. Campinas: Pontes, 2018, p. 11-22.
- BAIÃO, Luciana Gomes de Mello. A questão da memória n’A idade do Serrote. **Revista Gatilho**, Juiz de Fora, v. 4, p. 1-5, 2023.
- BAILEY, Kahtleen. **Washback in Language Testing**. Princeton: Educational Testing Service (ETS) Monograph Series, 1999.
- BARBOZA, Gabriela. A propósito da noção de espaço na Teoria da Enunciação de Émile Benveniste. **ReVEL**, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 115-151, 2020a.
- BARBOZA, Gabriela. “Até o fim de sua vida”: designação e significação em Benveniste. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 56, p. 19-42, jul./dez. 2020b.

BARBOZA, Gabriela. Em busca do espaço perdido: a noção de espaço na teoria da enunciação de Benveniste. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 42, p.159-170, jun. 2011.

BARBOZA, Gabriela. **Em busca do espaço perdido?** Um estudo do estatuto da noção de espaço em Émile Benveniste. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BASÍLIO, Raquel; PEREIRA, Regina Celi Mendes; MENEZES, Renata de Lourdes Costa de. A escrita acadêmica e o fazer científico: análise do gênero artigo científico. *In: JORNADA NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO NORDESTE*, 25., 2014. **Anais [...]** Natal: EDUFRN, 2014.

BATISTA, Everton Gehlen; SILVA, Silvana. Biofilia: o texto de divulgação científica e as estratégias enunciativas de tradução. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 7593-7607, jan./mar. 2022.

BATISTA, Bruno Nunes. A contraversão de escrever: percursos de autoria. *In: NETTO, Daniela Fávero et al. (org.). Ensinar a escrever na universidade: perspectivas e desafios*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. p. 145-163.

BENVENISTE, Émile. A classificação das línguas [1952-1953]. *In: BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 105-126.

BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem [1966-1967]. *In: BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 220-244.

BENVENISTE, Émile. A frase nominal [1950]. *In: BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 163-182.

BENVENISTE, Émile. A linguagem e a experiência humana [1965]. *In: BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 68-80.

BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes [1956a]. *In: BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 277-283.

BENVENISTE, Émile. As relações de tempo no verbo francês [1959]. *In: BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 260-276.

BENVENISTE, Émile. Categorias do pensamento e categorias da língua [1958a]. *In: BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 68-80.

BENVENISTE, Émile. Comunicação animal e linguagem humana [1952]. *In:* BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 60-67.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem [1958b]. *In:* BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 284-293.

BENVENISTE, Émile. Estrutura da língua e estrutura da sociedade [1968a]. *In:* BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989. p. 93-104.

BENVENISTE, Émile. Estrutura das relações de pessoa no verbo [1946]. *In:* BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 247-259.

BENVENISTE, Émile. Estruturalismo e Linguística [1968b]. *In:* BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989. p. 11-28.

BENVENISTE, Émile. Gênese do termo “Scientifique” [1969a]. *In:* BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989. p. 252-258.

BENVENISTE, Émile. Natureza do signo linguístico [1939]. *In:* BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 53-59.

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação [1970]. *In:* BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989. p. 81-92.

BENVENISTE, Émile. Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana [1956b]. *In:* BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 34-53.

BENVENISTE, Émile. Os níveis de análise linguística [1964]. *In:* BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 127-140.

BENVENISTE, Émile. Prefácio. *In:* BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. VIII-IX.

BENVENISTE, Émile. Problemas semânticos de reconstrução [1954a]. *In:* BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 319-339.

BENVENISTE, Émile. Saussure após meio século [1963a]. *In:* BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 34-53.

BENVENISTE, Émile. Semiologia da língua [1969b]. *In:* BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989. p. 43-67.

BENVENISTE, Émile. Tendências recentes em linguística geral [1954b] . *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 3-18.

BENVENISTE, Émile. **Últimas aulas do Collège de France (1968 a 1969)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

BENVENISTE, Émile. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística [1963b]. *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 19-33.

CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina; DUARTE, Milcinele da Conceição. **Artigo de opinião**: sequência didática funcionalista. São Paulo: Parábola, 2018.

CHITTOLINA, Raphaela Machado Monteiro. Laços da pontuação: escritor e leitor em um mesmo sinal. **ReVEL**, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 295-311, 2020.

CONTE, Maria Elisabeth. Encapsulamento Anafórico. *In*: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi (org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190.

COQUET, Jean-Claude. Émile Benveniste e o conceito de indução: as relações de interpretância e de integração. *In*: AGUSTINI, Cármen Hernandes; RODRIGUES, Eduardo (org.). **Uma vida pela linguagem**: homenagem a Émile Benveniste. Campinas: Pontes, 2018. p. 57-68.

COSTA SILVA, Carmen Luci da. **A instauração da criança na linguagem**: princípios para uma Teoria Enunciativa em Aquisição da Linguagem. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

COSTA SILVA, Carmen Luci da. Como a linguística da enunciação pode contribuir com o ensino-aprendizagem da língua materna? **ReVEL**, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 1-22, 2020.

COSTA SILVA, Carmen Luci da; ENDRUWEIT, Magali Lopes. O oral e o escrito sob o viés enunciativo: reflexões metodológicas. **ReVEL**, Porto Alegre, v. 9, n. 16, p. 236-261, 2011.

DESSONS, Gérard. **Émile Benveniste, l'invention du discours**. Paris: Éditions In Press, 2006.

DIEDRICH, Marlene Sandra. O homem na linguagem: o entrelaçamento língua e cultura na aquisição da linguagem numa perspectiva enunciativa aquisicional. **Acta Scientiarum**: Language and Culture, [s.l.], v. 39, n. 4, p. 381-386, 2017.

DUFOUR, Dany Robert. **Os mistérios da trindade**. São Paulo: Companhia de Freud, 2000.

ENDRUWEIT, Magali Lopes; FAVERO NETTO, Daniela. O não saber que faz a escrita. **ReVEL**, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 312-322, 2020.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e Diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.

FARIAS, Bruna Sommer; NUNES, Paula Ávila. O tempo do homem é o tempo da língua, o tempo da língua é o tempo do homem: reflexões sobre a noção de temporalidade em Saussure e em Benveniste. **Nonada**: Letras em Revista, [s.l.], v. 1, n. 20, p. 153-176, 2013.

FENOGLIO, Irène. **Emile Benveniste**: a gênese de um pensamento. FLORES, Valdir Nascimento; GALINDEZ, Verónica; ROSÁRIO, Heloisa Monteiro (org.). Brasília: Ed. UNB, 2019.

FERNANDES, Ivani Cristina Silva. Enunciação, escrita e persuasão: um estudo de caso das publicidades marcadas pela “pessoalização”. **ReVEL**, Porto Alegre, v. 9, n. 16, p. 135-151, 2011.

FERRAREZI JÚNIOR, Celso. **Guia do trabalho científico**: do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Contexto, 2020.

FERREIRA JÚNIOR, José Temístocles; FLORES, Valdir do Nascimento; CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra. A Teoria de Benveniste sobre a personalidade e seus desdobramentos na enunciação infantil. **Delta**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 527-558, 2015.

FIGUEIREDO, Camila Pilotto; NEUMANN, Daiane. Saussure-Benveniste: uma reflexão de método a partir dos princípios semiológicos. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 17, e1705, p. 1-21, 2023.

FLORES, Valdir do Nascimento. A enunciação escrita em Benveniste: notas para uma precisão conceitual. **Delta**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 395-417, 2018a.

FLORES, Valdir do Nascimento. A voz como objeto de uma antropologia da enunciação. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, n. 19, p. 35-53, ago./dez. 2018b.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à Teoria Enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013a.

FLORES, Valdir do Nascimento. Notas para uma leitura do antropológico no *Curso de Linguística Geral*. In: FARACO, Carlos Alberto (org.). **O efeito Saussure**: Cem anos do Curso de Linguística Geral. São Paulo: Parábola, 2016. p. 73-89.

FLORES, Valdir do Nascimento. O lugar metodológico da análise da enunciação em relação aos níveis da análise linguística. In: BATTISTI, Elisa; COLLISCHONN, Gisela (org.). **Língua e linguagem**: perspectivas de investigação. Porto Alegre: Palotti, 2010. p. 45-57.

FLORES, Valdir do Nascimento. O falante como etnógrafo da própria língua: uma antropologia da enunciação. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 50, n. esp., p. 90-95, dez. 2015.

FLORES, Valdir do Nascimento. Prefácio. *In*: SILVA, Silvana. **O Ensino da Escrita na Universidade**: um estudo sob as perspectivas Linguística e Antropológica da Enunciação. Porto Alegre: Fi, 2019a. p. 11-13.

FLORES, Valdir do Nascimento. Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 36, n. 4, p. 7-67, dez. 2001.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Problemas gerais de linguística**. Petrópolis: Vozes, 2019b.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Saussure e Benveniste no Brasil**: quatro aulas na École Normale Supérieure. São Paulo: Parábola, 2019c.

FLORES, Valdir do Nascimento. Sujeito da enunciação: singularidade que advém da sintaxe da enunciação. **Delta**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 95-120, 2013b.

FLORES, Valdir do Nascimento *et al.* **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2022.

FLORES, Valdir do Nascimento *et al.* **Enunciação e gramática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

FLORES, Valdir do Nascimento; ENDRUWEIT, Magali Lopes. A noção de discurso na teoria enunciativa de Émile Benveniste. **Revista Moara**, Belém, n. 38, p. 196-208, jul./dez. 2012.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2017.

FUCHS, Catherine. As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica. **Alfa**, São Paulo, p. 111-129, 1985.

FURQUIM, Carlos Henrique de Brito. A Pesquisa Identitária e o Sujeito que Pesquisa. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 5, n. 1, p. 11-23, 2019.

GUIMARÃES, Eduardo. O interesse de Benveniste. *In*: AGUSTINI, Cármen Hernandes; RODRIGUES, Eduardo (org.). **Uma vida pela linguagem**: homenagem a Émile Benveniste. Campinas: Pontes, 2018. p. 23-56.

GUSTAVII, Björn. **Como escrever e ilustrar um artigo científico**. São Paulo: Parábola, 2017.

KNACK, Carolina. **Texto e Enunciação**: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

KNACK, Carolina; OLIVEIRA, Giovane Fernandes. Avaliação de textos acadêmicos escritos: uma perspectiva enunciativa. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, Passo Fundo, v. 13, n. 3, p. 706-732, set./dez. 2017.

KRISTEVA, Julia. Prefácio: Émile Benveniste, um linguista que não diz nem oculta, mas significa. *In*: BENVENISTE, Émile. **Últimas aulas do Collège de France (1968 a 1969)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014. p. 29-66.

LICHTENBERG, Sônia. **Sintaxe da enunciação**: noção mediadora para reconhecimento de uma linguística da enunciação. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

LUZ-FREITAS, Márcia de Souza Luz. Gêneros acadêmicos e léxico especializado: algumas considerações no âmbito da terminologia textual. *In*: NETTO, Daniela Fávero *et al.* (org.). **Ensinar a escrever na universidade**: perspectivas e desafios. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. p. 165-183.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. **Planejar gêneros acadêmicos**: escrita científica, texto acadêmico, diário de pesquisa, metodologia. São Paulo: Parábola, 2005.

NEUMANN, Daiane. A presença de Saussure e Benveniste em Henri Meschonnic. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE LINGUAGENS E ENSINO, 7., 2013, Pelotas. **Anais** [...]. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, 2013. Disponível em: https://ucpel.edu.br/senale/cd_senale/2013/Textos/trabalhos/89.pdf. Acesso em: 4 jan. 2023.

NEUMANN, Daiane. O Uivo de Ginsberg: a linguagem em julgamento. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 58-73, jan./mar. 2022.

NORMAND, Claudine. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2009a.

NORMAND, Claudine. Leituras de Émile Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 12-19, 2009b.

NORMAND, Claudine. Os termos da enunciação em Benveniste. *In*: OLIVEIRA, Sergio Lopes; PARLATO, Erika Maria; RABELLO, Silvana. **O falar da linguagem**. São Paulo: Lovise, 1996. p. 127-152.

NUNES, Paula Ávila; FLORES, Valdir do Nascimento. A especificidade da enunciação escrita em textos acadêmicos. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 8, p. 235-252, 2012.

OLIVEIRA, Adilson Ribeiro de. Pessoaalidade e impessoalidade na escrita acadêmica. *In*: NETTO, Daniela Fávero *et al.* (org.). **Ensinar a escrever na universidade**: perspectivas e desafios. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. p. 117-134.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. **O problema da referência em Émile Benveniste**. Curitiba: Appris, 2022. *E-book Kindle*.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes; ARESI, Fábio (org.). **O universo benenistiano: enunciação, sociedade, semiologia**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. O olhar enunciativo de Benveniste sobre o léxico. **Organon**, Porto Alegre, v. 30, n. 59, p. 185-198, jul./dez. 2015.

ONO, Aya. **La notion d'Énonciation chez Benveniste**. Paris: Limoges, 2007.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

RIOLFI, Claudia Rosa; BARROTO, Valdir Heitor. Apresentação. *In*: RIOLFI, Claudia Rosa; BARROTO, Valdir Heitor (org.). **O inferno da escrita: produção escrita e psicanálise**. Campinas: Mercado das Letras, 2011. p. 7-10.

RIOLFI, Claudia Rosa. Lições da coragem: o inferno da escrita. *In*: RIOLFI, Claudia Rosa; BARROTO, Valdir Heitor (org.). **O inferno da escrita: produção escrita e psicanálise**. Campinas: Mercado das Letras, 2011. p. 11-32.

ROCHA, Luciana Catarina Pires da; TEIXEIRA, Marlene. Verbos introdutórios de discurso citado sob a perspectiva enunciativa. *In*: DIAS, Luiz Francisco; LACERDA, Priscila Brasil Gonçalves; DALMASCHIO, Luciani (org.). **Enunciação e materialidade linguística**. Belo Horizonte: FALE UFMG, 2015. p. 59-69.

RODRIGUES, Eduardo Alves; AGUSTINI, Cármen Lúcia Hernandes; ARAÚJO, Érica Daniela de. A teorização de Émile Benveniste sobre escrita: (d)o ponto de vista da vida social. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 56, p. 79-103, jul./dez. 2020.

ROSÁRIO, Heloisa Monteiro; FLORES, Valdir do Nascimento. A Enunciação da Semiologia da Língua de Benveniste. **ReVEL**, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 85-104, 2020.

SANTOS, Caio César Costa. O problema da translocação espaço-temporal mencionado em Émile Benveniste no auge do estatuto da enunciação. **RevLet: Revista Virtual de Letras**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 38-52, 2019.

SANTOS, Maxwell Souza dos. Letramentos (des)legitimados e práticas de reexistência no ENEM: uma análise dialógica de questões com textos literários. **Revista Gatilho**, Juiz de Fora, v. 24, p. 81-111, 2023.

SARAMAGO, José. **As intermitências da morte**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, Silvana. A sintaxe da língua em Benveniste: questões metodológicas. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 173-184, dez. 2004.

SILVA, Silvana. Estabelecendo parâmetros enunciativos para a avaliação de relatórios de estágio supervisionado em língua portuguesa. **Raído**, [s.l.], v. 8, n. 15, p. 175-190, jan./jun. 2014.

SILVA, Silvana. Língua, indivíduo e sociedade em perspectiva enunciativa: problemática e horizontes epistemológicos. **Revista de Letras Juçara**, Caxias, v. 2, n. 2, p. 291-309, dez. 2018.

SILVA, Silvana. **O Ensino da Escrita na Universidade**: um estudo sob as perspectivas Linguística e Antropológica da Enunciação. Porto Alegre: Fi, 2019a.

SILVA, Silvana. Proposição, frase, período: uma questão epistemológica ou hermenêutica? **Revista do GEL**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 129-144, 2019b.

SILVA, Silvana. Sintaxe, enunciação, sintagmatização: uma proposta de representação. **Analecta**, Guarapuava, v. 9, n. 1, p. 161-178, jan./jun. 2008.

SILVA, Silvana; BOABAI, Márcia Elisa Vanzin. Reescrita: um sempre-presente e uma atividade metalinguística para o letramento acadêmico. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 16, p. 221-237, 2021.

SILVA, Silvana; FLORES, Valdir do Nascimento. A reescrita no contratempo: tempo de reconhecer a instrução, tempo de compreender a ação, tempo de apropriar-se da interlocução. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 15, n. 2, p. 457-486, jul./dez. 2012.

SILVA, Silvana; MALCORRA, Bárbara. Sociedade, sociedades: epistemologia para estabelecer princípios de uma teoria social da enunciação. **Contextos Linguísticos**, Vitória, v. 10, n. 17, p. 23-253, 2016.

SOBRAL, Paula Oliveira. Escrita: um sistema linguístico. **ReVEL**, Porto Alegre, ed. esp., n. 2, 2008.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de reexistência**: culturas e identidades no movimento hip hop. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SOUZA, Michele Monteiro de. Análise lexicográfica na FrameNet Brasil. **Revista Gatilho**, Juiz de Fora, v. 11, p. 1-10, 2010.

STEIN, Jorama de Quadros. **“Eu não sou essa escrita aí e, ao mesmo tempo, essa escrita é minha!”**: por uma problematização enunciativa benvenistiana para o ensino de escrita. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

TEIXEIRA, Marlene. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Passo Fundo**, Passo Fundo, v. 8, n. 1, p. 71-83, jan./jun. 2012.

TEIXEIRA, Marlene; FLORES, Valdir do Nascimento. Linguística da Enunciação: uma entrevista com Marlene Teixeira e Valdir Flores. **ReVEL**, Porto Alegre, v. 9, n. 16, p. 406-425, 2011.

TEIXEIRA, Marlene; MESSA, Rosângela Markmann. Émile Benveniste: uma semântica do homem que fala. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 97-116, jun./dez. 2015.

TITELLO, Diego Vilanova. **A escrita como fenômeno semiológico em Émile Benveniste**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Escrever na universidade 1: fundamentos**. São Paulo: Parábola, 2019a.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Escrever na universidade 2: texto e discurso**. São Paulo: Parábola, 2019b.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Escrever na universidade 3: gramática do período e da coordenação**. São Paulo: Parábola, 2020.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Escrever na universidade 4: gramática da subordinação**. São Paulo: Parábola, 2021.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Escrever na universidade 5: gramática da norma de referência**. São Paulo: Parábola, 2022.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br